



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL E URBANO (PPDRU)**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**ORLEY GERMANO DA SILVA**

**O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A MICRO-REGIÃO DE**  
**JITAÚNA – BAHIA: EDUCAÇÃO E TURISMO COMO**  
**ALTERNATIVAS AO CORONELISMO E A MONOCULTURA**  
**CACAUEIRA**

Salvador

2008

**ORLEY GERMANO DA SILVA**

**O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A MICRO-REGIÃO DE  
JITAÚNA – BAHIA: EDUCAÇÃO E TURISMO COMO  
ALTERNATIVAS AO CORONELISMO E A MONOCULTURA  
CACAUUEIRA**

Dissertação apresentada ao curso de  
Mestrado em Desenvolvimento Regional e  
Urbano, Universidade Salvador - Unifacs,

como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva

Salvador  
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

---

Silva, Orley Germano

O desenvolvimento local e a micro-região de Jitaúna – Bahia: educação e turismo como alternativas ao coronelismo e a monocultura cacaueteira.

Orley Germano Silva. - 2008

167 f.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Antônio Santos Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Salvador – UNIFACS. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano.

1. Coronelismo. Monocultura cacaueteira. 2. Desenvolvimento Local. 3. Educação. 4. Turismo 5. Jitaúna – Bahia.

I. Silva, Jorge Antonio Santos, orient. II. Universidade Salvador – UNIFACS. III. Título.

CDD: 338.458142

---

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**ORLEY GERMANO DA SILVA**

**O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A MICRO-REGIÃO DE  
JITAÚNA – BAHIA: EDUCAÇÃO E TURISMO COMO  
ALTERNATIVAS AO CORONELISMO E A MONOCULTURA  
CACAUUEIRA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Jorge Antonio Santos Silva – Orientador \_\_\_\_\_  
Doutor em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo (USP).  
Universidade Salvador – UNIFACS

Alba Regina Neves Ramos \_\_\_\_\_

Doutora em Sociologia, Université Paris III (Sorbonne – Nouvelle).  
Universidade Salvador – UNIFACS

Ana Cristina Santos Duarte

---

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Salvador, 09 de dezembro de 2008

À

Minha mãe que está sempre do meu lado, e ao meu pai, aos meus irmãos que foram, mas torcem por mim onde estiverem, a minha filha, meus irmãos e minha adorada esposa, pelo apoio e compreensão incondicional que me deram durante minha árdua, mas vitoriosa caminhada.

### **AGRADECIMENTOS**

A Deus, ao nosso senhor Jesus Cristo e a Nossa Senhora Aparecida, por terem me dado forças, sabedoria, paciência e determinação para superar os obstáculos que se agigantaram diante de mim.

À minha esposa que com sabedoria e paciência, soube me amparar e me apoiar nos momentos mais difíceis da minha jornada.

Ao meu amigo Juraci Neves Filho, que tanto me apoiou nas minhas elucubrações.

À minha amiga Marileide Santana, que sempre teve uma palavra de esperança e confiança na certeza de minha vitória.

Aos queridos professores Francisco Marcélio, Josmar Barreto e Ana Cristina Santos, que tanto contribuíram na correção de meus artigos, do pré-projeto e dissertação final.

A todos os professores do mestrado, que com muita seriedade e atenção, sempre tiveram um imenso carinho e atenção à minha pessoa.

Ao professor Jorge Antonio, meu orientador que acreditou na minha capacidade e que, com paciência e sabedoria, guiou-me de forma brilhante durante todo o percurso.

Aos meus entrevistados, pela confiança em prestar as informações necessárias para o bom desenvolvimento do projeto.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram desde a elaboração até a conclusão desta dissertação.

Muito obrigado a todos, por terem me possibilitado viver esta experiência tão enriquecedora e prazerosa e que foi de fundamental importância para o meu desenvolvimento humano e profissional, muito obrigado.





Eu tenho um sonho que um dia, os filhos dos descendentes de escravos e os filhos dos descendentes dos donos de escravos poderão se sentar junto à mesa da fraternidade.

Eu tenho um sonho que um dia, este país que transpira com o calor da injustiça, que transpira com o calor da opressão, será transformado em um oásis de liberdade e justiça.

Martin Luther King, 1963.

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo suscitar questionamentos a respeito das condições socioeconômicas da micro-região de Jitaúna, que compreende os municípios de Jitaúna, Aiquara, Ipaíú, Itagibá e Itagí, mas, devido a amplitude da micro-região a pesquisa foi realizada apenas nos municípios de Jitaúna, Aiquara e Itagí. O primeiro ponto a se destacar é quanto ao modelo político e econômico implantado na micro-região de Jitaúna, o coronelismo e a monocultura cacaueteira. O primeiro subjugou, oprimiu, marginalizou e vilipendiou a população local durante as décadas de predomínio na micro-região. O segundo criou uma sociedade parasitária e ociosa, acostumada aos salões de festas, à gastança, à opulência e a tudo que os grandes lucros com a venda do cacau podia proporcionar, mas esta mesma sociedade não se preparou em nenhum momento para uma crise, e ela chegou determinada a ficar, levando a micro-região a um estado de agonia e caos, mas ao mesmo tempo forçando os personagens a buscar novas alternativas. Assim, foi amplamente discutido neste trabalho, algumas alternativas de reestruturação socioeconômica da micro-região de Jitaúna. O primeiro enfoque é o que diz respeito aos conceitos sobre Crescimento e Desenvolvimento, Desenvolvimento Local e Endógeno e Desenvolvimento Sustentável. O segundo enfoque é aquele que trata das questões ligas ao Turismo e à Educação como as alternativas possíveis para a sonhada reestruturação social, econômica, cultural e política da micro-região de Jitaúna. O último enfoque do trabalho foi realizar uma abordagem metodológica de pesquisa pertinente com a fundamentação teórica anterior, assim, foi utilizado o estudo de caso como ferramenta para o norteamento da pesquisa, o que nos permitiu um estudo mais aprofundado do processo de formação econômica, social, política e cultural da micro-região.

**Palavras-chave:** Coronelismo. Monocultura Cacaueira. Desenvolvimento Local. Educação. Turismo. Jitaúna - Bahia.

## **ABSTRACT**

This dissertation has for objective to raise questions regarding the conditions socioeconomic of the personal computer-area of Jitaúna, that he/she understands the municipal districts of Jitaúna, Aiquara, Ipaíú, Itagibá and Itagí, but, due to width of the personal computer-area the research was just accomplished in the municipal districts of Jitaúna, Aiquara and Itagí. The first point standing out is with relationship to the political and economical model implanted in the personal computer-area of Jitaúna, the colonels and the cocoa monoculture. The first subdued, it oppressed, it marginalized and vilify the local population during the decades of prevalence in the personal computer-area. The second created a parasitic and idle society, accustomed to the living rooms of parties, to the spending, to the opulence and everything that the great profits with the sale of the cocoa could provide, but this same society didn't get ready in any moment for a crisis, and she arrived certain to be, taking the personal computer-area to an agony state and chaos, but at the same

time forcing the characters to look for new alternatives. Like this, it was discussed thoroughly in this work, some alternatives of restructuring socioeconomic of the personal computer-area of Jitaúna. The first focus is what concerns the concepts on Growth and Development, Local and Endogenous Development and Maintainable Development. The second focus is that that treats from the subjects leagues to the Tourism and the Education as the possible alternatives for dreamed her restructuring social, economical, cultural and politics of the personal computer-area of Jitaúna. The last focus of the work was to accomplish a methodological approach of pertinent research with the previous theoretical reasoning above, the case study was used like this as tool for the guidance of the research, what allowed a deep study of the process of formation economic, social, politics and cultural of the personal computer-area.

**Keywords:** Colonels. Cocoa Monoculture. Local development. Education. Tourism. Jitaúna - Bahia.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Sexo por faixa etária em 2008	117
Tabela 2	Escolaridade por faixa etária em 2008	119
Tabela 3	Escolaridade por naturalidade em 2008	121

Tabela 4	Renda por naturalidade em 2008	123
Tabela 5	Quantidade de moradores por domicílio e por renda em 2008	125
Tabela 6	Moradores que trabalham no domicílio por renda do domicílio na década de 1980	127
Tabela 7	Vínculo empregatício por renda no domicílio na década de 1980	129
Tabela 8	Importância da agricultura cacaueteira para micro-região em 1980	131
Tabela 9	Rendimento mensal por domicílio em 2008	132
Tabela 10	Importância do turismo para a vida do entrevistado por rendimento em 2008	133
Tabela 11	Importância do turismo para a comunidade por escolaridade em 2008	135
Tabela 12	Como era Jitaúna, Itagí e Aiquara há 10 anos por escolaridade	136
Tabela 13	Como imagina Jitaúna, Itagí e Aiquara daqui a 10 anos por escolaridade	137
Tabela 14	O que precisa melhorar em Jitaúna, Itagí e Aiquara por escolaridade	139
Tabela 15	Mudanças ocasionadas pelo turismo e a educação por rendimento	140
Tabela 16	Contribuição do turismo e da educação para melhorias na comunidade	141
Tabela 17	Turismo e educação como agentes do desenvolvimento local	143
Tabela 18	Geração de emprego e renda, por rendimento	144
Tabela 19	Preparação dos moradores para trabalhar com o turismo e a educação por naturalidade	146
Tabela 20	Participação nas decisões turísticas por naturalidade	147
Tabela 21	Forma de participação nas decisões turísticas	148
Tabela 22	Relação entre a comunidade local e o turista por naturalidade	150
Tabela 23	Sazonalidade por rendimento	51

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Acquirite Imuno-deficiency Syndrom
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento
Sustentável	
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CPDS	Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável
EAAD	Economias Asiáticas de Alto Desempenho
EL	Exportação Líquida
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento
EMBRATUR	Empresa Brasileiro de Turismo
FBDS	Federação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIV	Human Immunodeficiency Vírus
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto
MTA	Massa Tropical Atlântica
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente
PPA	Programa de Plano Plurianual
PPC	Paridade de Poder de Compra
OSI	Processo de Substituição de Importação
PSF	Programa de Saúde da Família.
RP	Renda Per Capita
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SP	São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	United Nations Education Science And Culture Organization



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL COMO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL E INCLUSÃO SOCIAL..</b>	<b>25</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO.....	25
2.2 ANTECEDENTES.....	29
2.3 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	32
2.4 ESPAÇO LOCAL.....	40
2.1.5 PODER LOCAL.....	44
2.6 SUSTENTABILIDADE E CAPITAL SOCIAL.....	48
2.7 EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL.....	55
2.8 DESENVOLVIMENTO LOCAL E FIM DA EXCLUSÃO SOCIAL.....	58
<b>3 EDUCAÇÃO E TURISMO COMO ALTERNATIVAS DE REESTRUTURAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....</b>	<b>62</b>
3.1 EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INSERSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO.....	62
3.1.1 Uma abordagem histórica sobre a educação.....	62
3.1.2 A industrialização e a educação profissionalizante.....	66
3.1.3 Educação como aparelho ideológico do Estado.....	74
3.1.4 Educação e a micro-região de Jitaúna.....	77
3.2 TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL.....	80
3.2.1 Impactos econômicos do turismo.....	89
3.2.2 Uma abordagem sobre a cultura e o turismo.....	96
3.2.3 - Turismo cultural e desenvolvimento.....	100
3.2.4 Impactos socioculturais do turismo.....	106
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DA MICRO-REGIÃO DE JITAÚNA .....</b>	<b>91</b>
4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E POLÍTICOS.....	91
4.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS .....	106
4.2.1 A geografia da micro-região de Jitaúna.....	106
4.3 ASPECTOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS .....	109
4.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS .....	110
4.4.1 A História do Fruto Sagrado “Cacau”.....	110
4.4.2 O Cacau e a Micro-Região de Jitaúna.....	114
<b>5 PESQUISA DE CAMPO.....</b>	<b>120</b>
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	120
5.1.1 Tipo de Estudo.....	120
5.1.3 Técnica de Coleta de Dados.....	122
5.2 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS ALCANÇADOS .....	122



<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>172</b>
<b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO</b> .....	<b>181</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No atual estágio em que se encontra a micro-região de Jitaúna, que está localizada na região sul da Bahia, no planalto de Jaguaquara a 418 km da capital do Estado e compreende os municípios de Jitaúna, Itagí, Itajibá, Ipiaú e Aiquara, é difícil se ter alguma perspectiva de melhoria na condição de vida da população: a situação dos municípios é muito delicada; a população sofre por causa dos problemas ainda decorrentes da monocultura cacaueteira e das disputas políticas dos coronéis que, em um primeiro momento, conseguiram proporcionar à região um efêmero dinamismo econômico, mas, em momento posterior sofreu com os reflexos da falta de organização e planejamento, causando pobreza, miséria, marginalidade e prostituição.

O coronelismo foi uma manifestação do poder privado, que teve seu apogeu no Brasil durante a República Velha, e que adotou diversas práticas para a manutenção do poder de uma elite dominante baseada na aliança entre tradicionais chefes políticos municipais que eram manipulados pelo Executivo. Na micro-região de Jitaúna o coronelismo adquiriu características singulares em relação às outras realidades encontradas no Estado da Bahia, onde os coronéis eram primordialmente comerciantes, como por exemplo, nas regiões do São Francisco e da Chapada Diamantina.

O coronelismo baseava seu poder na propriedade fundiária e seguindo o padrão brasileiro, o coronelismo estabelecido na micro-região de Jitaúna teve como traço mais salutar o fato de não estar centrado na figura de apenas um único coronel, mas sim na pluralidade dos mesmos.

Assim se pode destacar alguns aspectos importantes que caracterizaram o coronelismo na micro-região de Jitaúna, tais como: a necessidade de afirmação de prosperidade, representada através de símbolos fixados no espaço urbano e ilustrados através dos imponentes palacetes construídos nas cidades, o forte apego religioso, o apadrinhamento e a imagem dos coronéis como agentes principais de progresso na região em que, muitas vezes, encarnavam simultaneamente o papel de produtores e exportadores.

Um outro aspecto marcante da micro-região de Jitaúna, foi o forte apego à monocultura cacaeira. A ascensão do cacau na Bahia teve seu início no século XX, com as formações das fortunas dos coronéis, que passou por momentos de breves crises no período de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, quando coincidências de alta nos preços do cacau, com safras imensas, produziu um surto de prosperidade sem precedentes em toda região cacaeira, que trouxe riqueza e fartura a toda região, mas nem todos sentiram ou perceberam essa prosperidade, a imensa massa de descamisados e de despossuídos não sentiram na mesma proporção os reflexos desse crescimento.

O cacau criou uma civilização no sul da Bahia, um patrimônio, uma identidade histórico-cultural determinada pela atividade agrícola. Mas não criou na população o senso de administração e gestão desses recursos, o que viria a ser um dos pilares do malogro da monocultura do cacau não só na micro-região de Jitaúna, mas em toda região cacaeira.

Uma realidade muito conhecida no Brasil, que devido a sua amplitude territorial, muitas de suas regiões já passou ou passa por problemas semelhantes, aos ocorridos na micro-região de Jitaúna, o país sofre com questões estruturais, sociais, econômicas, políticas e culturais.

A realidade brasileira é marcada por enormes desigualdades. Sejam elas sociais, econômicas, políticas, espaciais ou ambientais. Essa inconstância passou a ser combatida, na esperança de que se alcançasse um desenvolvimento equilibrado e consciente em todo país. Dessa maneira, alguns temas – desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento endógeno, educação e turismo – aparecem com frequência nos debates que buscam reduzir a desigualdade social e a pobreza nos âmbitos regional e local do território brasileiro.

Parte-se da necessidade em perceber o desenvolvimento de forma mais ampla do que a constatação de um índice de crescimento econômico. O foco na esfera local torna-se, então, necessário para implementação de ações e políticas “de baixo para cima”. Quais sejam, aquelas fundamentadas nas necessidades e prioridades da comunidade; preocupadas com as peculiaridades locais, culturais, ambientais e a organização social.

O Brasil é um país com características físicas e culturais que estimulam o turismo. Tais atributos são entendidos como uma oportunidade de alcançar melhorias econômicas e sociais, principalmente nas áreas mais distantes das regiões urbanizadas; além de gerar trabalho e renda de maneira descentralizada e participativa.

A necessidade de levar à prática um programa de desenvolvimento regional e local requer a construção de uma política de parcerias entre a sociedade civil, o mercado e o Estado. Uma vez juntos, realizariam os investimentos indispensáveis para a geração de trabalho e renda, com vistas ao alcance de maior qualidade de vida da população.

É por meio do enfoque regional e local que os problemas sociais são melhores identificados, permitindo, portanto, ações facilitadoras para suas soluções.

É nessa esfera que ocorre o atendimento às necessidades básicas. Daí a importância em fortalecer a autonomia das localidades, por meio da articulação dos atores, gerando condições favoráveis ao desenvolvimento.

Para Junqueira (2000), tomar o local como referência de desenvolvimento social é valorizar o lugar onde se dão as relações sociais de produção. O local é onde há o consumo, a geração de empregos e a efetivação de serviços como educação, saúde, lazer, assistência social, informação, produção industrial etc.

Assim, o desenvolvimento de uma região implica em novas articulações entre os atores públicos, privados e da sociedade civil. É dessa forma que a política local transcende as tradicionais polarizações entre o público e o privado, governo e sociedade. Estabelecem-se novas relações e compromissos que possibilitam a promoção de políticas sociais de caráter interdependente.

Esta situação assume característica particular, quando pensada sob o viés do turismo, cuja articulação se restringe ao governo e ao empresariado, considerados os principais atores na tomada de decisões sobre as políticas e os investimentos neste segmento.

São raras as ações protagonizadas por Organizações não Governamentais (ONGs), comunidades e movimentos sociais, evidenciando a fragilidade da sociedade civil para lidar com este nicho. O que contraria a possibilidade de comunidades locais participarem no processo de planejamento turístico, elemento essencial para a sustentabilidade e o desenvolvimento regional e local.

Apesar da fragilidade vivenciada pelo setor turístico no país, ele deve ser pensado como um elo entre os diversos atores sociais de uma comunidade local. Isso posto, por intermédio da participação no planejamento, os residentes locais vêem diminuída a distância entre o grupo e os recém-implantados recursos

turísticos. Política que convida o cidadão a tomar parte das transformações ocorridas no lugar onde habita, abrandando a idéia de segregação.

Aprofundando esta visão, Melendez (2000), sugere que o turismo estabelece um valioso intercâmbio cultural. Para tanto, deve haver uma boa organização do território, maior atenção na prestação de serviços públicos, além de planos de proteção ambiental. Como resultado, tem-se a melhoria da qualidade de vida nas comunidades receptoras. Assim, o turismo torna-se uma atividade que integra as esferas humanas e econômicas, convertendo-se em um dos instrumentos mais adequados para o favorecimento de oportunidades sociais.

A expansão do turismo pode se tornar um catalisador de mudanças sociais. Tendo a possibilidade de, em simultâneo, desenvolver a localidade e incluir socialmente a população. Essa dupla capacidade, de expansão e segregação, faz com que os residentes locais questionem a atividade turística. Estimula-os a pensar de que maneira podem ter resultados positivos, legitimando ou não ações que busquem um desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, cabe perguntar: de que forma o turismo transforma uma comunidade, proporcionando a inclusão social e a geração de trabalho e renda, permitindo o desenvolvimento local com sustentabilidade?

A partir desta perspectiva esta dissertação propõe analisar a população da micro-região de Jitaúna, que compreende os municípios de Jitaúna, Itagí, Itajibá, Ipiaú e Aiquara, e que devido aos problemas causados pela monocultura cacaeira e pelo coronelismo, tem sentido a necessidade de trabalhar projetos de desenvolvimento regional e local. A pesquisa se desenvolveu apenas nos Municípios de Jitaúna, Aiquara e Itagí.

Assim, para Furtado (2000), a idéia de desenvolvimento está no centro da visão que prevalece em nossa época. Nela baseia-se o processo de invenção cultural, que permite ver o homem como um agente transformador do mundo, dando-se como evidente que este interaja com o meio, no empenho de efetivar suas potencialidades.

Desenvolvimento é um processo de aperfeiçoamento em relação aos valores, condições e/ou situações desejáveis para uma sociedade, buscando uma melhoria na condição humana tanto individual quanto coletiva.

Como alerta Borba (2000), para avaliar o desenvolvimento se deve considerar variáveis políticas, tecnológicas, sociais, ambientais e de qualidade de vida da população; o acesso à educação, às opções culturais, às condições de atendimento médico, à previdência social e ao lazer, abrangendo toda expressão do termo humanidade.

Há, então, uma mudança em relação ao significado e amplitude da idéia de desenvolvimento. Isso ocorrendo quando o local passa a ser considerado o foco de atuação. Para Dowbor (1998), é na instância local que os diversos atores sociais (administração pública, empresas privadas, universidades, sindicatos, organizações comunitárias), podem ser organizados em torno de objetivos sociais e econômicos convergentes.

Moura (1998), afirma que desenvolvimento local refere-se às práticas que têm como palco a localidade – vista enquanto região, cidade e outras unidades menores – e como atores, organizações e grupos locais cuja gestão ou co-gestão está voltada para projetos potencializadores da economia local. Projetos estes que visem à geração de trabalho e renda, que criem e que fortaleçam pequenas e médias

empresas e/ou que implementem estratégias de integração competitivas no mercado global.

Em linhas gerais, para Moura et al.(2002),

O desenvolvimento local é um processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala (município, localidade e micro-regiões), que executa mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população. (MOURA et al. 2002, p. 76).

O desenvolvimento local, de acordo com Brose (2002), é um processo que se inicia a partir de alguma ruptura, seja ela econômica, social ou política. Momento em que um grupo resolve alterar uma situação existente. Isso significa, que ao se reduzir as políticas de desenvolvimento para a dimensão local, quebra-se o paradigma de políticas de planejamento padronizadas, que consideram características sociais, culturais e ambientais homogêneas nas suas propostas.

Percebendo a importância desse novo processo de desenvolvimento, esta dissertação tem como foco principal a educação e o turismo como agentes fomentadores do desenvolvimento regional, local e sustentável.

A escolha do turismo deve-se principalmente pelo fato do Brasil ter facilidade em promover esta atividade. Por conta dele, pode ocorrer fenômenos de consumo, originando o aumento da renda. Os resultados do movimento financeiro, decorrente do turismo, são por demais expressivos e justificam a inclusão desta atividade no programa político e econômico de todos os países.

Considerando Fernandes e Coelho (2002), as atividades de viagens e turismo são geradoras de trabalho e empregam um montante estimado em 100 milhões de pessoas no mundo, principalmente em pequenas e médias empresas familiares.



Por incentivar a criação de pequenas e médias empresas, contribui para a descentralização da atividade econômica e da oportunidade de atuação de novos atores sociais.

O turismo representa, hoje, uma alternativa na economia. O desenvolvimento sustentável das comunidades locais tornou-se o centro de interesse de governos, da sociedade e dos empresários. Ele possibilita diversas oportunidades de geração de empregos, melhoria de vida e novas ofertas de negócios, podendo considerar as necessidades da comunidade local e, principalmente, inserindo-a em todo o processo de desenvolvimento local sustentável.

Isso acontece, pelo fato do turismo envolver várias atividades econômicas como as oficinas de artesanato, o comércio, as indústrias de souvenirs, os restaurantes, as pousadas, a construção civil, entre outras. O turismo incorpora diversos atores, facilitando a inclusão da comunidade nessas atividades.

Esta dissertação tem a intenção de avaliar as oportunidades criadas pelas atividades turística e educacional para o desenvolvimento sustentável da micro-região de Jitaúna, bem como, verificar as mudanças ocasionadas por essas atividades na comunidade micro-regional, quanto à oferta de trabalho e geração de renda, capacitação profissional, cultura local e preservação da natureza. Identificar, ainda, a participação dos líderes locais nas tomadas de decisões e na melhoria da qualidade de vida da comunidade regional e local.

Com base nos objetivos desta dissertação, constata-se uma estreita relação entre coronelismo, monocultura, política e sociedade, percebendo-se que nem sempre essa relação foi muito amistosa, mas foi muito importante para a construção socioeconômica da micro-região de Jitaúna. Desse modo, percebe-se, que os problemas de ordem social, econômica e política que afetam a população na

atualidade, decorrem dessa relação pouco amistosa entre coronéis e população, relação esta marcada por insegurança, medo e truculência, que ainda hoje causa transtornos na população micro-regional.

Um outro ponto proposto nos objetivos, foi levantar alternativas de reestruturação socioeconômica da micro-região de Jitaúna e, após algumas observações e análises da estrutura e infra-estrutura da micro-região, percebe-se que a educação e o turismo são boas e novas alternativas para sua reestruturação socioeconômica, haja vista que na micro-região já existem alguns projetos nesta direção, mas que precisam ser aprofundados com a participação mais efetiva do poder público dos municípios e da comunidade civil.

Acredita-se que a educação e o turismo sejam as principais ferramentas para alcançar o desenvolvimento local na micro-região de Jitaúna. Trata-se de uma região que convive com grandes problemas sociais, políticos, econômicos, como também com o desemprego, altos índices de mortalidade infantil e analfabetismo, entre outros. O turismo é uma das atividades para a qual a região tem grande aptidão natural, adquire cada vez maior importância na economia micro-regional como atenuador de parte dos problemas socioeconômicos.

A metodologia adotada nesta dissertação consiste em um estudo de caso, permitindo um estudo mais aprofundado das questões que a permeiam. A busca por respostas levantou uma realidade ainda mais preocupante, a de que a população mais jovem dos municípios da micro-região não conhece a sua história. As entrevistas e os depoimentos realizados proporcionaram uma viagem pela história de Jitaúna. Diante da crise e do processo de falência econômica e social da micro-região, percebe-se que a população ainda carrega consigo traços marcantes do coronelismo e da dependência da monocultura cacaueteira.

Esta dissertação se estrutura conforme os capítulos que seguem:

No Capítulo 2 se discute os conceitos de desenvolvimento local e sustentável como processo de valorização e transformação territorial e inclusão social; buscando compreender o processo de desenvolvimento e suas determinações.

Em seguida, no Capítulo 3 investiga-se a função da educação e do turismo como vias de reestruturação socioeconômica e do desenvolvimento regional e local, assim como as mudanças que essas atividades podem determinar nesse processo.

No Capítulo 4 desta dissertação, se faz uma exposição à cerca da caracterização da micro-região de Jitaúna, expondo sobre suas características físicas, geológicas, sociais, políticas e econômicas.

No capítulo 5 apresenta-se a metodologia da pesquisa. Nele se encontra o caminho percorrido na busca dos dados e de sua sistematização, os resultados da pesquisa de campo, os procedimentos metodológicos e a análises dos resultados, seguida do perfil dos entrevistados, percepção dos mesmos quanto à importância da educação e do turismo; às transformações que a comunidade vem sofrendo; e às expectativas na busca do desenvolvimento regional e local.

No Capítulo 6, encontram-se as considerações finais do estudo, seguindo-se as referências e o apêndice.



## **2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL COMO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL E INCLUSÃO SOCIAL**

O Brasil precisa repensar a sua concepção de desenvolvimento. Muito se fala sobre o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do país, crescimento das exportações, aumento do capital estrangeiro no país, entre outros, sempre apontando os aspectos econômicos de forma macro, face o cenário globalizado da economia mundial.

Para propiciar uma real melhoria na qualidade de vida da população, com a redução das desigualdades e da exclusão social, são necessárias políticas que valorizem o local e o torne sustentável.

Esta dissertação opta por defender a necessidade de implantação de políticas desenvolvimentistas, por meio das quais a população participe tanto na sua formulação, quanto na sua aplicação e avaliação.

Serão discutidas as transformações do conceito de desenvolvimento, tendo em vista o desenvolvimento local e sua natureza endógena, referendando a valorização do poder local e a busca na superação das desigualdades e da exclusão social.

### **2.1 DESENVOLVIMENTO**

O conceito de desenvolvimento deixou de ser sinônimo apenas de crescimento e passou a representar mudanças qualitativas na sociedade.

Os projetos de desenvolvimento tradicionais, centrados na aceleração do crescimento econômico, principalmente no setor industrial, possuem ênfase nos resultados macroeconômicos. Marginalizam outros objetivos sociais, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição eqüitativa da riqueza e a preservação do meio ambiente. Camarotti e Spink (2000), afirmam que as políticas macroeconômicas consideram a pobreza um problema apenas monetário não focalizando o indivíduo e contribuindo assim para a desigualdade e exclusão.

Combatendo essa política macroeconômica tradicional inicia-se uma discussão sobre o desenvolvimento como processo de integração dos diversos setores sociais que possibilite um planejamento integrado.

Para Kliksberg (1997) há uma reavaliação das relações entre crescimento econômico e desenvolvimento. Na visão convencional supunha-se que, alcançando taxa significativas de crescimento econômico, reduzir-se-ia a pobreza. O crescimento, a partir desta perspectiva, seria ao mesmo tempo desenvolvimento social. Porém as experiências concretas indicaram que as relações entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social são muito mais complexas e implicam em muito mais variáveis do que apenas o aumento de receitas.

Desenvolvimento, conceitualmente, é um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores e/ou situações desejáveis para dada sociedade. A partir desta definição, o desenvolvimento poderia ser entendido como uma ferramenta avaliatória da condição humana, tanto individual quanto coletivamente (BORBA, 2000).

O desenvolvimento deve ser pensado em relação ao seu resultado coletivo, mas deve ser fundamentado no processo individual dos atores. Furtado (2000) afirma que como o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades

humanas, é natural que empreste à idéia um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem logre satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. O estudo do desenvolvimento tem, portanto, como tema central a criatividade cultural e a morfogênese social.

Esta dissertação utiliza o conceito de desenvolvimento proposto por Furtado (2000), por não reduzir o desenvolvimento local como alternativa misericordiosa de melhoria de qualidade de vida das comunidades:

Enfocar o desenvolvimento como um processo global: transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins; processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação social e dominação; introdução de novos produtos e diversificação do consumo, mas também distribuição de valores e supressão de capacidade criadora. (FURTADO, 2000, p. 8).

Observa-se que o desenvolvimento está sempre à procura da apropriação e não da segregação, sendo um processo de crescimento social, econômico, cultural, político e ambiental; aumento da perspectiva de acúmulo e de melhoria. Assim, Kliksberg (1997) afirma que os objetivos finais do desenvolvimento estão relacionados com a ampliação das oportunidades reais dos seres humanos para desenvolver suas potencialidades.

Diante da ampliação do conceito de desenvolvimento, surge o chamado desenvolvimento alternativo, formulado a partir da análise crítica dos pressupostos e dos resultados dos programas de desenvolvimento convencionais. A origem do debate remonta ao início dos anos 1970, nas discussões ocorridas em encontros como: a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente (1972); o seminário – organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre “Padrões de

utilização dos recursos, Meio Ambiente e as Estratégias para o Desenvolvimento” (1994); no México; a criação da Fundação Internacional de Alternativas de Desenvolvimento (1976), cujas publicações sintetizaram os pilares da conceituação de desenvolvimento alternativo. O debate continuou nos anos 1980 e 1990 e, hoje, constitui-se em uma das principais fontes de idéias críticas à globalização neoliberal.

A discussão sobre o desenvolvimento passa então pelo debate de ações que incorporam não somente o crescimento econômico, mas também a inclusão social. Conceitos como espaço local, poder local, capital social, capital institucional e humano, fortalecimento da participação cidadã, sustentabilidade e inclusão social, são os termos que sustentam a visão do novo processo de desenvolvimento, partindo de um pressuposto pensado, planejado e implementado “de baixo para cima”.

O desenvolvimento visa, sobretudo à manutenção das bases de reprodução da vida e à construção de um vínculo tradicional, a partir da atividade que é reproduzida, criando laços de afetividade entre os homens e seu meio, fazendo da sociedade e do ambiente um prolongamento de seu ser.

O crescimento econômico é uma condição necessária ao desenvolvimento, mas não é suficiente ao desenvolvimento sustentável, devendo haver sempre um equilíbrio, a busca da harmonia entre o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais, para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado, assim, desenvolvimento significa crescimento sem prejuízo, sem qualquer tipo de degradação ao ambiente. Portanto, o desenvolvimento já traz implicitamente, em seu bojo, o caráter de sustentabilidade.

Concorda-se com a idéia de que o desenvolvimento e o meio ambiente devem complementar-se e harmonizar-se. Entretanto, não é sempre que tal sinergia



acontece. Em diversas situações o desenvolvimento resulta na degradação do meio ambiente.

## 2.2 ANTECEDENTES

Em essência, os princípios do desenvolvimento local não são novos, enquanto estratégia de desenvolvimento de políticas públicas. Surge no contexto da municipalização que, por sua vez, deriva de um processo maior: a descentralização da administração dos Estados modernos.

No Brasil, remonta às ações de base dos movimentos religiosos politicamente engajados e comprometidos com o desenvolvimento social. Ações como as da Teologia da Libertação, facções ligadas a partidos políticos de esquerda ou, ainda, cidadãos desiludidos com as ações políticas convencionais. Esses movimentos ganharam força a partir dos anos 1960 quando, segundo Ferraz (2001), fortaleceu-se com a atuação direta de organismos internacionais junto às comunidades e segmentos sociais específicos; ganharam massa crítica com a emergência da militância pela proteção do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida. No centro dos assentamentos rurais, nas organizações de trabalhadores urbanos, na promoção de segmentos econômicos e socialmente excluídos, muitas lideranças surgiram isoladamente, com maior ou menor tempo de permanência. A contribuição das grandes instituições internacionais de fomento Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), United Nations Education Science And Culture Organization (UNESCO), entre outras, também é importante, na medida em que passam a introduzir mecanismos de controle social nos seus projetos de financiamento. Todos esses agentes e

movimentos introduzem uma nova tendência: processos que buscam um desenvolvimento alternativo àquele já conhecido pela sociedade.

Porém, a noção de desenvolvimento local propriamente dita, para Acselrad (2002), fixou-se no início dos anos 1980. A aposta no dinamismo local foi uma das saídas para redirecionar as tendências negativas e as tentativas de desenvolvimento “de cima para baixo”. O desenvolvimento local leva em conta as especificidades do território e o enraizamento dos atores – as chamadas “sinergias locais”. É acompanhado, também, por uma mudança de mentalidade caracterizada pelo empreendedorismo, maior confiança no pragmatismo e nas vantagens do consenso e em novas formas de solidariedade, não necessariamente mediadas pelo Estado.

O debate nacional sobre descentralização administrativa e o fortalecimento dos municípios, promovido pela Constituição Federal de 1988, consolidou um momento importante de mudança de perspectiva das ações de desenvolvimento.

A constituição de 1988 avançou no processo de descentralização e municipalização, em grande medida, ao considerar que as políticas sociais integradas são fundamentais para a garantia da cidadania plena. Dessa forma, os direitos sociais passaram a ser incorporados e legitimados pela Constituição. Cidadãos tornaram-se sujeitos com responsabilidades e direitos, o que possibilitou sua integração de forma plena na comunidade e na vida social do país. Ou seja, para poder exercer sua cidadania, os sujeitos precisam de igualdade de direitos, vínculo empregatício e acesso aos serviços básicos de saúde e educação; fatores que possibilitam melhor qualidade de vida.

Diante da realidade, as políticas públicas, formuladas e executadas pelos próprios municípios, têm a possibilidade de maior adequação às necessidades e

diversidade da população local, assim como, serem mais bem controladas e avaliadas pela sociedade local.

Em paralelo à descentralização e à municipalização do Estado brasileiro, o debate internacional sobre a questão do desenvolvimento se desenrolava. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, foi aprovada a Agenda 21, na qual o tema desenvolvimento local sustentável passou a merecer maior destaque. O capítulo 28 do documento, assinado por quase 180 países, prescreve uma metodologia para a promoção do desenvolvimento sustentável. Ele se daria por meio da participação de diversos agentes (governamentais, sociais e empresariais) no planejamento e na execução de ações integradas em determinadas localidades.

Associado ao conceito de desenvolvimento local e, portanto, à idéia de processo, a nova expressão evoca uma ação técnica pontual. Deve conduzir à geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, das condições sociais em geral. Ocorre a partir de dentro (endógeno), é construído pouco a pouco e de modo articulado, objetivando a construção de um todo harmônico e equilibrado.

A idéia de desenvolvimento local ganha corpo quando agregada à construção de padrões alternativos. Para Silveira (2002),

Trata-se de uma associação em que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não devem ser desconstruídas pelo alto, nem mesmo substituídas por outros sistemas de fluxos apartados dos lugares. Terreno de reconstrução de identidades e vínculos, de reconfigurações sócio-produtivas e gestação de novas esferas públicas, o local se configura como o campo necessário de resposta e transformação. (SILVEIRA, 2002)

O interesse pelas abordagens do desenvolvimento local é crescente no Brasil. Uma grande diversidade de organizações multilaterais, governamentais em todos os níveis, instituições privadas e do terceiro setor reorientam as suas ações sob o enfoque da sustentabilidade e do envolvimento de atores, a partir do resgate da cidadania e geração de emprego e renda.

É importante iniciar essa discussão pelo entendimento do conceito de desenvolvimento local.

### 2.3 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local é um tema controverso e de pouco consenso, tanto no Brasil quanto no debate internacional. Não é apenas alvo de contestação em termos conceituais, mas também metodológicos. Assim colocado, as tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento econômico produzido pelas intervenções locais, torna-se uma tarefa difícil.

Esse embaraço em sintetizar um único conceito de desenvolvimento local, parte da dificuldade inicial de definir a própria palavra desenvolvimento, como visto no início deste capítulo. Brose (2002, p. 208), discutindo os diversos conceitos, destaca que abordagens como “uma nova forma de intervenção”, “uma nova metodologia de ação”, “uma nova proposta de atuação do setor público”, entre outras, não são satisfatórias para expor com precisão a idéia de desenvolvimento local. Já que o termo não é entendido como crescimento econômico, mas como melhoria da qualidade de vida. Não é nem uma metodologia ou uma forma de atuação, nem tem origem no setor público.

Desenvolvimento compreende, antes de mais nada, um processo que permeia a história de cada sociedade, que envolve todos os tipos de avanço, retrocessos, conflitos e pactos entre os atores envolvidos, e que gradualmente ao longo do tempo, permite um incremento na qualidade de vida da população (BROSE, 2002, p. 208).

Considerando o desenvolvimento local como processo, ele passa a ter um planejamento das ações e intervenções no local onde será implantado. Segundo Milani (2004), o desenvolvimento local implica extravasar o local limitado por espaços geográficos e pensar a sua identificação a partir da desconstrução da falsa antinomia entre micro e macro. O local é um território. Conduz-nos a analisar sua natureza endógena (o desenvolvimento local torna efetivas e dinamiza potencialidades locais próprias) e as particularidades (fatores locais) do contexto em que se situa. O local é, nesse sentido, construído social e territorialmente; é delimitado pela permanência de um campo estável de interação entre atores sociais, econômicos e políticos.

Um equilíbrio entre as demandas sociais, o desenvolvimento econômico, os recursos disponíveis e a expansão física sobre a natureza circundante é o que o desenvolvimento local tem como pressuposto. A qualidade da gestão, ou seja, os impactos positivos sobre a comunidade e a natureza, a racionalidade na aplicação de recursos e a permanente elevação das condições de vida da população.

A capacidade de decidir sobre esse desenvolvimento não é de exclusividade do Estado ou das elites econômicas. Enxerga-se na sociedade civil, o principal ator no processo de construção coletiva. Tal método cria certo potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão.

O desenvolvimento local é onde se exerce a cidadania e se criam condições para estruturação de um espaço de interação dos cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público.

Isso acontece porque cada local tem características peculiares, o que impede a aplicação de um único modelo de desenvolvimento local para todas as comunidades, sem que sejam analisadas as características inerentes daquele espaço e daquela cultura.

O desenvolvimento deve ser pensado como uma forma de melhorar as condições de vida das pessoas da comunidade. Assim, parece correto pensar que essa experiência de desenvolvimento local também adote imperativos não econômicos, além de propor um desenvolvimento capaz de produzir a transformação social a partir da base.

Em busca de uma ruptura da situação de inércia da realidade brasileira, Silveira (1999), apresenta o desenvolvimento local como um potencial transformador e de geração de novas possibilidades de construção endógena da comunidade.

Já Coelho (2001) considera o desenvolvimento econômico local, como a construção de um ambiente produtivo inovador, no qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas sociais. Isso posto de tal modo, que seriam ampliadas oportunidades locais; gerados trabalho e renda; atraídos novos negócios e criando-se as condições para um desenvolvimento humano sustentável.

Em relação à importância econômica, Milani (2004) alerta para o fato de que o desenvolvimento local pode ser considerado como um conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais, participantes de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social,

há um significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). É fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado ao mercado, mas não somente: ele é, também, fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural.

Cada vez mais, percebe-se a necessidade da participação dos atores sociais desde o momento da resolução de pequenos conflitos até a tomada de decisões políticas e públicas. Assim, Ferraz (2001) classifica como desenvolvimento local qualquer iniciativa fundada na animação de atores para a organização e busca de objetivos comuns para a melhoria da qualidade de vida em bases sustentáveis, ou seja, a partir da geração de ocupações e renda.

Moura (2003) assinala duas abordagens de desenvolvimento local – uma cujo foco é a competitividade e outra centrada na problemática da exclusão social. Denomina-se a primeira, competitiva, e a segunda, social, de acordo com o centro dos discursos e práticas adotadas.

Na primeira abordagem, o objetivo é a inserção competitiva da cidade/região no mercado. Neste caso específico, as ações tendem a se dirigir, preferencialmente, para médias e grandes empresas. Os principais componentes das iniciativas competitivas de desenvolvimento local são, segundo Llorens (2001):

- Desenvolvimento mais equilibrado territorialmente, impulsionando iniciativas de desenvolvimento local e geração de emprego e renda, com vistas ao enfrentamento da pobreza e marginalização;

- Criação de entornos institucionais, econômicos, sociais, políticos e culturais para a impulsão do desenvolvimento potencial local, promovendo a propagação das inovações;

- Reorganização das bases empresariais e implantação de infra-estruturas básicas; além da capacitação de recursos humanos e a criação de sistemas de informações locais.

Já na segunda abordagem, o combate à exclusão social aparece como eixo norteador e as ações tendem a focar os pequenos empreendimentos e os segmentos que estão à margem do grande mercado. Ou seja, ações visando enfrentar os efeitos da exclusão social podem ser consideradas como um meio para se atingir maior competitividade ou podem assumir caráter estratégico, de forma a integrarem uma política econômica de fortalecimento da economia popular. Para Fischer (2002):

Não é possível falar em desenvolvimento local sem referência a conceitos como pobreza e exclusão, participação e solidariedade, produção e competitividade, entre outros que se articulam e reforçam mutuamente ou que se opõem frontalmente. (FISCHER, 2002, p. 17).

A segunda perspectiva, também é conhecida por desenvolvimento local solidário ou alternativo, cujas ações de desenvolvimento são citadas por Santos e Silveira (2001):

- Inspiram-se nos valores da qualidade e cidadania, isto é, na inclusão plena de setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados, não rejeitando a idéia de desenvolvimento econômico, mas impondo-lhe limites e subordinando-a aos imperativos não econômicos;



- Privilegiam a escala local, tanto no objeto quanto na ação social;

- Salientam as forças de produção não capitalistas e estratégias econômicas autônomas, com tecnologias apropriadas. Ambas as visões se juntam no discurso oficial do desenvolvimento local que remete à combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade – sentidos esses, aparentemente contraditórios – que são manejados, simultaneamente, por interesses coletivos e representados por atores locais em diversas escalas.

Logo, percebe-se que as estratégias de desenvolvimento local evocam pressupostos explícitos: há formas diferentes e possíveis de atuação, baseadas na mobilização de fatores. Tal conjunto de fatores, até então, não era considerado pelos decisores públicos e privados, uma vez que sua ativação requer criatividade e trabalho articulado na comunidade. A construção progressiva de uma ação continuada, sistemática e fortemente apoiada nos recursos endógenos, em geral restringido para a obtenção de resultados concretos em termos de participação e produção de riquezas, propõe a aplicação de técnicas igualmente diferenciadas.

Assim, além da dimensão político-institucional, a ótica do desenvolvimento local se orienta de forma sistêmica, holística e evolutiva, a partir das interconexões dos resultados entre as dimensões econômica, sócio-cultural e ambiental, conforme as considerações apontadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

- Resultados econômicos, com adequados níveis de eficiência por meio da capacidade de usar e articular fatores produtivos endógenos para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas locais e integrando redes de pequenos negócios;

- Maior equidade social, que se contrapõe ao acelerado processo de *apartheid*, por meio da maior participação do cidadão nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território;

- Novas institucionalidades que, por meio da expressão política e maior representação dos segmentos sociais, permitam a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e da sociedade; gerando um entorno inovador, favorável às transformações da economia local e ao resgate da cidadania;

- Compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade em qualquer uma das opções transformadoras.

Todos os pontos destacados pelo PNUD e pelo BNDES, reafirmam que o desenvolvimento local é um processo que vai além do crescimento econômico e está relacionado com várias ações e atores interligados. O sucesso só é alcançado quando há uma situação de comprometimento entre todas as partes.

No Brasil, o desenvolvimento local aparece muitas vezes como uma solução para a situação de desigualdade, fortalecendo atuações que visam – principalmente – a inclusão social. Dessa maneira, para Caldas e Martins (2005), “a difusão de idéias sobre ações de desenvolvimento local e experiências desse tipo encontra-se em plena expansão no Brasil”. A existência de um espaço para a experimentação e as emergências de novas articulações entre os atores sociais e o âmbito local privilegiam iniciativas dessa natureza. Trata-se de um movimento empreendedor que não reproduz, apenas, formas de produção capitalista e nem está centrado em empreendimentos controlados pelo Estado. São iniciativas, em geral, cujo princípio é

determinado por formas de organização econômica baseadas em ações coletivas de empresas populares e atores sociais de gestão solidária.

A evolução do conceito de desenvolvimento local mostra bem o resgate da importância do ator e da ação social nos processos de transformação de um território, não como unidade geopolítica, mas como um sistema de interdependências, que as estratégias de atores individuais e coletivos contribuem para organizar e valorizar. Da mesma maneira, evidencia-se a relevância do papel do sistema político-administrativo para viabilizar processos de transformação das sociedades locais; além da importância da compreensão das reações dos sistemas organizados diante dos estímulos de um ambiente em evolução.

A variedade das abordagens que privilegiam o espaço, tendo o mérito de resgatar a valorização do local como condição de competitividade e regulação social, deixa outras tantas perguntas – já que devemos considerar a superposição dos espaços e a coexistência de modelos de desenvolvimento diferentes – sobre a mesma temática.

Em outras palavras, lida-se com um processo de diversificação e de enriquecimento das atividades econômicas e sociais locais de um território, a partir da mobilização coordenada dos seus recursos e energias, integrando componentes econômicos, ambientais, sócio-culturais e político-administrativos. Neste contexto:

A disponibilidade de recursos físicos, materiais, humanos, econômico-financeiros e tecnológicos, possuem sua importância acentuada pela capacidade de acelerar o processo de mudanças, ao elaborar sistemas flexíveis de parcerias nos mais diversos níveis de atuação. (DOWBOR, 1998, p 48).

Brose (2002) sintetiza as definições do desenvolvimento local quando o caracteriza em cinco dimensões: inclusão social, fortalecimento da economia local,

inovação na gestão pública, gestão ambiental com uso racional de recursos naturais e mobilização da sociedade.

O desenvolvimento local, assim, mostra a preocupação com a participação da comunidade na busca de melhoria das condições de desigualdade social. Para que isso ocorra, é necessário: a definição do espaço onde as ações serão desenvolvidas, incentivo e crescimento do poder local como gestor das políticas que serão planejadas e implantadas na localidade.

## 2.4 ESPAÇO LOCAL

Quando se questiona sobre o espaço local, Bourdin (2001) articula três grandes interrogações: a primeira está relacionada com a constituição do vínculo social e de identidade, a segunda quanto à especificidade do político e a última quanto à articulação entre as diferentes escalas da organização social.

Com relação ao tamanho, cabe comentar que local não significa pequeno, do ponto de vista da sua importância. Ao contrário, este espaço é o espaço onde as coisas acontecem; é o alvo das ações.

Aprofundando-se a discussão sobre vínculo e identidade, a cidade aparece como principal construção do espaço local, pois é nele onde as ações são implantadas e o cidadão percebe a dimensão das atuações. Fischer (1996) considera que um sistema de atores articulados pelo cotidiano, hierarquizado pelo poder que detêm (ou pode vir a obter), é uma das formas de representação da cidade; construção e organização coletiva que delimita o espaço local. Nessa realidade, a análise da representação social aparece como conjunto múltiplo de ação coletiva, elaborada em muitas dimensões, plena de significados, construtora de

identidades e identificações; a cidade é uma mega organização – real e virtual; concreta e simbólica.

A cidade, a partir daí, começa a ser delimitada pelas identidades sociais dos cidadãos, que passam a defender a delimitação do seu espaço, da sua cultura, das suas trocas e, conseqüentemente, das pessoas que são consideradas parte integrante dos processos sociais. Nela, o poder é constituído e legitimado por aqueles que convivem nesse espaço, permitindo a atuação de órgãos públicos como prefeitura, distritos municipais, câmara de vereadores, entre outros.

Nesse âmbito municipal, como espaço definido territorial e socialmente, é que se concretiza para Junqueira, Inojosa e Komatsu (1998) a integração e a ação inter-setorial. Essa interação pode ser construída por meio de um processo dinâmico entre os sujeitos, mediada por novos paradigmas, que devem informar a mudança das instituições sociais e de suas práticas. Semelhante prática de construção é também de aprendizagem, de determinação dos sujeitos e de consciência dos seus direitos como cidadão.

No novo cenário demarcado, as organizações sociais passam a realizar ações pontuais, preocupando-se em alcançar o desenvolvimento da comunidade. Se for à esfera local que os problemas são melhores identificados é, portanto, nela onde se encontram as soluções. Nesta instância, ocorre o atendimento às necessidades, continuidade das ações e melhor envolvimento social.

As localidades podem e devem exercer a sua independência por meio da construção de organizações interligadas e da geração de condições favoráveis ao desenvolvimento. Para autores como Klein (1991), o local constitui uma nova referência de coesão social. A recompensa social em torno do local seria resultado da perda da eficácia reguladora das estruturas e instituições dos Estados – Nação,

como unificadores da regulação territorial. O local seria uma resposta a uma tendência real, em que os cidadãos se preocupam com as problemáticas locais, uma vez que entendem a estrutura do poder regional como mais próxima e preocupada com questões relacionadas à sua qualidade de vida.

Bourdin (2001), afirma que o local dá uma resposta, que reduz o Estado às suas funções mais clássicas – garantir a ordem interior e a proteção exterior – privilegia a democratização direta. Essa resposta é econômica, sedutora e admite várias interpretações.

O local oferece uma solução que elege a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades; que leva a pensar a mundialização como uma obrigação social mais “natural”, fundada nas entidades pequenas e médias que resistem a ela. Isso porque a população não é homogênea. Nem nas necessidades, nem nas aspirações.

Para interferir, respeitando e atendendo as suas peculiaridades, é preciso estabelecer critérios que comparem os grupos populacionais entre si e em relação aos padrões de qualidade; além de permitir o estabelecimento de objetivos e metas que promovam a qualidade de vida, por meio do acesso a bens materiais e imateriais disponíveis na sociedade contemporânea.

Essa nova lógica deve viabilizar a identificação dos problemas e potencialidades dos grupos populacionais em relação aos padrões de qualidade de vida – considerados a partir dos direitos de cidadania – e promover a interferência transdisciplinar, holística, intencional e monitorada, nas questões que estão no espaço de governabilidade do poder local (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1998).

Logo, as possibilidades locais de experimentar e refletir sobre o desenvolvimento local desdobram-se em duas frentes. Segundo Moura (2003), uma de reprodução da lógica capitalista global em escala localizada e outra de experimentações contra-hegemônicas.

O local, enquanto espaço e território reprodutor da lógica do capital caracteriza-se, segundo Santos e Rodriguez (2002), pela produção, ainda que em escala mais reduzida, de desigualdade de recursos e poder; de formas de sociabilidade empobrecidas, produzidas pela concorrência e pelo estímulo individual advindo da cobiça e do medo e, finalmente, pela exploração crescente dos recursos naturais.

Por outro lado, o local – enquanto espaço e território permeável à produção de experiências de resistência e/ou contra hegemônicas – caracteriza-se por produzir espaços nos quais predominam os princípios da igualdade, solidariedade e respeito à natureza. Santos (1982) considera que:

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-lo em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por mercadoria, o homem fetichizado. (SANTOS, 1982, p.27).

Resumindo, se o local refere-se a um âmbito espacial delimitado (podendo ser identificado com base, território, micro-região) contém igualdade, o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se quer privilegiar. Indica, portanto, o movimento e a interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns (FISCHER, 1993).

No local há trocas de relacionamentos, ações políticas, direitos e deveres. Nessa dimensão, o poder manifesta-se pontualmente em cada situação, privilegiando atores com iniciativas locais. O poder local torna-se a força de identidade e de legitimidade do espaço, sendo fundamental para motivar, alavancar e sustentar as iniciativas da comunidade em busca do seu desenvolvimento.

#### 2.1.5 PODER LOCAL

O agir local pressupõe a participação de diferentes atores. Sabe-se da relevância das políticas públicas neste contexto, portanto pergunta-se qual a importância do governo municipal e do poder público na consolidação do desenvolvimento local.

Segundo o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo local, mais do que um agente realizador do desenvolvimento, deve funcionar como articulador e facilitador das ações de desenvolvimento local. Estas ações não podem ocorrer como monopólio do poder público. Pelo contrário, sua eficácia será maior justamente quando o poder público for apenas um dos múltiplos agentes envolvidos no projeto de desenvolvimento local incorporado pela sociedade.

O principal papel do poder público no processo de desenvolvimento local é estimular os elementos que viabilizam a inovação, tornando-a possível. São elas: infra-estrutura intelectual efetiva, força de trabalho instruída e qualificada, qualidade de vida adequada e atraente, ambiente de negócios estimulante, oferta real de capital de risco, mercado receptivo para novos produtos e processos, compromisso com a modernização industrial, cultura voltada para a industrialização com flexibilidade e cooperação, afora um sistema social que apóie a inovação e a diversidade (BORBA, 2000, p. 37).



Quando se fala em poder local, além do poder público, estão indicados todos os agentes da comunidade. Todas as pessoas que atuam na localidade a fim de mobilizar, planejar e gerir ações de interesse público.

Assim, o foco na localidade e na articulação entre instituições de diferentes naturezas, implica reconhecer um palco mais ou menos delimitado, onde diferentes atores protagonizam jogos de poder, constituindo, dessa maneira, a noção de poder local. Segundo Fischer (2002, p.13) esta noção remete “às relações de forças, por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores sociais, bem como a formatação de identidades e práticas de ações específicas”.

As decisões do poder local conduzem suas comunidades de maneira sóbria e equilibrada, num mundo em constante mutação, levando às mudanças necessárias, com participação ativa da sociedade, para complementaridade e desenvolvimento das potencialidades locais.

A formatação dos governos locais deve estar alinhada com o encorajamento de atores locais que promovam a integração da comunidade. Assim, o desenvolvimento local precisa de protagonistas cidadãos que possam efetivar a passagem de uma democracia representativa para uma democracia participativa.

Dowbor (1999), aponta para a contradição crescente entre as formas centralizadas de elaborar, implementar e controlar os projetos; além do fato das necessidades mais prementes do desenvolvimento exigirem grande número de ações de lógica local. É na zona local onde se identifica com clareza as principais ações redistributivas. Enfim, é o lugar que permite a democratização das decisões, na medida em que o cidadão – ator social – pode intervir com muita objetividade e facilidade em assuntos da sua própria vizinhança, dos quais tem conhecimento direto, sem a mediação de grandes estruturas políticas.

Dentro da discussão do poder local, aparece um novo conceito que deve ser compreendido: o de ator social. Para Gehlen (1998), conceituar sociologicamente o termo ator social significa colocá-lo em posição alternativa de atuação com os outros e com as condições sociais. Posições determinadas pela concepção de mundo, pelo estilo de vida, pelas relações com a natureza, pelo sistema de trabalho e de produção dos bens, pelo religioso, pelas formas de reprodução biológica e social.

Assim, se o fenômeno do poder é simples e universal; seu conceito é fluido e multiforme. Stoppino (1996) define poder como a “capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos”. Analisado no sentido das relações sociais, o poder pode ser entendido tanto como capacidade geral de agir, quanto, como capacidade de produzir comportamentos específicos. O poder tem, portanto, um caráter relacional recíproco. Sugere, também, desequilíbrio, no momento em que consente a existência de atores que exercem o poder enquanto outros a ele se submetem. O exercício do poder é um jogo de forças antagônicas em que há dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidade de ação.

A real participação do poder dentro da idéia de desenvolvimento local está relacionada à sua participação desde a base. Implica, além da descentralização das esferas de força política, na priorização da cultura regional. Dado que, sem significação cultural, a descentralização é ineficiente. A cultura local é que sustenta o poder local. Logo, o governo municipal deve ser entendido como governo da comunidade. Pois, em definitivo, é nos grupos comunitários onde se encontram os geradores mais potentes de compromissos morais e sociais.

A idéia de descentralização passou pela discussão da democratização e da participação. Contudo, para Junqueira, Inojosa e Komatsu (1998), “a relação entre descentralização e participação não é de identidade, mas de sinergia”. A descentralização é inscrita como condição necessária, embora não suficiente, para

desenvolver a participação da população na gestão dos interesses coletivos. Logo, a participação é o fator de viabilização da descentralização.

Nessa dimensão de descentralização, a intersetorialidade aparece como uma nova lógica de suporte para o desenvolvimento local. Refere-se, basicamente, à população; reconhecendo os indivíduos e considerando suas condições peculiares de vida. As prioridades, aqui, são definidas a partir dos problemas da população, cujo equacionamento envolve ações integradas de vários setores.

Intersetorialmente para Junqueira, Inojosa e Komatsu (1998),

É entendida como a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, em um movimento de reversão da exclusão social.[...]. Os conceitos de intersetorialidade e descentralização aproximam-se, na medida em que o último é compreendido como a transferência do poder de decisão para as instâncias mais próximas e permeáveis à influência dos cidadãos. O primeiro diz respeito ao atendimento das necessidades e expectativas desses mesmos cidadãos de forma sinérgica e integrada. Ambos devem considerar as condições territoriais, urbanas e de meio-ambiente dos micro-espacos que interagem com a organização social dos grupos populacionais (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1998, p. 112).

A articulação entre ambos – descentralização e intersetorialidade – referidos ao processo de desenvolvimento social constitui um novo paradigma para a gestão do local.

Reafirmando a necessidade da comunidade nesse processo de descentralização do poder, Dowbor (1999) assevera que “o instrumento básico do poder local é a participação comunitária”. Semelhante participação adquire importância de primeiro plano, como mecanismo complementar de outras

transformações concomitantes. Trata-se da descentralização, do planejamento municipal. São esses diversos sistemas de participação das comunidades, nas decisões referidas ao espaço de vida do cidadão, que dão corpo ao chamado poder local.

Poder, então, é a base na qual se equilibra o tripé: desenvolvimento local, capital social e sustentabilidade. Isso porque é a partir do poder local que a comunidade passa a comandar e planejar as ações de desenvolvimento. Sem esse poder nas mãos dos cidadãos, o desenvolvimento local fica fragilizado.

## 2.6 SUSTENTABILIDADE E CAPITAL SOCIAL

Observou-se, durante as discussões deste capítulo, as mudanças pelas quais o conceito de desenvolvimento atravessou. Notou-se a necessidade de um crescimento completamente diferente daquele que vem ocorrendo. É preciso reduzir o abismo existente no processo de polarização de riquezas, melhorar a distribuição de renda e alterar técnicas de produção que não estejam de acordo com a preservação de recursos.

Inicia-se uma conscientização da insustentabilidade do estilo de desenvolvimento das nações ricas e da impossibilidade de universalização, assustando e alertando para a necessidade de se rever os processos e atitudes existentes até então. É nesse contexto que Viotti (2001), afirma o surgimento no fim do século XX de uma nova idéia/força que progressivamente mobiliza as nações: o desenvolvimento sustentável. Um novo estilo de desenvolvimento que tem como meta a busca da sustentabilidade social e humana.

A construção dessa nova política precisa, não só superar as limitações que a herança do velho estilo de desenvolvimento deixou, como também, construir as bases técnicas e científicas necessárias à sustentabilidade social, ecológica, econômica, espacial, política e cultural.

Assim, para Leff (2002), “o princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como marca de um limite, um sinal de reorientação do processo civilizatório da humanidade”. E, dentro dessa realidade, a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza.

O princípio de sustentabilidade implica, na visão de Bartholo e Bursztyn (2001), em incorporar ao horizonte da intervenção transformadora do mundo a necessidade do compromisso com a perenização da vida. Isso requer um acervo de conhecimentos e de habilidades de ação para a implementação de processos tecnicamente viáveis e eticamente desejáveis. Tal acervo constitui o conjunto das tecnologias da sustentabilidade, que se traduzem em ordenações sistematizadas de modos diferenciados de interação.

Esses saberes e habilidades, desenvolvidos pelo princípio de sustentabilidade, são identificados por Sachs (2002), por meio de cinco dimensões simultâneas, que todo planejamento sustentável precisa levar em conta:

- Sustentabilidade social: é entendida como a criação de um processo de desenvolvimento, sustentado pelo crescimento e subsidiado por uma visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma representação sobre o que seja uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres;

- Sustentabilidade econômica: possível por meio da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos, e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macro sociais e não, apenas, a partir do critério de rentabilidade empresarial de caráter microeconômico;

- Sustentabilidade ecológica: precisa ser melhorada, intensificando o uso potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida. Admitindo que haja limitação no consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituição por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não agressiva ao meio ambiente. Redução do volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação da energia e de recursos da reciclagem. Promoção da auto limitação no consumo de matérias por parte dos países ricos e dos indivíduos de todo o planeta; intensificando a pesquisa para obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento geral. Definição de normas para adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para seu cumprimento;

- Sustentabilidade espacial: voltada para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição dos assentamentos urbanos e das atividades econômicas. Para tanto, reduzindo a concentração excessiva nas áreas metropolitanas, freando a destruição de ecossistemas frágeis, porém de vital importância. Promovendo a agricultura e a exploração agrícola de florestas, por pequenos agricultores, através de técnicas modernas e regenerativas. Explorando o potencial da industrialização descentralizada, acoplada a nova geração de

tecnologia, com referência espacial às indústrias de biomassa e seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícola nas áreas rurais. Uma nova forma de civilização baseada no uso sustentável de recursos renováveis não é apenas possível, mas essencial. E, finalmente, criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade;

- Sustentabilidade cultural: inclui a procura de raízes endógenas nos processos de modernização e sistemas agrícolas integrados. Processos que busquem mudanças dentro da comunidade cultural e que traduzam o conceito normativo de eco-desenvolvimento, em conjunto com soluções específicas para o local, sejam o ecossistema, a cultura ou a própria área.

Essas cinco dimensões são vistas conjuntamente e não podem ser trabalhadas de maneira isolada, já que uma se reflete na outra. A sustentabilidade torna-se um princípio necessário ao debate do desenvolvimento da localidade, quando se preocupa com a melhoria da qualidade de vida da população não só em curto prazo, mas também em longo prazo; considerando o não comprometimento das gerações futuras.

A passagem do atual mundo desintegrado para outro em que o desenvolvimento seja sustentado (com implícita melhoria da qualidade de vida), exige radical migração da situação presente de insustentabilidade planetária para um novo modelo civilizatório local.

Daí surge o desafio de gerar estratégias que permitam articular as economias locais com a economia de mercado nacional e mundial, preservando a autonomia cultural, as identidades étnicas e as condições ecológicas para o desenvolvimento sustentável de cada comunidade, isto é, integrando as populações locais em um mundo diverso e sustentável.

Dentro dessa discussão, observa-se que a construção de uma sustentabilidade não é fácil, uma vez que a insustentabilidade atual é resultante do conhecimento superado e inadequado de que o meio ambiente absorve todos os impactos gerados pelo homem.

Esse processo em construção demonstra que todos os agentes locais estão em constante troca com o ambiente. Isso implica dizer que as mudanças devem ser pensadas em total perspectiva espacial, já que dentro do ambiente tudo se encontra interligado e dependente entre si.

Toda formação social e todo tipo de desenvolvimento estão fundados num sistema de valores, em princípios que orientam as formas de apropriação social e transformação da natureza. A racionalidade ambiental incorpora, assim, as bases do equilíbrio ecológico como norma do sistema econômico e condição de um desenvolvimento sustentável; da mesma forma que se fundem os princípios éticos (respeito e harmonia com a natureza) e os valores políticos (democracia participativa e equidade social). Ambos os paradigmas, abordagem ética e ação política, constituem os novos fins do desenvolvimento e se entrelaçam como normas morais nos fundamentos materiais de uma racionalidade ambiental. Desse modo, Leff (2002), argumenta que, para a conservação da racionalidade ambiental, deve-se respeitar uma nova ética. Um juízo em que se manifestem os comportamentos humanos em harmonia com a natureza; com princípios de vida democráticos e com os valores culturais que dão sentido à existência humana.

Em linhas gerais, um conjunto de práticas sociais que transformam as estruturas do poder associadas à ordem econômica estabelecida; mobilizando um potencial ambiental, social, político e cultural, para a construção de uma racionalidade social alternativa.



A partir desta perspectiva, o capital social ganha destaque. Refere-se ao fato de que toda sociedade detém certo acervo de valores e cultura. A esses se agregam outros elementos intangíveis, mas de grande peso, como as redes que entrelaçam os esforços dos atores sociais com as metas de interesse coletivo. Pesa, do mesmo modo, o “pluralismo organizacional”, ou seja, os modos organização das sociedades que permitem maior flexibilidade para responder a diferentes desafios.

Dessa maneira, o capital social, trabalhado em conjunto com a sustentabilidade torna o processo mais articulado com os atores sociais. Putnam (1994), afirma que “o grau de confiança existente entre os atores sociais de um dado grupo, as normas de comportamento cívico praticadas e o nível de associatividade, são os elementos que o caracterizam”. Esses elementos são comprovadores da riqueza e da fortaleza do tecido social interno de uma sociedade. A confiança atua como um economista de conflitos potenciais, limitando o embate entre opiniões distintas. As atitudes positivas, em matéria de comportamento cívico, vão desde cuidar de espaços públicos ao pagamento dos impostos. É, em grande medida, toda conduta que contribui para o bem-estar geral. A existência de altos níveis de associacionismo indica que é uma sociedade com capacidade para atuar cooperativamente, armar redes, acordos e sinergias.

O capital social torna-se motivador, uma alavanca para o crescimento das relações entre as pessoas e consigo próprio. Aumenta a confiança, a fidelidade, a cooperação e a integração dentro da comunidade. Assim, Hirschman (1984), propõe que “o capital social é o único tipo de capital que não diminui ou se esgota com seu uso. Pelo contrário, cresce na medida em que é acionado”. Pode-se se dizer que o capital social só desaparece quando não é utilizado durante os processos individuais e coletivos.

A sinergia entre o capital social e a sustentabilidade permite a construção de vínculos de confiança, cooperação e solidariedade, preocupados com as trocas atuais e com as gerações futuras. Tem-se o compromisso de planejar um desenvolvimento alinhado com as características locais; que respeite a cultura e busque a sustentabilidade da comunidade.

Para se alcançar um desenvolvimento sustentável, seria necessário uma gestão sustentável dos recursos naturais e o respeito à cultura local. São ambas as condições indispensáveis à sua concretização, adotando posturas mais abrangentes dos governos e da sociedade. Para que a implementação das estratégias proponentes de sustentabilidade seja estabelecida, segundo a Agenda 21, realizada em 1992, é preciso que se considerem as seguintes premissas:

(I) participação; (II) disseminação e acesso à informação; (III) descentralização das ações; (IV) desenvolvimento da capacitação institucional; (V) interdisciplinaridade na abordagem da gestão de recursos naturais, promovendo a inserção ambiental nas políticas setoriais. (CONFERÊNCIA..., 1992 In AGENDA 21, 1996, p. 44).

O desenvolvimento local sustentável requer, dessa maneira, o planejamento local e participativo, no plano micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidos na proteção da área. Assim, segundo Sachs (2002):

É necessário uma combinação viável entre economia e ecologia, pois, as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas competem à ciência social as articulações das estratégias de transição rumo a este caminho (SACHS, 2002, p.60).

O desenvolvimento local torna-se a principal alternativa para o alcance de melhorias efetivas para comunidades locais, onde a exclusão social é marcante. O

debate sobre a inclusão social é muito mais vigoroso quando se dá no âmbito de uma localidade. Quando considera suas características culturais, ambientais e sociais; dando margem para um processo de incentivo do desenvolvimento “de baixo para cima”, buscando a sustentabilidade no longo prazo.

## 2.7 EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL

A realidade brasileira é marcada por grandes desigualdades sociais, que implicam em um processo crescente de exclusão social. Diante disso, o debate da exclusão social, é importante para propor meios que viabilizem a inclusão de comunidades marcadas pela pobreza e pela desigualdade social.

Santos (1999, p. 27) cita Marx como um dos teóricos da desigualdade no mundo capitalista. Para ele: “A relação capital/trabalho é o grande princípio de integração social na sociedade capitalista, uma integração que assenta na desigualdade entre o capital e o trabalho, uma desigualdade classista baseada na exploração”

Ainda para Santos (1999), “se Marx é o teórico da desigualdade, Foucault é o teórico da exclusão. Se a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é, sobretudo, um fenômeno cultural e social”.

A exclusão e a inclusão social são concebidas, segundo Foucault (1979), “como conceitos inseparáveis: a exclusão é, permanentemente, comparada com o cenário de algo que está incluído”. O objetivo é de estudar as distinções, diferenciações e divisões que qualificam e desqualificam os indivíduos (e grupos) para a ação e participação. O que está em jogo é a questão da identidade e as formas como os sistemas produzem a incorporação do sujeito como cidadão.

O debate sobre a exclusão é parte integrante de um amplo processo histórico que acompanha a evolução da humanidade. Um exemplo de sua manifestação pode ser observado no século XVIII, quando o pensador Jean-Jacques Rousseau pronunciou-se a respeito da desigualdade entre os homens. A partir de sua obra “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, em 1755, foram lançadas às bases que seriam, mais tarde, associadas ao conceito de exclusão. Mesmo sem ter utilizado o termo exclusão, Rousseau identificou dois tipos de desigualdades. A desigualdade natural ou física se originaria nas diferenças existentes entre os indivíduos da espécie humana, tais como no sexo, raça, idade e saúde. A segunda delas, a desigualdade moral ou política, estaria relacionada à estrutura de organização da sociedade, capaz de permitir a existência de alguns em detrimento de outros como, por exemplo, ser rico e pobre, poderoso ou fraco. Assim, Rousseau afirmava que o segundo tipo de desigualdade fora produzida pela instituição da propriedade privada, idéia incorporada por Marx no século seguinte.

É interessante constatar que o reforço à exclusão social enquanto conceito, para Sposati (1999), “aparece ao mesmo tempo em que a sociedade se torna recessiva econômica e socialmente, a partir da regulação neoliberal que é mundializada na segunda metade da década de 1970”. A exclusão social assume não só o caráter de conceito/denúncia, como também quebra da cidadania até então difundida no Primeiro Mundo. Acrescenta-se a essa consideração o fato que a segunda metade do século XX, é marcada mundialmente pela defesa do direito à diferença.

Assim, a noção de igualdade só se completa se compartilhada com a noção de equidade. Não basta um padrão universal, se este não comprometer com o direito à diferença. Não se trata de um padrão homogêneo, mas equânime.

Hoje, a exclusão social possui inúmeras definições e conceitos, embora muitos deles genéricos, por exemplo, considera a exclusão social como uma ruptura de vínculos sociais lábeis. Também, pode-se dizer, segundo Escorel (1995, p. 37) que o “conceito de exclusão social é reservado para definir situações e condições nas quais há um processo social ativo de discriminação, estigmatização e expulsão de um conjunto de âmbitos sociais não determinados por decisões individuais”.

Excluir significa criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer. Para a autora, a exclusão se manifesta no contexto social (pela fragilidade que estabelece no âmbito das relações humanas), no contexto cultural (pelo estigmatizar simbólico e descaso em relação às representações sociais), no contexto humano (pela desconsideração da pessoa, quando ela se encontra sem função social alguma) e no contexto político (pelo desrespeito aos direitos fundamentais do homem).

A exclusão se dá, efetivamente, para todos que se encontram fora dos circuitos das trocas sociais, pessoas que não entraram nos círculos habituais do trabalho e da sociabilidade ordinária, vivendo isoladas. Na maior parte dos casos, a exclusão nomeia situações que traduzem uma degradação relacionada de como se vivia em um momento anterior. Essa situação vulnerável é, por exemplo, de quem vive do trabalho precário, ou que ocupa uma moradia de onde possa ser expulso a qualquer instante.

Para Pochman e Amorim (2003), “além da indicação quantitativa para a definição de exclusão (em relação ao acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, ao transporte e à informação, entre outros), cresce a importância da qualidade”. Pois a simples constatação sobre a importância do acesso a um bem ou serviço não é suficiente para compreender a superação da condição de exclusão. Tornando-se fundamental medir a qualidade e o resultado desse acesso. Assim, o

fenômeno da exclusão surge não apenas para aqueles segmentos sociais que já estiveram incluídos em algum momento histórico, mas também para aqueles que jamais estiveram incluídos. Nesse sentido, a exclusão passa a reunir tanto segmentos sociais deserdados de uma condição de vida digna (que numa situação anterior tinha um emprego adequado e renda decente e agora convivem com o desemprego e a ausência de renda), como segmentos sociais despossuídos de situação prévia de inclusão (ou seja, que nunca tiveram acesso, por exemplo, a um emprego adequado).

Logo, a exclusão social assume características de natureza política e econômica. Faz com que alguns segmentos sociais sejam algo, porque têm. Faz com que outros não sejam, porque não têm. E, possivelmente, jamais serão, quando nunca haverão de ter. Em suma, as raízes da exclusão social estão inseridas nos problemas gerais da sociedade.

A falta de estrutura social, cujo caráter de exclusão é vetor resultante, desprivilegia o homem em seus aspectos social, humano, cultural e espacial. O desenvolvimento deve ser buscado como meta de inversão da exclusão para inclusão. E, para que isso aconteça, a desigualdade e a pobreza devem ser vistas como gargalos ao sucesso do processo de desenvolvimento social.

## 2.8 DESENVOLVIMENTO LOCAL E FIM DA EXCLUSÃO SOCIAL

Os resultados limitados de muitas políticas públicas de desenvolvimento, até agora aplicadas, sugerem que os marcos conceituais em que se apóiam apresentam graves insuficiências. É preciso passar da mudança imaginada para a imaginação

de mudança. Necessitam-se, urgentemente, de abordagens que, partindo de análises rigorosas das causas de deteriorização, cheguem às alternativas de ação.

Torna-se muito difícil, com a lógica fragmentada por meio das quais as políticas sociais são desenvolvidas, promover condições de inclusão social que não tropecem em itens isolados. É preciso considerar o conjunto de direitos relacionados entre si. O alcance de uma condição isolada, além de mais difícil, não promove inclusão dos indivíduos e, freqüentemente, perde até o seu próprio objetivo social.

Surge, assim, outra questão relevante no debate da exclusão: o conceito da cidadania. Cidadão é aquele que tem participação na sociedade e na produção; acesso igualitário aos serviços sociais básicos como educação, saúde e segurança. Cidadão é aquele que, mesmo diferente no ponto de vista cultural, físico e religioso, das habilidades profissionais, etc., tem participação na produção e acesso a todos os serviços básicos já relacionados. Confirmando essa relação entre exclusão e cidadania, Sposati (1999), considera que “o conceito de exclusão social, hoje, confronta-se diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e de cidadania. A exclusão é a negação da cidadania”.

Ao se debater o conceito de cidadania, é importante considerar a função do Estado. Nesse sentido, Kliksberg (1997), alerta para a necessidade de redesenhar o papel estatal. Propõe um modelo que substitua o Estado burocrático, alheio aos seus cidadãos, impenetrável, que não estimula a participação, de estilo gerencial autoritário (KLIKSBERG, 1997).

Entre os traços institucionais e gerenciais básicos do Estado redesenhado, o “Estado Inteligente”, destaca-se o fato de que: o governo central deve concentrar-se na aplicação de um processo eficiente de formulação, monitoramento, avaliação e retroalimentação das políticas públicas. Seria propósito, ainda descentralizar a ação

do Estado, dando origem a um “Estado rede”, em lugar de um “Estado pirâmide”; desenvolvendo capacidades para a administração intergovernamental, modelos organizacionais flexíveis, novo estilo gerencial público com revalorização do pessoal e enfoque no cidadão.

Os pontos levantados por Kliksberg (1997) coincidem com as práticas defendidas para o desenvolvimento local sustentável. Confirmando a tendência da visão local para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Contudo, a questão da inclusão não está resolvida e, Sposati (1999) propõe quatro utopias para inclusão social, que devem estar presentes no planejamento do desenvolvimento local:

– Autonomia – é compreendida como a capacidade e possibilidade de o cidadão suprir suas necessidades vitais, espaciais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, em que parte das necessidades deve ser adquirida e com o Estado responsável por assegurar outra parte das necessidades. Abrange a possibilidade de exercício de sua liberdade, tendo reconhecidas a sua dignidade e a possibilidade de representar pública e particularmente os interesses, sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão. Sob esta concepção, o campo da autonomia inclui desde o mínimo de sobrevivência até necessidades mais específicas, como a de usufruir de segurança social e pessoal, mesmo quando na situação de recluso ou apenado. É este o campo dos direitos humanos fundamentais;

– Qualidade de vida – envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização do acesso às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente. Assim, qualidade de vida é a possibilidade de melhor distribuição



– e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo, de respeito ao homem e à natureza, com menor grau de degradação e precariedade;

– Desenvolvimento humano – a possibilidade de todos os cidadãos melhor desenvolverem seu potencial, com o menor grau possível de privação e sofrimento; a possibilidade da sociedade usufruir coletivamente do mais alto estágio de capacidade humana;

- Equidade – é o conhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restrição de acesso a eles, nem geração de estigmas sobre as diferenças que conformam os diversos segmentos sociais. Assim, equidade é entendida como possibilidade de que as diferenças sejam manifestadas e respeitadas, sem discriminação. É, acima de tudo, uma condição que favorece o combate das práticas de subordinação ou preconceito em relação às diferenças de gênero, política, ética, religiosidade, cultura e de minoria.

Essas quatro utopias devem ser pensadas, planejadas e incorporadas às políticas que buscam o desenvolvimento local, uma vez que reconhecem a necessidade de trabalhar a realidade do lugar, busca melhorias na qualidade de vida e alcançar o desenvolvimento humano para toda a sociedade, de forma equilibrada.

A inclusão social é um dos pilares para se alcançar o desenvolvimento local. Sem inclusão, as melhorias atingidas tornam-se benefícios de poucos, não gerando a sustentabilidade, a integração, a descentralização do poder e o fortalecimento das relações apoiadas no capital social.

### **3 EDUCAÇÃO E TURISMO COMO ALTERNATIVAS DE REESTRUTURAÇÃO SOCIOECONÔMICA**

#### **3.1 EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INSERSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO**

##### **3.1.1 Uma abordagem histórica sobre a educação**

A abordagem que aqui se realiza trata da degradação da educação em favor dos interesses e manutenção dos privilégios de uma classe em detrimento de outra. Para isso é necessário situar a educação nos momentos históricos brasileiros ao longo dos tempos.

A educação, que funciona quase que especificamente como instrumento propagador da ideologia dominante, reprodutora das relações de dominação tem passado por diversas mudanças causadas pela realidade vigente em determinado momento da história e pelas necessidades da classe burguesa de impor e manter a sua hegemonia sobre as demais classes, os menos favorecidos pelas circunstâncias sociais, econômicas e políticas.

A classe dominante economicamente tem igualmente uma consciência, um pensamento. Ao mesmo tempo em que ela impõe seu modo de produção e suas relações de produção de bens materiais, ela fica atenta para manter esse poder através da estruturação de seu pensamento que legitima sua dominação (GADOTTI, 1984, p.104).

O surgimento do Brasil no cenário mundial no século XV, com a sua “descoberta” pelos portugueses, coincide também com o surgimento e desenvolvimento da educação pública.

A educação brasileira tem a sua gênese no período colonial com a chegada dos jesuítas. O padre Manoel da Nóbrega, que chefiava os jesuítas, elabora um plano de ensino e lhe dá um caráter hegemônico e universal, pois era direcionado tanto aos filhos de indígenas quanto aos filhos dos colonos portugueses. Essa homogeneidade foi rechaçada e suplantada pelo plano dos jesuítas, o que deu origem à formação das elites. Os filhos dos colonos eram educados nos colégios e seminários criados nos principais povoados onde eram ensinadas as chamadas humanidades, direcionadas aos herdeiros dos colonizadores como forma de desenvolver as inteligências e a percepção apurada para exercer o papel de dominador sobre as classes subalternas.

Neste período quase não havia uma política educacional estatal. Esta se restringia na formulação dos regimentos tidos como a primeira política estatal de educação e nos subsídios para a educação ministrada pela Igreja que é hegemônica perante a sociedade civil representada pelos jesuítas. Esse fato se constitui na versão da Educação Pública Religiosa no Brasil.

Devido ao modelo econômico agro-exportador predominante no setor econômico brasileiro, a educação não funcionava como reprodutora da força de trabalho, pois o referido modelo socioeconômico não exigia uma melhor qualificação da mão-de-obra que era usada na agricultura. As técnicas que eram utilizadas nesse setor eram bastante simples e rudimentares. As forças de trabalho eram compostas por escravos que eram trazidos da África. Não tendo essa função de reprodução de mão-de-obra especializada, funcionava em outros âmbitos como instrumento propagador da ideologia dominante. Os jesuítas, em suas escolas, difundiam a

ideologia dos colonizadores subjuguando pacificamente o indígena e docilizando o escravo quanto a sua condição de subserviência obrigada. A Igreja utiliza sua hegemonia frente à sociedade civil para auxiliar a sociedade política que representava os interesses da classe dominante, impondo sua ideologia e domesticando as classes subalternas.

Os jesuítas, além de prepararem os futuros bacharéis em belas-artes, direito e medicina, tanto na Colônia como na Metrópole, fornecendo assim os quadros dirigentes da administração colonial local, formavam ainda os futuros teólogos, reproduzindo os seus próprios quadros hierárquicos, bem como os educadores, recrutados exclusivamente do seu meio. Com isso a Igreja Católica não só assumia a hegemonia na sociedade civil, como penetrava, de certa forma, na própria sociedade política através dessa arma pacífica, que é a educação (FREITAG, 1980, p.47).

A expulsão dos jesuítas do Brasil, no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, não abalou suficientemente a força da Igreja frente à sociedade civil, pois está manteve-se hegemônica e continuou a controlar as instituições de ensino nas fases do império e da Primeira República, até metade do século XIX, reproduzindo a ideologia que atendia aos interesses da classe dominante.

A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isso mesmo, ação com eles. A sua dependência emocional, fruto da situação concreta de dominação em que se acham e que gera também a sua visão inautêntica do mundo, não pode ser aproveitada a não ser pelo opressor. Este é que se serve desta dependência para criar mais dependência, (FREIRE, 2003 p.57-58)

O Marquês de Pombal, com essa atitude, busca trazer o seu país, Portugal, para os avanços da economia industrial e política mundial. O ensino era um forte aliado e exigia uma mudança urgente nas estruturas do mesmo. O objetivo com

essa reformulação do ensino ministrado em Portugal e no Brasil era “modernizar o sistema educacional, abrindo o seu conteúdo às Ciências Experimentais” educando os homens para que estes fossem úteis aos interesses da nação orientando-os sob o enfoque da razão e deixar de lado a cultura do espírito, percebemos que a visão do Marques já se assentava no desenvolvimento baseado na educação.

À medida que desaparecem os trabalhos que necessitam de poucas habilidades (devido à automatização ou à exportação do trabalho), a maioria requererá certas habilidades que as escolas terão de proporcionar. Além disso, a globalização marca o começo de uma nova era de conhecimento exigido. currículo centrado em relações do consumidor, resolução de problemas, inovações e espírito empreendedor e “multiabilidade” transcultural são a base da transformação econômica de uma região, (IMBERNÓN, 2000, p. 59).

Porém, suas idéias não tiveram êxito por diversas razões como, à falta de mestres que pudessem dar um novo rumo ao ensino diferenciando-o do ministrado pela Igreja, pois os mesmos estavam marcados pela ação pedagógica dos jesuítas; insuficiência de recursos enviados pela Coroa à colônia; isolamento cultural da colônia devido ao receio de que se difundissem idéias revolucionárias de emancipação política da mesma. A igreja continuou a controlar as instituições de ensino e inculcar a sua ideologia entre os gentios.

Foram pouquíssimas as mudanças ocorridas na sociedade colonial e isso não requer, necessariamente, uma mudança nas estruturas do ensino.

Podemos dizer que nesse período uma política educacional estatal é quase que inexistente. Basta ressaltar que o primeiro ministério da Educação é criado pelo Governo de Getúlio Vargas em 1930. Isso não quer dizer, porém, que o sistema educacional correspondente aos diferentes momentos desse período fosse totalmente inoperante. De fato, durante o Brasil - Colônia, funcionou aqui um sistema educacional montado pelos jesuítas

cumpria com uma função de reprodutora das relações de dominação da ideologia dominante (FREITAG, 1980, p.46-47).

A mão-de-obra não exige melhor qualificação que antes, pois o modelo agro-exportador continua o mesmo, somente mudando a monocultura açucareira para a cafeeira. A mão-de-obra escrava é parcialmente substituída pelos imigrantes e estes já traziam técnicas próprias utilizadas nos campos asiáticos e europeus e as aplicavam aqui. A independência política exige um fortalecimento da sociedade política surgindo para isso várias escolas militares de nível superior em todo o país. A escola não deixaria de ser o aparelho propagador da ideologia dominante e das relações de dominação entre as classes sociais.

Somente no fim do Império e começo da República surgem os primeiros traços embrionários de uma política educacional estatal. No período anterior essa política era feita exclusivamente pela Igreja, no âmbito da sociedade civil. Com a Proclamação da República, em 15 de novembro 1889, decreta-se a separação entre Igreja e estado, mas isso não resultou numa política educacional centralizada tornando-a um problema do estado nacional. Argumentava-se que o império era um regime centralizado e não mantinha a educação centralizada. Considerou-se com isso que a república não deveria centralizar a política educacional sendo ela um regime político descentralizado.

### **3.1.2 A industrialização e a educação profissionalizante**

Em 1930, com a substituição das importações e o acabamento do processo industrial, a educação passará a ser vista com mais interesse do estado, pois este vê nela um forte aliado para estruturar a nova situação que ora se apresentava. A

industrialização possibilitará o surgimento de uma nova classe que passaria a exercer a hegemonia ideológica e econômica em detrimento da decadência do poderio dos latifundiários cafeicultores que são obrigados a dividir o poder com a burguesia industrial. O valor do conhecimento já era algo bastante difundido na Europa desde a Revolução Industrial como argumento, por exemplo,

Desde o operário que molda a madeira ou a argila até o Ministro de Estado que, com um golpe de pena, define tudo que se refere à agricultura, aos haras, às minas e ao comércio, cada indivíduo executará melhor seu ofício se conhecer melhor a natureza das coisas, se for mais instruído. [...] Novos progressos em nossos conhecimentos proporcionam à sociedade um aumento de felicidade. [...] Dentre esses inúmeros conhecimentos, uns teóricos e outros aplicados. [...] existem muitos, felizmente, em cuja aquisição os particulares tem interesses pessoal, cujo ensino, portanto, a sociedade pode dispensar-se de pagar. [...] Nem todos os tipos de conhecimentos, entretanto propiciam ao indivíduo uma vantagem proporcional à que a sociedade deles retira. [...] As academias e a sociedade científica, assim como pequeno número de escolas muito boas, em que não somente se conservariam o resultado dos conhecimentos e os bons métodos de ensino, mas que ainda ampliariam permanentemente o domínio das ciências. [...] Como uma despesa inteligente e prudente em qualquer país capaz de avaliar as vantagens ligadas ao desenvolvimento das faculdades humanas. (SAY,1983, p.404-405).

Cria-se o Ministério da Educação e Saúde, o que possibilitará mudanças contundentes no sistema educacional exigidas pela nova realidade que se apresenta. Durante o período colonial até 1929, fim da República Velha, o país era essencialmente agro-exportador e esse modelo não exigia que as escolas reproduzissem mão-de-obra qualificada devido á facilidade de manuseio das técnicas agrícolas necessárias ao setor agrário. A chegada dos imigrantes também não exigiu mudanças no setor educacional, pois estes já chegaram preparados e conhecedores de técnicas aprendidas nos seus países de origem.

A industrialização nos anos de 1930 faz essa exigência e o governo atende às necessidades da classe emergente, a Burguesia capitalista, tornando a educação uma questão nacional. Assim tivemos uma série de mudanças relativas à educação, de alcance nacional. Em 1931, as reformas do Ministro Francisco Campos; em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da educação Nova, a constituição de 1934 que colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e a elaboração de um plano nacional de educação; as Leis Orgânicas do ensino, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946, por Gustavo Capanema, ministro da educação do Estado Novo.

A política educacional do Estado Novo não se limita à simples legislação e sua implantação. Essa política visa, acima de tudo, transformar o sistema educacional em um instrumento mais eficaz de manipulação das classes subalternas. Outrora totalmente excluídas do acesso ao sistema educacional, agora se lhes abre uma nova chance. São criadas as escolas técnicas profissionalizantes “para as classe menos favorecidas”. A verdadeira razão dessa abertura se encontra, porém, nas mutações ocorridas na infra-estrutura econômica, com a diversificação da produção. Especialmente o trabalho nos vários ramos da indústria que exige maior qualificação e diversificação da força de trabalho (FREITAG, 1980, p.52).

A partir daí o Estado passa a controlar o sistema educacional e o transforma gradativamente num perfeito Aparelho Ideológico do Estado, praticando uma política que visa transformar o sistema educacional em instrumento que possa manipular satisfatório e eficientemente as classes subalternas em benefício da classe dominante, a Burguesia ascendente.

Surgem os cursos profissionalizantes promovidos pelo advento da indústria nacional. Era essencialmente necessário o surgimento de escolas que treinassem, preparassem o novo trabalhador, exigido pelas mudanças na infra-estrutura econômica. A substituição das importações faz com que surja a indústria, que por



sua vez exige mão-de-obra qualificada, e o Estado se incumbia da preparação necessária deste trabalhador através das escolas profissionalizantes a partir daí. O Estado era movido pelo interesse em manter-se aliado da Burguesia dominante e perpetuar-se no poder.

Esses cursos profissionalizantes também foi uma forma que o governo encontrou para acalmar a classe subalterna que se sentia alijada e sem acesso à educação, principalmente ao ensino superior. Generosamente lhe é dada uma chance de ascender na pirâmide social ao ter acesso ao ensino profissionalizante no tocante a se conseguir uma vida melhor. Na verdade esses cursos surgiram devido às mudanças ocorridas no setor econômico do país, a implantação da indústria nacional e possibilitariam a formação de um exército de trabalhadores para o bem da nação. Havia uma troca de favores entre o poder e a classe operária, sendo que sairia perdendo esta, pois o seu trabalho não seria valorizado economicamente, somente trazendo mais-valia para a Burguesia que tinha o intuito de acumular capital e alicerçar o seu poderio e exercer a sua hegemonia sobre as classes subalternas.

A nova força de trabalho exigida pelo novo modelo econômico deveria ser recrutada na nova configuração de classes. A classe dominante não seria o fornecedor desse tão necessário produto, pois esta estava interessada em formar seus quadros dirigentes em escolas da elite buscando o ensino propedêutico que lhe possibilitaria ingressar na universidade, centro de ensino superior moldado para formar a classe dominante. Fica, então, relegado o ensino profissionalizante à classe operária que via aí uma chance de fugir da sua condição econômica e social, pois com o tempo esse tipo de curso sofreu um desvirtuamento.

Através dele as classes menos favorecidas tinham uma via de acesso às universidades e conseguir o tão almejado e sonhado título acadêmico, passaporte

para o andar de cima da pirâmide social, passando a fazer parte da elite social. Sua luta terminaria por ali, pois deixaria de fazer parte da classe subalterna e passaria a classe dominante. Haveria uma modificação ideológica com a aquisição do diploma universitário, tornando-se mais um entre os inúmeros algozes das classes subalternas. Suas raízes sociais seriam relegadas ao passado, ao esquecimento e o poder dominante teria mais um aliado em suas bases, fortalecendo o seu poder e permanência neste.

O sistema educacional do estado Novo adota uma ideologia paternalista oferecendo chances educacionais que são oferecidas pelas escolas técnicas para os menos favorecidos, pois a elite não buscava esses cursos, mas os propedêuticos visando conseguir ingressar na faculdade que lhe prepararia para exercer o poder sobre as classes subalternas. A classe operária passa a ter acesso aos cursos profissionalizantes o que parece ser um ressarcimento por parte do governo, pois as chances e igualdade de condições tão propagandeadas na Constituição eram mínimas e cheias de segundas intenções. A falta de acesso a um ensino de qualidade que lhes possibilitassem uma preparação adequada para ingressarem nas universidades é proveniente de sua condição social e econômica. A necessidade de trabalhar desde cedo não lhes permitia ter o tempo que precisariam para ter acesso aos cursos diurnos e melhor qualificados.

Em contrapartida a possibilidade de estudar, de freqüentar cursos profissionalizantes tinha o real objetivo de assegurar produtividade do setor industrial e extrair mais-valia dos trabalhadores que, com certeza, a produziram mais a contento por estarem mais bem treinados. Toda essa situação era criada e financiada pelo Estado, interessado em fomentar e preservar os interesses cada vez maiores de acúmulo de capital pela burguesa nacional.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1945, as chances de desenvolvimento sem a intervenção dos interessados da Burguesia internacional e sem estar atrelados aos interesses desta è quase que impossível. O Estado sente a necessidade de modificar o sistema educacional e tenta adequá-lo à nova realidade econômica nacional. Em 1948 é encaminhado um projeto-lei à Câmara dos Deputados pelo então Ministro da Educação Clemente Mariani.

Este projeto procurava atender a algumas aspirações das classes subalternas. São feitas concessões á classe camponesa e operária como a extensão da escola gratuita e a criação da equivalência dos cursos de nível médio que permitiam ao aluno transferir-se de um ramo de ensino para outro mediante prova de adaptação, o que antes não era permitido.

Podemos muito esquematicamente dizer que esse último período se caracterizou pela coexistência contraditória, e às vezes abertamente conflitiva, de uma tendência populista e de uma tendência antipopulista. A política educacional que caracterizou esse período reflete muito bem a ambivalência dos grupos no poder (FREITAG, 1980, p.56).

No entanto, o referido projeto foi engavetado e só é retomado em 1957. O novo Projeto-de-lei que é enviado à Câmara possui inúmeras inovações e consistia na redução o máximo possível do controle do estado sobre a escola devolvendo-a a sociedade civil como instituição privada. Argumentava-se que os pais teriam a liberdade de optar pelo tipo de ensino que seus filhos deveriam receber.

Evidentemente, essa proposta do Subjuntivo Lacerda tinha camuflado um interesse de classe. O objetivo era impedir a ascensão da classe operária, pois nem todos teriam condição de financiar o ensino particular. Altas taxas mensais eram cobradas e a qualidade do ensino ministrado nessas instituições particulares deixava

a desejar. O estudante se sacrificava para pagar o seu estudo e no final não estaria satisfatoriamente pronto para prestar exame de vestibular, caminho obrigatório para a faculdade. A gratuidade do ensino estava excluída da nova proposta e todos esses fatos tinham a função de manter intactos os privilégios da classe burguesa.

Após longos e intensos debates surge a Lei 4.024, que consegue um consenso entre as duas propostas anteriores. Esta continha características populistas e elitistas. Ao mesmo tempo em que estabelecia a equivalência dos cursos de nível médio, omitia a gratuidade do ensino dificultando para o aluno menos favorecido em seguir estudando, pois este não tinha condições de pagar as taxas de escolaridade. Sendo assim ao mesmo tempo em que favorecia ao desenvolvimento do ensino particular, tornando a educação uma empresa lucrativa, a lei criou uma barreira que impedia o acesso das classes subalternas aos níveis superiores de ensino.

Quando essa lei é promulgada, ela já está ultrapassada, pois no final do ano de sua promulgação, 1961, já começa a delinear possíveis mudanças nas estruturas da sociedade política, o que, conseqüentemente, traria a necessidade de reformulação na nova lei educacional.

A deturpação da Lei 4.024, no que se refere ao ensino profissionalizante seria revista pela nova Lei 5.692/71. Este ensino estava atendendo aos interesses dominantes que era formar uma força de trabalho qualificado. A reforma do ensino universitário pela Lei 5.540, de 1968, foi originada dessa deturpação que causou a pressão sobre as universidades pelos estudantes provenientes da classe operária que se sentiam excluídos do processo educacional e exigiam igualdade de condições no acesso às universidades. Mas, ao ingressarem, geralmente não cursavam o que queriam, pois os cursos tradicionais e elitistas como Direito, Medicina e Engenharia já estavam preenchidos pelos estudantes originários da

classe dominante. Teriam que se contentar com cursos mais acessíveis e menos capazes de lhes possibilitar ascender socialmente e fazer parte da elite.

A lei 5.540 que reformulou o ensino superior em 1968 sugeria a criação de cursos de curta duração, as licenciaturas, mais longa um pouco, e a pós-graduação entre 2 e 4 anos adicionais, implantação de cursos básicos, sistema de créditos, propõe a departamentalização e a conseqüente extinção da cátedra e, entre outras, restringe a participação estudantil no processo de decisão interna.

Mas, essa reforma tinha o objetivo de arrefecer a pressão e controlar o mais rápido possível os revoltosos que poderiam colocar em risco as estruturas do poder político e econômico constituído. Faz-se algumas concessões aos interesses das classes subalternas, mas cria-se mecanismos que afunilam as chances da classe operária em ingressar nas universidades condizentes com seus interesses pessoais.

Tendo em vista a maneira como foram planejadas e discutidas as reformas universitárias realizadas no final da década de 1960 em países como a Alemanha Ocidental e França, o caso brasileiro apresenta algo de *sui generis*. Se na Europa os debates, as críticas e as reformulações, em torno das reformas, eram assunto de todos (associações estudantis, grupos de professores, igreja, jornal, sindicatos e partido políticos), tendo portanto uma plataforma ampla na sociedade civil de cunho democrático, no caso brasileiro a reforma foi assunto de gabinete (FREITAG, 1980, p. 85).

Vestibulares cada vez mais seletivos eram elaborados e aqueles que conseguissem ser aprovados iriam cursar faculdades menos capazes de lhes possibilitar ascensão social e mudança de status desejados. O jubramento era outra forma de alijar as classes subalternas do ensino superior quando o aluno não atingisse uma média desejada ou estivesse engajado em algum movimento subversivo e ficariam impedidos de se matricularem em escolas de nível superior em todo país.

### 3.1.3 Educação como aparelho ideológico do Estado

Em 1969 é criada a fundação Mobral, que consistia em alfabetizar adultos que não haviam tido acesso às escolas sistematizadas, visando conter o operário em seus anseios sociais e tinha o objetivo de inculcar no operariado uma ideologia que pregava os valores do capitalismo hegemônico e autoritário. São utilizadas técnicas de alfabetização de Paulo Freire que funcionou, não como prática de liberdade, mas de integração ao Modelo Brasileiro ao nível das três instâncias: infra-estrutura, sociedade política e sociedade civil.

O projeto educacional sancionado em agosto de 1971, trazia inovações em relação à Lei 4.024/61, extensão definitiva do ensino primário obrigatório de 4 a 8 anos em escolas públicas; (art. 18),- redução do ensino médio de 7 para 3 a 4 anos; (Art.22).

- profissionalização do ensino médio; (Art.4 1 a 5, a Art.10).
- garantia de continuidade e terminalidade dos estudos (Idem).
- reestruturação do funcionamento do ensino no modelo da escola integrada com a definição de um núcleo de matérias obrigatórias e optativas à escola do aluno.

Os objetivos dessa lei educacional eram:

1. mudar o curso de uma das tendências da educação brasileira, fazendo com que a qualificação para o trabalho se tornasse a meta não apenas de um ramo de escolaridade, como acontecia anteriormente, e sim de todo um grau de ensino que deveria adquirir nítido sentido de terminalidade.

2. beneficiar a economia nacional, dotando-a de um fluxo contínuo de profissionais qualificados, a fim de corrigir as distorções crônicas que há muito afeta o mercado de trabalho, preparando em número suficiente e em espécie o quadro de recursos humanos de nível intermediário de que o país precisa.

Fica óbvio que esse objetivo tendia, conseqüentemente, à reprodução de classes, pois os estudantes do ensino médio saíam da escola e ingressariam diretamente no mercado de trabalho deixando de fazer pressão sobre as universidades, estando assim resguardados os interesses da classe dominante que teria o caminho livre para continuar a engendrar o seu plano de expansão e imposição de uma ideologia controladora e castradora quanto aos interesses da classe operária.

A nova realidade política e econômica exigia uma reformulação da política educacional e em 1988 é concluída uma proposta que visava atender, mais uma vez, às necessidades e aspirações da sociedade atual do Brasil levando-se em conta a predominância constante dos interesses capitalista da Burguesia.

As estruturas pesadas, de poder centralizado, em que soluções que precisam de celebridade, as arrastam de setor a setor, à espera de um parecer aqui, de outro acolá, se identificam e servem a administração autoritárias, elitistas e, sobretudo, tradicionais de gosto colonial. Sem a transformação de estruturas assim que terminam por nos perfilar à sua maneira, não há como pensar em participação popular ou comunitária. A democracia demanda estruturas democratizantes e não estruturas inibidoras da presença participativa da sociedade civil (FREIRE, 2003, p. 75).

Em dezembro de 1988, o deputado Otávio Elísio apresentou à Câmara Federal o Projeto Lei que recebeu o número 1258 – A88 fixando as diretrizes e bases da educação nacional. Em 1989, quando tramitava esse Projeto-Lei é apresentado um substitutivo do referido projeto pelo Deputado Jorge Hage, que logo foi assimilado pela comissão, visto que apresentava certa aparência com o projeto inicial.

Mas, havia uma correlação de forças desfavoráveis ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em tramitação da lei por parte dos congressistas preocupados com a manutenção de seus interesses e a apresentação de um novo Projeto-Lei tendo como autores os senadores Darci Ribeiro, Maurício Correia e Marco Maciel.

Em 1996 é aprovada e sancionada pelo presidente a nova LDB, em detrimento de um outro plano de educação, este elaborado pela sociedade civil sendo uma proposta democrática de massa, enquanto o outro é uma proposta do governo que não ouviu ou buscou a participação da sociedade referida. Novamente é imposta a nova estrutura de ensino à sociedade sem conhecer seus verdadeiros anseios, isso de forma ditatorial e desrespeitosa para com os interesses da sociedade.

Assim, mais uma vez os interesses da classe dominante permeiam a nova LDB, como não poderia deixar de ser, pois caso contrário seriam abaladas as estruturas do poder e os interesses e privilégios da classe dominante estariam em perigo constante.

A partir desse apanhado histórico, não tão completo ou íntegro, podemos constatar o efetivo sucateamento da educação nacional, consequência dos interesses cada vez maiores e mais exigentes da classe dominante impedindo o



desenvolvimento e ascensão das classes subalternas quando a elite fecha as portas da via mais direta para esse desenvolvimento: a educação exercida na sua essência de libertação e crescimento cultural, econômico e social.

#### **3.1.4 Educação e a micro-região de Jitaúna**

Durante todo o processo educacional brasileiro é perceptível a presença da classe dominante que utiliza a educação como arma de controle, divulgação sorrateira e implantação de uma política de dominação por parte da referida classe, buscando preservar seus interesses de dominação sobre as classes subalternas. Para isso sempre foram feitas modificações no sistema educacional de acordo com a realidade vigente em determinado momento. Não de forma clara as leis educacionais visavam degradar as redes de ensino objetivando perpetuar os privilégios da classe dominante.

Todas as legislações elaboradas para nortear o funcionamento da educação proclamam-na como direito e dever de todos. Isto quer dizer que todos, tanto podem como devem estudar. Podem porque a lei lhes assegura este direito, mas os subsídios devem vir do próprio indivíduo, sendo-lhe financiado apenas o ensino fundamental. Devem porque é através da educação que o indivíduo conseguirá ascender pessoal e profissionalmente.

Mas há um paradoxo nessa lei no que se refere ao direito e dever do cidadão referente à educação. O indivíduo, ao reivindicar o seu direito à educação estará lutando por uma melhoria na sua condição de vida, mas não lhe é dada nenhuma condição real de iniciar e permanecer na escola. A sua vida agitada pela necessidade de trabalho e sobrevivência poderá impedi-lo de permanecer dentro do

processo educacional. Ao mesmo tempo, se conseguir permanecer e completar o curso em que está inserido estará atendendo muito mais aos interesses da Burguesia do que aos seus próprios interesses, pois poderá gerar mais-valia para os patrões que terão à sua disposição mão-de-obra qualificada em troca de uma remuneração irrisória e insignificante em relação ao que este poderá produzir.

É seu dever estudar, pois estará ajudando a formar um país, uma nação mais forte e mais justa com a formação de cidadãos conscientes e que buscam exercer a sua cidadania.

Toda essa situação é subsidiada por leis educacionais elaboradas com a preocupação, por parte dos legisladores representantes da classe burguesa, em perpetuar essa situação para deleite da sociedade política interessada em manter-se atrelada aos interesses da classe dominante e que, em troca, lhe ajuda a manter-se no poder.

A educação, uma das vias de acesso à ascensão social, funciona de forma contrária, não lhe permitindo ascender e lhe relegando à condição social em que está, acontecendo o contrário, com raras exceções. Como salienta Demo:

A educação tem que visualizar sempre a percepção “emancipatória” do sujeito que busca fazer-se oportunidade, à medida que começa a se reconstituir pelo questionamento sistemático da realidade, incluindo a prática como componente necessário da teoria, e vice-versa englobando a ética dos fins e valores. (DEMO, 2000, p.7-8).

A escola controla o cidadão atendendo aos interesses da Burguesia, ao mesmo tempo, lhe dá a sensação de que, estando ali, poderá modificar aquela situação. Gradativamente lhe é inculcido uma esperança imprescindível para que os interesses da Burguesia permaneçam intactos: a certeza de que a escola lhe

permitirá subir na escala social e fazer parte, um dia, dos que freqüentam o cume da pirâmide social. Sem essa certeza o indivíduo sentir-se-ia desmotivado e as estruturas do sistema capitalista estariam abaladas, pois a qualificação de mão-de-obra, de recursos humanos capazes de gerar mais-valia estaria fadada a decair e impediria, com isso, o acúmulo de capital imprescindível para a continuação do capitalismo. Sabe-se que a base, o alicerce do sistema capitalista é o acúmulo de capital e isto estaria ameaçado se o cidadão não tiver dentro de si a esperança de um dia fazer parte desse mundo de sonhos. A utopia de ascensão da classe subalterna é a fonte mantenedora dos interesses da classe dominante, da elite social.

Assim, a educação é base primaz do processo contínuo de formação do homem. Quem não domina seus instrumentos, quem não avança em seus propósitos, quem não se aperfeiçoa, fica à margem da evolução e passa a ser um mero coadjuvante da história. Portanto, é preciso que se ofereçam a “todos” as condições essenciais para alcançar essa meta, nesse caso, a Educação emancipatória do sujeito se inscreve como possibilidade de oferecer àqueles e àquelas, a condição de ser e de estar no mundo assumindo, com autonomia, sua postura de sujeitos ativos, construtores da própria realidade.

O reflexo da educação na micro-região de Jitaúna não é diferente do resto do país, a educação sempre foi colocada em segundo plano, os coronéis, os políticos e a população civil sempre tiveram outros interesses, isto fez com que a sociedade sentisse um pequeno surto de crescimento sem vislumbrar o desenvolvimento e, assim a micro-região não criou as condições necessárias para o desenvolvimento com perspectivas educacionais.

Dessa forma, o ato educativo tem que ser concebido como “o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupo e classes sociais” (DELORS, 2006, p. 33).

Os vícios do passado ainda perduram nos dias atuais, os jovens da micro-região não viam grandes perspectivas na educação, a formação educacional não é vista com bons olhos pela juventude, os sonhos e anseios são perdidos escolas mal conservadas, falta de profissionais, péssimas remunerações causaram o atrofiamiento da educação na micro-região.

Hoje se percebe que a educação se constitui na base para o desenvolvimento de uma região, algumas das regiões mais desenvolvidas atualmente, utilizaram a educação como via de reestruturação socioeconômica, assim estamos convencidos de que a educação é uma das armas a serem utilizadas pelos municípios da micro-região de Jitaúna, para iniciarem um processo de desenvolvimento sustentável e consciente da sociedade micro-regional.

### 3.2 TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

O conceito de turismo, segundo vários autores que estudam o fenômeno, apresenta-se de forma controversa. Hoje, muitos estudiosos procuram conceituá-lo e muitas definições têm sido dadas, através de estudos científicos. A primeira tentativa foi concebida em 1911, pelo economista austríaco Hermann Von Schullern Zu

Schattenhofen, definindo o turismo como “[...] o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.

(SCHATTENHOFEN apud BARRETO, 1997, p. 9).

A partir deste conceito, foram surgindo novos estudos que apontam outras definições de turismo, ressaltando que essa atividade não deve ser entendida como viagens realizadas com o objetivo de obtenção de vínculos empregatícios.

Uma das mais recentes definições do turismo é atribuída a Oscar de La Torre (México). Para ele, o turismo se apresenta como um fenômeno social e não como fenômeno puramente econômico, consistindo:

[...] no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE, 1992 apud BARRETO, 1997, p. 13).

Tendo em vista a complexidade e as características que envolvem a atividade turística como um todo, ou seja, um ambiente diverso, formado pelo somatório de equipamento e atrativos á disposição do turista, para satisfazer seus desejos e necessidades é aceitável a dose de subjetividade dada para as definições do turismo.

O turismo apesar de ser considerado um objeto recente de estudo, é uma atividade que apresenta um crescimento acelerado no país e no mundo, tendo se tornado já no século XIX uma atividade econômica organizada.

Atualmente, a atividade assume um papel decisivo como promotor de desenvolvimento, em qualquer nível de organização da sociedade, sendo componente constante nas equações de desenvolvimento, assumindo um papel cada vez mais significativo dentro de uma nova forma de organização da sociedade, onde o tempo livre torna-se cada vez mais importante.

A prática da atividade turística surgiu como privilégio das classes sociais mais favorecidas, caracterizada como uma atividade apenas da elite. Hoje pode-se dizer que o turismo é uma atividade popular, e mesmo de massa, influenciada pelas mudanças ocorridas na sociedade moderna e capitalista (FERNANDES; COELHO,2002).

O turismo é entendido como uma atividade importante para qualquer economia local, regional ou nacional, pois, o movimento constante de novas pessoas aumenta o consumo, aumenta a necessidade de maior produção de bens, serviços e empregos e, conseqüentemente a geração de maiores lucros, proporcionando assim, o aumento da riqueza.

Além de produtor de riquezas, o turismo se apresenta como um dos mais importantes segmentos geradores de emprego e postos de trabalho, uma vez que se coloca entre um dos principais itens geradores de receitas e de divisas na economia mundial. Sobre esse assunto, Bezerra afirma que:

Os dados oficiais da OMT em 1999 confirmam um movimento real de 613 milhões de deslocamento turístico no mundo, correspondendo a um montante de US\$ 3.8 trilhões de renda direta e indireta. O turismo, enquanto atividade do setor terciário da economia representa em termos de PIB

aproximadamente 11% da atividade mundial e 8% na atividade brasileira gerando 01 em cada 10 empregos diretos no mundo, abrangendo quase 60 setores da atividade econômica. (BEZERRA, 2003, p.17)

Sua importância numa economia está intimamente relacionada aos fatores naturais e econômicos, a infra-estrutura urbana, aos equipamentos turísticos e a acessibilidade ao mercado consumidor. Além destas, são consideradas também, característica dos destinos em função de suas alternativas econômicas e do papel reservado ao setor turístico em sua estratégia de desenvolvimento econômico.

Para que o turismo aconteça, é necessário que a localidade possua característica de um centro turístico, ou seja, um aglomerado geográfico que possua dentro de seu território recursos capazes de motivar uma visita turística.

São os recursos turísticos que revelam a potencialidade local para a execução da atividade turística. Estes recursos podem ser naturais e culturais. Os primeiros são as paisagens, praias, florestas, lagos, dentre outros. Enquanto os recursos culturais podem ser exemplificados através de construções de igrejas, casarões, monumentos histórico-culturais, instituições e estabelecimentos de pesquisa e lazer, manifestações, usos e tradições populares, sítios, acontecimentos programados, dentre outros elementos. O recurso é a matéria-prima do turismo, que transformado em atrativo, forma essencial da oferta turística, juntamente com a infra-estrutura para receber os visitantes.

O conceito de atrativo é nos dado por Fernandes e Coelho (2002, p.124), abordando de forma objetiva as especificidades do mesmo: “Todos os lugares, objetos ou acontecimentos de interesse, que motivem o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los”. É importante destacar que os atrativos, já são produtos, prontos para serem comercializados no mercado turístico.

Os atrativos distinguem-se em atuais potenciais. Os atrativos atuais são aqueles que já estão sendo utilizados para a atividade turística, dotados de infraestrutura básica e equipamentos para o atendimento aos turistas. Os potenciais são considerados como aqueles que ainda não estão inseridos no mercado turístico e não possuem infra-estrutura para atender os visitantes.

Estes atrativos formam a oferta de produtos de um destino que é definida de acordo com a teoria da oferta “como várias quantidades que os produtores estão dispostos e aptos a oferecer no mercado, em função de vários níveis de preços, em dado período de tempo” (ROSSETTI, 2000, p.420).

Diante do exposto e considerado as especificidades da atividade turística, Fernandes e Coelho (2002, p. 122) definem a oferta turística “como um conjunto de estabelecimentos, bens e serviços locais, alimentícios, artísticos, culturais, sociais e outros, capazes de captar e assentar uma população com origem externa numa determinada região e por certo tempo”.

Percebe-se, portanto, a amplitude produtiva e econômica da atividade turística, pois envolve vários segmentos da economia e não se limita apenas aos serviços de entretenimento, transporte, hospedagem e agência de viagem. Mas também, infra-estrutura de apoio turístico, composto por informações básicas do município, segurança e equipamentos médico-hospitalar.

De acordo com a teoria da oferta abordada pelo economista Rossetti (2000, p.426), existem alguns fatores determinantes da oferta de um determinado produto, são eles: capacidade instalada; condições da oferta dos fatores de produção; preços dos insumos; tecnologia; expectativas sobre a evolução da procura e sobre o comportamento do preço do produto.



A capacidade instalada é um dos principais fatores determinantes da oferta, pois, parte-se do pressuposto de que quanto maior o número de empresas e de capacidade de produção, maior será a quantidade ofertada de produtos ou serviços disponíveis na economia. A oferta de fatores de produção, não menos importante, indica que se ocorrem modificações para mais ou para menos na oferta de qualquer um dos fatores, ocorrerá também alterações nos padrões de remuneração dos empregados.

O preço dos insumos, também é outro fator que influencia no comportamento dos produtores, pois, se houver redução no preço dos insumos que são bens e serviços intermediários empregado na produção de bens finais, conseqüentemente poderá ocorrer uma indução na expansão da oferta dos produtos em função dos baixos custos de produção. As mudanças tecnológicas, na maioria das vezes, provocam alterações na oferta para mais, pois expandem a produtividade com utilização de técnicas modernas, independentemente dos preços praticados no mercado.

Por fim, tem-se a expectativa dos produtores como fator indutor da oferta, pois, se houver uma estimativa de expansão da demanda, juntamente com uma perspectiva de reação dos preços em relação aos níveis correntes, as decisões empresariais serão de se antecipar aos movimentos esperados, expandindo-se, na certeza de um aumento nas quantidades procuradas dos produtores e serviços.

Pode-se perceber isto de forma evidente, no setor de infra-estrutura e hotelaria, no qual os empresários são bastante sensíveis às tendências do mercado, retraindo ou expandindo investimentos conforme as expectativas futuras. Isto por que, o investidor possui aversão ao risco, em épocas de incertezas quanto ao cenário futuro, limitam-se às inversões dos lucros, buscando-se alternativas de aplicação dos recursos que oferecem maior segurança.

Contudo, no âmbito da atividade turística cabe destacar que o produto turístico é diferenciado dos demais produtos produzidos na economia, pois, não é tangível, é um bem de consumo abstrato; a venda e prestação do serviço não coincidem com o seu consumo, sendo analisado e avaliado no momento de sua utilização; sua mobilidade, pois o elemento que se desloca é o consumidor e não o produto; por fim, o produto turístico não é estocável, pois, na medida em que o hoteleiro não vende a diária de um apartamento, essa receita é irrecuperável.

A base da oferta turística é constituída de localidades turísticas, no que tange a diversidade de seus fatores de atração, as instalações de que dispõe e de sua vocação. Dentro desse contexto, torna-se pertinente analisar sócio e economicamente todo potencial turístico da micro-região de Jitaúna.

Entretanto para se desenvolver a atividade turística, torna-se necessária a interação da oferta e demanda no mercado turístico. Mercado nesta pesquisa é entendido “como toda organização ou lugar através do qual de um lado compradores e de outros vendedores em um bem ou serviço realizam negócios de venda, compra ou troca” (FERNANDES; COELHO, 2002, p.167).

Na economia de mercado, os agentes econômicos (consumidores e produtores) atuam de forma individual. De um lado, consumidores adquirem bens e serviços limitados, visando obter o máximo de satisfação e bem-estar. De outro, os produtores trabalham para maximizar seus lucros. Neste modelo de sistema econômico, a atividade turística pode ser facilmente visualizada e compreendida, pois a compra de uma aérea, o pagamento de diárias, o ingresso em uma festa ou evento, dentre outras transações envolvendo turistas e vendedores de produtos e serviços turísticos, não poderia deixar de serem contextualizados em um sistema econômico.

O turismo é uma atividade altamente sensível a variações do comportamento do consumidor. São vários os fatores que podem influenciar o seu comportamento, dentre eles podem ser destacados, além dos preços dos produtos e da renda do consumidor, o nível de investimento em divulgação, disponibilidade de tempo livre, gostos e preferências, qualidade na prestação de serviços, dentre outros. (FERNANDES E COELHO, 2002).

O preço é o fator fundamental para o consumo de um produto ou serviço, devido à relação inversa estabelecida entre preços e quantidades. Parte-se da teoria da demanda que afirma, que quanto mais altos os preços e serviços, menores serão as quantidades procuradas correspondentes. Esta relação está intimamente ligada ao nível de renda do consumidor, que acaba direcionando o seu consumo para bens e serviços compatíveis com os seus rendimentos.

A divulgação é outro fator importante, pois o consumidor-turista é sempre atraído por informações, paisagens, folders, revistas, recomendações de amigos e parentes. E, possuindo disponibilidade de tempo para viagem, utilizará seus gostos e preferências para a escolha do destino. Contudo, a qualidade dos serviços é que determina uma avaliação positiva ou negativa do lugar visitado, proporcionando aumento ou redução da demanda turística naquela localidade.

A demanda, como afirma Rossetti (2000, p. 410), pode ser entendida “pelas várias quantidades que os consumidores estão dispostos e aptos a adquirir, em função de vários níveis possíveis de preços em dado período de tempo”. A demanda é indispensável para a alavancagem do turismo, pois sem o turista a atividade não se mantém daí a sua importância.

A demanda ou procura turística pode ser expressa de muitas formas: pelo número de turistas que chegam a uma região, pelo número de bens e serviços que

consomem, pelo número de pernoites em hotéis que utilizam e muitas outras manifestações. Teórica e genericamente, a demanda pode ser interpretada como: “A quantidade de bens e serviços turísticos que os consumidores desejam e são capazes de consumir a dado preço em determinado período de tempo” (LAGE; MILONE, 2001 p.56).

Segundo os mesmos autores e adicionalmente Milio Balanzá e Cabo Nadal (2003), Ignarra (1998) e Cooper et al. (2001), a demanda pode ser de vários tipos destacando a efetiva ou atual e a demanda potencial. “A demanda efetiva é aquela que já consome determinado produto turístico. Já a demanda potencial é aquela que tem condições para consumir esse produto, mas não o faz por alguma razão” (IGNARRA, 2003, p.33). Milio Balanzá e Cabo Nadal (2003) exemplificam esse último tipo de demanda como parte da população que não pode viajar, por restrição de renda, não só nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos.

Mas, além da demanda atual e potencial, existe ainda o conceito da demanda protelada estudada por Cooper et al. (2001, p.56): “A demanda protelada é a demanda adiada por causa de um problema no âmbito da oferta, como falta de capacidade de hospedagem, de condições meteorológicas ou até mesmo de atividade terrorista”. Porém neste trabalho destaca-se a categoria de demanda atual do turismo cultural. É importante destacar, que uma das características principais do turismo é que sua demanda é extremamente elástica, ou seja, pode aumentar ou diminuir de um momento para outro em função de mudanças no âmbito econômico, social ou político. É através da demanda que o turismo se realimenta, pois a despesa dos visitantes faz surgir uma renda que, por sua vez gera consumo, formando uma cadeia contínua de despesa-renda que permeará vários setores da economia, uns mais outros menos, ensejando efeitos multiplicadores no sistema produtivo. Esses efeitos serão abordados no tópico seguinte.

### 3.2.1 Impactos econômicos do turismo

A expansão turística representa aumento na demanda por produtos agrícolas, mobiliários, de transporte, construção civil e outros. A aquisição de produtos na localidade contribui, para a elevação do número de empregos, gera mais receitas para os empresários, aumenta a receita tributária e fixa a população.

O adequado tratamento econômico do turismo exige o conhecimento detalhado dos impactos econômicos derivados dessa atividade, uma vez que os turistas gastam sua renda numa ampla variedade de mercadorias e serviços. Essa renda é vista como uma injeção de recursos, que estimula a economia local, sem a qual, o dinamismo econômico local não se faria sentir.

Os impactos econômicos positivos ou negativos da atividade sobre uma comunidade dependerão em grande parte, do grau de desenvolvimento da região, por isso, o turismo deve ser trabalhado com bastante seriedade, porque possui um efeito duplo sobre a sociedade. Por um lado, pode ajudar a conhecer, desenvolver e promover culturas, e de outro pode alterar ou distorcer padrões culturais quando se busca apenas obter benefícios econômicos. Portanto, o turismo deve ser desenvolvido, buscando a minimização dos impactos negativos na comunidade receptora.

Os impactos a que nos referimos nesta pesquisa, seguem a idéia de Ruschmann (1997, p.34), que afirma que: “Os impactos do turismo se referem à gama de modificações ou seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras”. Os impactos provocados pelo desenvolvimento turístico sobre o patrimônio natural e cultural são percebidos local,

regional, nacional e internacionalmente, podendo ser positivos ou negativos. Em alguns casos, os impactos não são relevantes, mas em outros, comprometem as condições de vida ou atratividades das localidades turísticas.

São muitas as literaturas sobre turismo que mostram os efeitos benéficos do setor para as comunidades, pois o turismo tem grande importância no desenvolvimento socioeconômico. Bezerra (2003, p. 7), concorda com a importância socioeconômica do turismo, mas destaca a necessidade da interação dos setores envolvidos na atividade.

A percepção de que o turismo é uma ferramenta poderosa para gerar emprego e renda deve ser entendida por todos os setores que trabalham com essa atividade de forma que venham utilizar a localidade conscientemente, a fim de promover sua auto-sustentabilidade, gerando dessa forma um bom relacionamento entre comunidade, governo e meio ambiente.

O turismo pode impactar tanto no campo econômico como no campo sociocultural. Nesta seção, serão tratados apenas os impactos econômicos provocados pela atividade. Os impactos econômicos podem ser avaliados como impactos diretos, indireto e induzidos.

Impactos diretos: representados pelo total de renda criada nos setores turísticos como resultante direta da variação dos gastos com esses produtos; impactos indiretos: representados pelo total de renda criada pelos gastos dos setores do turismo em bens e serviços produzidos e ofertados na economia; impactos induzidos: representados na medida em que os níveis de renda aumentem em toda a economia como resultado dos impactos diretos e indiretos das variações dos gastos turísticos e, ainda, parte da renda adicional é gastas em bens e serviços produzidos internamente (LAGE; MILONE, 2001, p.128).

Como impactos econômicos e positivos produzidos pela atividade turística tem-se o aumento da renda e do lugar visitado; estímulos aos investimentos e geração de empregos; capacidade de redistribuição de riquezas; revitalização da atividade econômica; no balanço de pagamento e o efeito multiplicador (DIAS, 2003). Além destes, tem-se ainda os impactos citados por Fernandes e Coelho (2002), como a contribuição na formação do Produto Interno Bruto (PIB) em contribuição na arrecadação dos impostos.

O aumento da renda é percebido através da entrada de divisas, visto que os gastos dos turistas representam entrada de recursos na economia. Esses recursos são tratados com estímulos aos investimentos na super e infra-estrutura do destino, além de gerar empregos, proporcionando ocupação para um elevado número de pessoas, na produção de bens e serviços prestados diretamente aos turistas, através dos meios de hospedagem, restaurantes, transportes turísticos, dentre outros.

De acordo com os autores Fernandes e Coelho (2002, p.3), as atividades de turismo são geradoras de trabalho e “empregam um montante estimado de 100 milhões de pessoas no mundo, principalmente em empresas familiares e de pequenos e médios portes”. Ainda segundo os mesmos autores:

Cerca de 10% da população economicamente ativa do mundo trabalha em atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo. No Brasil, pesquisa realizada pelo Instituto de Hospitalidade, com o apoio do SEBRAE e do Banco Interamericano de Desenvolvimento as pessoas que atuam de forma direta no turismo corresponde a 6,1% da população economicamente ativa, ou seja, 4,4 milhões (FERNANDES; COELHO, 2002, p. 32).

A geração de emprego em turismo é decorrente, da capacidade de geração de riqueza proporcionada pela atividade. Pois, o turista adquire sua renda em um

destino, gastando em outro com propósito da viagem. Essa viagem é benéfica para ambas às partes, tanto para o turista pela experiência vivida, como para a população local, através da rápida distribuição geográfica de renda.

A revitalização da atividade econômica ocorre através da melhoria da infraestrutura pública e do surgimento de linhas de crédito, que contribuem para a implantação de empreendimentos turísticos, como também, para o setor industrial em geral, criando redes de pequenos e médios negócios no setor, fomentando o desenvolvimento local. No balanço de pagamento, o impacto econômico do turismo pode ser percebido através da participação percentual das receitas internacionais, no volume total de exportações de todos os bens e serviços no mundo. Os gastos dos turistas funcionam como uma exportação invisível, na qual ocorre o deslocamento dos consumidores e não e das mercadorias. Em outras palavras entra no país o dinheiro, dólares, divisas e saem às diárias do hotel, refeições nos restaurantes e outros serviços, transformados em benefícios psicológicos para os turistas.

Ainda sobre esse assunto, Fernandes e Coelho (2002, p.3), destacam as vantagens do turismo internacional em prover recurso para o equilíbrio do balanço de pagamentos: “Receitas oriundas de viagens internacionais no mundo excedem exportações de produtos como o petróleo, veículos motorizados, equipamentos de telecomunicações têxteis e outros produtos e serviços”.

Os gastos dos turistas em restaurantes, hotéis, atrações de lazer, dentre outros, se transformam em salários e empregos, num fluxo de compra de novos alimentos, gerando assim um efeito multiplicador significativo no conjunto da economia.



O multiplicador da produção relata o montante de produção adicional gerada na economia conseqüência de um aumento no gasto turístico. O multiplicador da renda pode ser entendido como a mensuração da renda adicional gerada na economia devido um aumento no gasto turístico. O multiplicador do emprego mede o montante total de empregos criados em conseqüência de uma unidade adicional de gasto turístico (FERNANDES; COELHO, 2002, p.93).

A determinação dos valores numérica desses multiplicadores exerce grande importância para o planejamento econômico racional e eficiente do setor turístico. Permitem quantificar a magnitude dos diferentes impactos, que são determinados pela variação dos níveis de gastos e realizados pelos indivíduos na demanda de bens e serviços turísticos.

O multiplicador proporciona uma redução dos desequilíbrios regionais, pois, o turismo é uma atividade que apresenta uma relação mão-de-obra empregada/capital investido relativamente alta. E o aumento da demanda turística, provoca uma série de efeitos multiplicadores sobre diferentes setores produtivos, que funcionam no destino.

Apesar de compor o setor terciário, o turismo interage em todos os setores da economia, irradiando reflexos positivos em todas as direções. Por exemplo, na implantação de um hotel, beneficia-se a indústria de construção civil; para equipar esse hotel com telefones, televisores e móveis em geral, o setor secundário será beneficiado; para a aquisição de produtos, indispensáveis ao bom atendimento ao bom atendimento das necessidades e desejos dos hóspedes, concernentes aos itens de alimentos e bebidas, o setor primário da economia também será acionado (FERNANDES; COELHO, 2002).

Portanto, convém afirma que o turismo vem apresentando uma participação cada vez mais crescente na composição do PIB de um país. Segundo Rossetti (2000, p. 594), o PIB representa o “resultado final das atividades econômicas de

produção realizadas dentro do território econômico do país, não incluídas as transações intermediárias”. Sobre esse assunto Fernandes e Coelho (2002, p. 100), destaca que “atualmente o turismo contribui com cerca de 16% no PIB espanhol, motivo de admiração até mesmo em outros países de primeiro mundo”.

O último impacto econômico positivo do turismo abordado nesta pesquisa refere-se à contribuição da atividade na arrecadação de impostos. Pois, o aumento da circulação da renda em uma determinada localidade beneficia também, o setor público local. Esse benefício ocorre através da arrecadação de tributos visando proporcionar o equilíbrio orçamento nos diversos níveis de governo, Municipal, Estadual e Federal.

Deve-se compreender que o turismo é uma atividade inserida dentro do contexto da sociedade capitalista. Portanto, seus rumos e direções estão orientados para obtenção de lucros, geração de riquezas e principalmente à satisfação dos consumidores que alimentam o sistema de produção e consumo.

Como em todas as áreas da economia, o turismo também apresenta desvantagens e riscos à população. O setor exige grandes investimentos de capital, principalmente em sua fase inicial de implantação e o processo se mostra lento até atingir o mercado consumidor. A falta de informação e de conhecimento das peculiaridades de produção representa desvantagem que impede o desenvolvimento da atividade de forma adequada.

Nesse contexto, o turismo pode provocar muitas vezes impactos negativos na economia e conseqüentemente sobre a população de uma região ou país. Dentre os principais impactos negativos, Lage e Milone (2001), Mathieson e Wall (1992) e Dias (2003), destacam os principais: pressão inflacionária; a grande dependência em

relação ao turismo; custos sociais e ambientais do turismo; vandalismo; prioridade dos investimentos e desarticulação das atividades tradicionais.

A pressão inflacionária é provocada pelos turistas que dispõem de maior poder aquisitivo e processo e processo de consumo de produtos turísticos, fazendo com que os preços se elevem durante a temporada. Em consequência, os moradores locais acabam comprando produtos com preços mais altos dos que correntemente praticados, baixando seu poder aquisitivo.

Outro impacto negativo é a dependência em relação ao turismo, pois as regiões ficam mais vulneráveis às flutuações sazonais da demanda, de produtos turísticos e do emprego, levando os empreendimentos turísticos, a experimentarem baixas taxas de retorno do capital investimento. A sazonalidade é um dos maiores problemas enfrentando, pois a descontinuidade do fluxo turístico está vinculado a fatores que independem da oferta como clima, período de férias, feriados, fins de semana prolongados, dentre outros.

Os custos sociais e ambientais do turismo, decorrem da necessidade de preservação dos recursos naturais e culturais, pois, o crescimento do turismo pode provocar a degradação no estoque desses recursos, restante às regiões e aos residentes, o pagamento desses custos sociais.

A presença de turista de forma desordenada pode destruir os monumentos naturais, culturais e equipamentos públicos de lazer, o que se comumente é chamado de vandalismo, havendo a necessidade de empreender ações de educação e fortalecimento da cidadania, envolvendo turista e moradores.

Essas ações se refletem nas prioridades dos investimentos dos governos, pois acabam dando prioridade máxima ao papel que o turismo desempenha no local, podendo haver descuidos em investimentos que merecem uma atenção maior, como

os problemas de ordem sociais referentes à educação, saúde, moradia, transporte, dentre outros, que devem ser a prioridade política de um país em desenvolvimento, caso contrário, o desenvolvimento do turismo será prejudicial e indesejável.

Por fim, destaca-se a desarticulação das atividades tradicionais. É importante lembrar, que as características peculiares da cultura local, são aspectos que contribuem para a atração de turistas e nessas características, encontram-se as atividades econômicas tradicionais como a pesca, o artesanato, agricultura de subsistência, dentre outras. Para tanto, deve-se trabalhar com a população local, a importância dessa atividade, dimensionando seu papel social e cultural e não focando somente seu aspecto econômico.

É importante dizer, que forças mercadológicas agem na transformação do real para o ideal, gerando mudanças na constituição dos espaços urbanos, como alocação de fatores relacionados ao meio ambiente, na medida em que a preocupação da população está voltada para quase que exclusivamente à sua sobrevivência.

### **3.2.2 Uma abordagem sobre a cultura e o turismo**

As questões teóricas sobre o relacionamento da cultura com o espaço urbano e o turismo emergem da década de 1980. Da atividade espontânea que busca o original como parte do cotidiano, passa então a cultura a ser valorizada na sociedade de consumo, na qual tudo se transforma em um produto, tornando o homem muitas vezes, um elemento passivo dessa mesma cultura e, ao mesmo tempo, responsável pela produção de uma nova atividade, diferenciada, com

ocupações especializadas que geram novo espaço ou novas formas de uso desse espaço.

Nessa perspectiva, o turismo cultural busca atrair visitantes com o intuito de, através da cultura local e do seu Patrimônio Cultural, promover o desenvolvimento do lugar.

Destaca-se, portanto, a importância do tripé, cultura, patrimônio e turismo, onde a cultura merece destaque por ser a força maior, mais abrangente, geradora de patrimônios, elementos utilizados pelo turismo. Percebe-se, portanto, a importância de se trabalhar os conceitos de cultura e patrimônio, devido à amplitude de suas relações com a atividade turística, destacando a necessidade de se fortalecer a identidade cultural de cada povo.

Falar de culturas é falar de referenciais mentais, que dão sentido ao comportamento social dos indivíduos, associados às manifestações, tanto materiais, como imateriais, caracterizando diferentes estilos ou modo de vida, valores e aspirações. Dessa forma, a cultura se encarna na realidade empírica da existência cotidiana através de seus bens.

Cultura é uma dimensão de processo social, da vida de uma sociedade. Não é estanque ou estável e se vale das mais variadas formas de expressão humana.

Para a abordagem proposta, a pesquisa toma como base à concepção de cultura adotada por Singer, considerada importante por atribuir aos símbolos, que também constituem o Patrimônio, a lembrança de comportamentos e idéias de uma época.

Os padrões explícitos ou implícitos do comportamento, adquiridos ou transmitidos por símbolos que constituem o patrimônio de grupos humanos, inclusive sua materialização em artefatos. O aspecto mais importante de

uma cultura reside nas idéias tradicionais - de origem e seleção histórica e principalmente, no seu significado (RUSCHMANN, 1997, p.50).

Os bens criados pelo homem, bens tangíveis ou materiais-monumentos, edificações, sítios históricos; e bens intangíveis ou imaterial-históricos, tradições, oralidade, valores formam o que modernamente se compreende por patrimônio cultural (PIRES, 2002). Pode-se definir patrimônio cultural, destacando sua importância para a comunidade local.

Dentre os bens característicos de uma cultura local, destacam-se para esta pesquisa os bens materiais do patrimônio cultural, onde se inserem os monumentos: obras arquitetônicas e esculturas que compõem o patrimônio cultural e histórico da micro-região cacauera.

Os monumentos testemunham sistemas mentais da época em que foram criados e solicitam, não raro, uma relação não apenas perceptiva mais também afabuladora, que mistura os tempos presente e passado, as histórias individuais às coletivas (FREIRE, 1979, p.55).

Todo bem que é representativo de uma cultura é um bem cultural. No exterior, por exemplo, as ruínas de Machu Picchu indica no seu conjunto, aspectos da vida de povos pré-colombianos; no Brasil, as ruínas de São Miguel no Rio Grande do Sul, mostram como foram às missões jesuítas; o conjunto urbano de Ouro Preto é bastante representativo do ciclo de ouro em Minas Gerais; em Ilhéus, o Quarteirão Jorge Amado mostram como viveram os coronéis na época de auge do cacau.

No tocante a identificação e ao simbolismo do patrimônio cultural local, regional ou nacional, é de suma importância ter consciência, de que na atualidade, o processo de globalização põe em risco a identidade cultural, no momento que mistura ou até mesmo superpõe concepção e valores de uma cultura mundial-

homogeneização cultural. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de preservação do patrimônio cultural para que este não desapareça com o tempo. Destaca-se, portanto, que o global e o local estão sempre presentes nas discussões atuais no que se refere à cultura, contudo, o processo de globalização não é objeto de estudo deste trabalho.

Nesse sentido, deve-se atentar para a importância de se fortalecer e proteger a identidade cultural de uma comunidade. A identidade de um povo é formada por processos sociais e esses processos estão implícitos na formação e na conservação da identidade, são determinados pela estrutura social na qual está inserida a comunidade.

Pires (2002, p. 102), concorda com essa abordagem e define identidade cultural de forma mais específica como “o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de um corpo de conhecimentos, seus elementos individualizadores e identificadores; enfim, o conjunto dos traços psicológicos de um grupo, que se reflete nas ações e na cultura material”. Este é o conceito de identidade cultural adotado pela pesquisa, pois retrata que através da cultura material, podem ser identificados traços característicos de uma comunidade.

A identidade refere-se à memória coletiva, exterior ao indivíduo. É através de sua memória que o indivíduo busca referências para resgatar sua história, principalmente em função do processo da globalização em que o indivíduo se perde no padrão. Sobre este aspecto Freire (1979, p. 55), destaca que “pensar a relação dos habitantes de uma cidade com seus monumentos é ver a cidade além de sua funcionalidade imediata, é privilegiar antes de tudo, seu componente histórico e estético”.

Portanto, se justifica a preservação do legado cultural, para que o indivíduo saiba de seu local de origem e para o conhecimento e usufruto de gerações futuras. No tocante à preservação, destaca-se o papel da comunidade na decisão do que deve ser preservado dentre os seus bens culturais.

Estudos comprovam que esta prática de preservação por parte da comunidade já é uma realidade. Como exemplo podemos citar a cidade de Itacaré situado na região sul do Estado, onde crianças, jovens e adultos participam de uma ação cultural de preservação da memória de seu local de origem; em Ilhéus, no bairro do Pontal, seus membros criaram um centro de memória, com documentos, fotografias, entrevistas orais, entre outros.

Vê-se a importância da comunidade na preservação do patrimônio cultural local, principalmente buscando através deste, alavancar o desenvolvimento tendo o turismo como principal atividade, pois, como aborda Azevedo *apud* Coriolano (1998, p.16), “Ressalta-se o papel da cultura no contexto social, pela geração de renda e emprego que propicia; e mais ainda, como mecanismo de defesa da relação identidade/diversidade”.

Após as abordagens de alguns conceitos acerca da cultura, patrimônio e identidade serão apresentadas a seguir, as relações desses com o turismo para a promoção do desenvolvimento de uma comunidade.

### **3.2.3 - Turismo cultural e desenvolvimento**

É inegável que exista um conflito entre atividade do turismo e as estratégias de preservação do patrimônio cultural, pois nem sempre o turismo e a preservação andam juntos. Por um lado, o turismo pode ajudar a dinamizar esse patrimônio, ou



parte dele, por outro pode contribuir para a sua descaracterização e até mesmo sua destruição, quando o passado é ignorado ou substituído pelo “progresso”.

Entretanto, a sinergia entre turismo e preservação, funciona de diversas maneiras, pois o turismo de qualidade e de baixo impacto pode estabelecer relacionamentos proveitosos com a preservação viva do patrimônio local. Assim, proporciona a geração de renda e emprego em tempo integral ou parcial e mantém viva as tradições, criando oportunidades de aprendizado para o turista, que passa a descobrir naquele lugar, sua gente, seus valores, seus costumes e sua história. Com a chegada dos visitantes, novas oportunidades também se abrem para a preservação, pois, locais bem interpretados ensinam sobre sua história e sua importância, estimulando assim, a preservação e interpretação de outros sítios e regiões.

É importante reconhecer o papel do turismo como fator de dinamização social e econômico, de interação local, regional, nacional, mundial e como fator de fixação da comunidade em seu próprio contexto. A partir do momento, em que o patrimônio de uma comunidade é a substância mesma do que ela oferece ao visitante, proteger esse patrimônio torna-se essencial. Portanto, o maior desafio do turismo cultural é assegurar que o incremento do turismo não venha destruir as principais qualidades do patrimônio, que são o fator mesmo de atração turística.

O segmento do turismo cultural vem apresentando um crescimento bastante relevante em todo o mundo: Na Áustria, o turismo cultural cresceu 135% e na Inglaterra embora o segmento “sol e alegria” seja majoritário, verifica-se um crescimento de 15% de seu turismo cultural ao ano (PIRES, 2002).

No Brasil, a cultura vem ganhando substancial importância, pois os resultados do Relatório Nacional do Turismo (RUNTUR) de 1998 e Empresa Brasileira de

Turismo (EMBRATUR) mostram que, no âmbito do turismo doméstico, o Brasil apresenta uma tendência evidente de preferência pelo turismo cultural, que vem sendo cada vez mais escolhido pelos brasileiros como tema de suas viagens. O turismo cultural engloba aspectos de viagens que proporcionam ao turista, o conhecimento da vida e do pensamento da comunidade receptiva. Segundo Cunha (1997):

O turismo cultural abrange as viagens cujas motivações incluímos nos grupos das culturais e educativas e a que corresponde a uma oferta muito variada e dependente dos valores culturais existentes. Nuns casos predominam nessa oferta, os sítios arqueológicos, os monumentos e arquitetura e os museus, noutros, os espetáculos, noutros as formas de viver das populações, e noutros, ainda, a conjugação de todos eles. (CUNHA, 1997, p.171).

Uma abordagem pertinente dentro dos objetivos do turismo cultural o define como: “aquele que não tem como atrativo principal os recurso natural. As coisas feitas pelo homem consistem a oferta cultural, portanto o turista cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem”. (BARRETO, 1997, p. 21).

Observa-se que conhecer as formas de vida de outras populações, bem como os bens produzidos por elas sendo materiais ou imateriais, tornam-se os principais fatores que movimentam esse tipo de turismo. Deve existir uma valorização de cotidiano e não simplesmente a produção de uma manifestação cultural para o turista, pois, muitos são os aspectos a serem explorados para a atração de visitantes como a arte, a música, o artesanato, a gastronomia, o folclore (danças, espetáculos teatrais), manifestações religiosas, da história da comunidade local.

Percebe-se que a riqueza histórica e social e as manifestações culturais, são poderosos elementos de atração turística. Portanto, a utilização dos bens culturais

de uma comunidade deve ser desenvolvida com muito cuidado para que não desencadeie em processo de aculturação ou até mesmo de destruição.

Sabe-se que os valores culturais não podem ser impostos, mas entendido como uma ação constante que está sofrendo influencia no meio, e para serem aceitos, precisam ser apropriados, escolhidos e valorizados. Precisa ter identidade própria, estarem impregnados de signos, ancorados em um espaço e serem representativos de uma sociedade em um tempo determinado.

Na contemporaneidade, o respeito entre os diferentes grupos sociais será o fator que irá alimentar e permitir a heterogeneidade e pluralidade cultural, tornando o Patrimônio Cultural um diferencial para atividade turística, podendo contribuir para o seu desenvolvimento local.

A cultura tem sido vista, como alternativa para um outro desenvolvimento, a partir da valorização dos recursos do patrimônio local, mais próximo do ideal de ser ecologicamente prudente, socialmente mais justo e economicamente viável, numa perspectiva sustentável de longo prazo. O turismo cultural combina autenticidade, promoção, serviços de atendimento ao visitante e desenvolvimento econômico local e regional, quando profissionais e proprietários ou administradores de bens culturais, trabalham juntos para desenvolver uma indústria.

Mas é de suma importância destacar, que o casamento entre a cultura e o desenvolvimento econômico é mutuamente benéfico, desde que, as vozes e os interesses da comunidade sejam representados. Sem o apoio local e o engajamento das comunidades, os mais promissores projetos de desenvolvimento do turismo cultural são fadados ao fracasso.

Desenvolvimento nesta pesquisa será considerado como processo de transformação socialmente, buscando proporcionar à satisfação das necessidades e

á realização das potencialidades do homem em todas as suas dimensões. Assim, o desenvolvimento constitui no fim, e o crescimento econômico, um meio-condição necessária, mas não suficiente.

Exemplificando tal constatação, tem-se o Vale da Paraíba - São Paulo, que após um grande período de esquecimento causado pela decadência da economia cafeeira, começou a despertar para o seu legado histórico, cultural, arquitetônico e ecológico. Esse renascimento mostrou que é possível combinar os recursos históricos, naturais, culturais e humanos de uma comunidade, e fazer deles uma ferramenta para o desenvolvimento regional. O “Preservale” fundado em 1994 tem como missão, a promoção e o desenvolvimento dos recursos culturais, do patrimônio histórico, ecológico e turístico do Vale do Paraíba, numa aliança com os municípios, os agentes culturais das comunidades e as empresas da região.

Contudo, para se alcançar o desenvolvimento desejado, torna-se evidente a necessidade de um planejamento do turismo cultural, buscando ouvir os interesses da comunidade local e dos setores público e privado, traçando estratégias integradas, envolvendo políticas públicas e cidadania participativa.

A comunidade deve antes de qualquer coisa, conhecer sua história para poder decidir sobre o que deve ser preservado, participando do processo de planejamento do turismo juntamente com os demais setores envolvidos.

O planejamento “é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos” (RUSCHMANN, 1997, p. 83). Na atividade turística, o plano de desenvolvimento de estratégias constitui um instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para evolução harmoniosa do turismo, determinando suas dimensões ideais, para que, a partir daí, se possa regular ou restringir sua evolução.

É necessário destacar, que um planejamento turístico não se limita apenas em um recurso (ou localidade), mas também em seu entorno, considerando as regiões geograficamente homogêneas, buscando promover o desenvolvimento de uma região ou de um país. É preciso assim, analisar não apenas a atividade como consumo direto da paisagem natural ou patrimonial, mas, o circuito produtivo de forma ampla.

Portanto, é preciso concentrar esforços em um desenvolvimento sustentável do turismo não apenas do patrimônio natural, mas também, dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos turísticos. A sustentabilidade busca “atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”. (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987 apud COOPER et al. 2001, p. 142).

É importante destacar que o conceito de sustentabilidade requer uma visão de longo prazo e aborda que o consumo do turismo não exceda a capacidade da destinação de receber turistas futuros.

A comissão Mundial sobre Meio Ambiente entende o desenvolvimento sustentável como:

Um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (RUSCHMANN, 1997, p.109).

Refletindo a partir da concepção de desenvolvimento sustentável de sua importância no planejamento da atividade turística, autores como Globe parafraseado por Ruschmann (1997, p. 110), identifica que a sustentabilidade do turismo deve considerar:

A gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica do meio humano e ambiental são mantidos através dos tempos. (RUSCHMANN, 1997, p. 110),

Vê-se diante disso, que o desenvolvimento sustentável abrange a contribuição integrada da economia, da sociedade e do meio ambiente para o bem-estar futuro da humanidade, buscando a perpetuação da atratividade dos recursos turísticos.

Este conceito de turismo sustentável apresenta uma ligação com a sustentabilidade natural e cultural, atrativos básicos do turismo. Dentro dessa perspectiva, não pode ser dissociado da dimensão econômica e social. Os esforços na preservação da qualidade do meio ambiente manterão a atratividade em alta durante um período maior, ampliando a lucratividade dos empreendimentos, a geração de emprego e renda, e a fixação da identidade local, desencadeando mudanças nas comunidades.

Conclui-se, portanto, que o turismo só é capaz de gerar sustentabilidade quando vem associado ao planejamento e, sobretudo, a uma visão integrada e integradora com relação aos demais aspectos da vida de uma comunidade. O espírito de cooperação que o turismo cultural requer, transporta-se para outras dimensões da vida social. Mais do que um simples instrumento econômico, o turismo cultural desempenha um importante papel na revitalização do tecido social, trazendo para os cidadãos o sentido da participação num empreendimento global.

### **3.2.4 Impactos socioculturais do turismo**

Tratando-se dos impactos sociais do turismo merecem destaque, aqueles relacionados ao turista, no que se refere às suas expectativas, suas atitudes e às suas motivações; à comunidade local, pois, novos padrões de emprego e hábitos serão vistos; e principalmente na relação entre ambos: turista x comunidade.

Segundo Mathieson e Wall (1992), essa relação pode ser analisada em diferentes aspectos: de acordo com a sua natureza transitória, pois para o turista o contato com os moradores acontece de forma rápida e agradável, mas para os moradores trata-se de uma prática repetitiva e artificial, porque ocorre com inúmeros turistas num mesmo período; de acordo com as restrições espaciais e temporais que influenciam a duração e a intensidade do contato, pois o turista quer fazer tudo em pouco tempo e se irrita quando as coisas não acontecem conforme o planejado. Por outro lado, os moradores tendem a criar dualidades pela falta de espontaneidade e pelas experiências desiguais e assimétricas entre ambos.

No primeiro caso, o turismo consegue, na maioria das vezes, transformar contatos espontâneos em transações comerciais. A exemplo disso tem-se os pacotes turísticos (atrações planejadas) que são conhecidos antes mesmo de o turista chegar ao destino, abrindo dessa forma, mão da espontaneidade. No segundo caso, as desigualdades observadas a partir das atitudes e gastos dos turistas fazem com que os moradores sintam-se inferiores e comecem a realizar a exploração de turistas.

Diante desse contexto, têm-se especificamente como impactos sociais positivos do turismo, a melhoria da infra-estrutura pública, através de viabilização de projetos referentes ao saneamento, às estradas, equipamentos de saúde, dentre outros necessários ao desenvolvimento da atividade turística; maiores investimentos em educação, pois o turismo necessita de grande contingente de mão-de-obra treinada, necessitando também, de qualidade dos recursos ofertados para o turismo,

em educação formal; crescimento da oferta de emprego em tempo parcial, pois o turismo necessita de grande quantidade de mão-de-obra e em comunidades pobres, este é um grande fator de ocupação, pois, gera uma renda adicional para a família.

Quanto aos impactos sociais negativos, Cooper et al. (2001), destaca aqueles referentes ao sexo, que acontece pelo fato de que os turistas viajam para desfrutar de encontros sexuais casuais desinibidos e por outro lado, jovens de baixa renda desejosa de sair da marginalidade, buscam a prostituição como fonte de renda; ao crime, onde afirma que a presença de uma grande quantidade de turista oferece uma oportunidade para atividades ilegais como tráficos de drogas, roubo e violência; refere-se ainda à saúde, abordando que as doenças poderão ser transmitidas com interação de pessoas de diferentes comunidades, causando estresse econômico e social na população anfitriã, que pode ter menos imunidade a elas.

Outros impactos sociais negativos provocados pelo turismo estão na literatura de Mathieson e Wall (1992), onde destacam o efeito demonstração e o segmento do neocolonialismo. O efeito demonstração acontece quando novos hábitos e costumes são inseridos nas comunidades receptoras mais frágeis, que passam a imitar o comportamento dos visitantes, podendo afetar indumentárias e hábitos de alimentação. O neo-colonialismo por sua vez, pode ser visto, quando as decisões locais passam a depender de operadores turísticos externos, quando ocorre a transferência de lucros para investidores externos e quando ocorre orgulho da comunidade, fortalecendo a cidadania.

O turismo também pode proporcionar uma compreensão intercultural e a partir do momento que as pessoas viajam para diversas partes do mundo, elas podem aprender mais e melhor sobre culturas de outras localidades, tornando-se mais tolerantes e experientes. O contato dos visitantes com os nativos de uma localidade contribui para o desenvolvimento cultural de ambos os grupos.



Rodrigues (2002, p. 21), colabora com essa concepção, mas alerta para cuidados que os moradores precisam ter: “A cultura local deve estar bem entendida pelos seus residentes procurando diminuir os choques ou contrastes produzidos pelo contato entre grupos sociais socioeconômica e culturalmente distintos”.

Juntamente com o trabalho que deve ser desenvolvido com os atrativos turísticos, deve haver uma sensibilização da população local para receber o turista. No Brasil, por exemplo, em 1998, lançou-se a campanha com o seguinte slogan: “O turista é um amigo, cuide bem dele”. Infelizmente, esta campanha não teve continuidade. Segundo Boiteux e Werner (2002), esse trabalho de sensibilização, deve vir acompanhado de ações educacionais que ensinem à população local a respeitar e valorizar o seu entorno turístico, promovendo a sustentabilidade do lugar.

Outro fator de grande relevância, no que se refere às comunidades locais, é o conhecimento que os residentes precisam ter sobre seu município e sua história, podendo dessa forma, transmiti-lo aos turistas. Todo núcleo receptor tem uma história, que de nenhuma forma pode ser negada ou desvalorizada pelos seus moradores.

É claro que é importante o cidadão aprender fatos históricos como o Descobrimento do Brasil, mas também é importante que todo indivíduo tenha conhecimento do que o cerca, como por exemplo, porque a sua rua recebeu o nome que tem, quais os monumentos existentes em seu bairro e qual o estilo arquitetônico da igreja mais próxima. Além de alimentar a auto-estima da população local, o conhecimento cultural agregado só vem a acalantar sentimentos de orgulho e de contentamento em receber os visitantes (BOITEUX ; WERNER, 2002, p. 69).

É inegável que o turismo depende da população em todos os aspectos, tanto em hospitalidade como em investimentos necessários. Portanto, a população deve ter consciência da importância dessa atividade, os empresários do turismo deve se engajar nas discussões políticas do seu município e os estudantes e sindicatos

devem ser esclarecidos sobre turismo e os impactos provocados no mercado de trabalho. O que deve existir é uma interação de todos os segmentos da sociedade.

Quanto aos impactos culturais negativos provocados pelo turismo, Ruschmann (1997), destaca a descaracterização do artesanato, decorrente da produção de produtos em escala industrial e que muitas vezes, ocorre fora da região de origem, podendo dessa forma, sofrer modificações de cor ou tamanho para o atendimento exclusivo aos turistas.

Outros efeitos negativos também estão presentes, nas manifestações culturais e tradicionais, como folclore ou grupos folclóricos que são formados exclusivamente para atender a demanda, transformando-se em show para os turistas, sendo muitas vezes deturpados; na arquitetura tradicional local, que pode ser transformada, a partir de uma demanda turística que busca o conforto com o qual está acostumada; e por fim, no modo de vida da comunidade receptora, quando se muda a forma de viver, para atender a procura, pois muitas vezes os turistas se julgam superiores a grupos minoritários, que passam a se considerar inferiores, deixando-se influenciar por novos hábitos e costumes.

A cultura local vai aos poucos assimilando os novos hábitos de consumo e o bem estar trazido pelos avanços tecnológicos, cria novas necessidades. Dessa maneira, velhos hábitos são aos poucos abandonados, o contato intenso com o “exterior” cria novos padrões de comportamento, de consumo e cria um impasse, pois a essência é substituída pela aparência, o conteúdo pela forma, o ritual pelo espetáculo, a história pelo desenraizamento.

Dessa forma, o turista não consome o real e o autêntico, mas tudo que foi criado para satisfazer seus desejos, direcionando seus olhares para locais de interesses turísticos que lhes são impostos. Assim, ocorre o direcionamento cada

vez maior na interação entre visitante e visitado e a exclusão indesejável de uma parcela da população que acaba sendo marginalizada.

Diante do exposto, conclui-se que não existe a possibilidade de desenvolver a atividade turística, sem que ocorram impactos socioculturais, mais é possível, com o planejamento adequado, gerenciar o desenvolvimento turístico buscando a minimização dos impactos negativos ao mesmo tempo em que busca estimular impactos positivos.

O turismo como um fator promotor do desenvolvimento local e mesmo indutor de um subsequente desenvolvimento regional, deve ser trabalhado com base nos princípios do desenvolvimento sustentável. Esses princípios estão intimamente ligados a sustentabilidade no meio ambiente, pois, dependem da preservação e da viabilidade de uso dos recursos naturais.



## 4 CARACTERIZAÇÃO DA MICRO-REGIÃO DE JITAÚNA

### 4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E POLÍTICOS

A procura pelo ouro, pelo diamante e pelos demais metais e pedras preciosas, além da caça aos aborígenes fizeram com que surgissem no interior do Brasil os primeiros núcleos de povoamento da Coroa Portuguesa. Até então, o colono de além-mar só cuidara do litoral, estendendo suas feitorias, fortificações e localidades ao longo da costa, certamente para protegê-la das invasões de outros países e das incursões dos corsários e flibusteiros, deixando inexplorado todo interior, ocupado apenas pelas aldeias indígenas que pontilhavam toda a região à semelhança de oásis no deserto.

As Entradas e Bandeiras - compostas por sua maioria de aventureiros, fidalgos decaídos e degredados que para cá imigraram em busca de riquezas e tesouros lendários - deve o Brasil o desbravamento e a ocupação do seu interior pelo chamado homem civilizado, não obstante a chacina perpetrada contra os nativos. Da ambição desmedida de tais homens, nasceram agrupamentos, vilas e cidades nas cercanias das minas, como Vila Rica (Ouro Preto), Paracatu, Queluz, Sabará e tantas outras.

Com o esgotamento das minas, a paixão pelo enriquecimento rápido não perdurou muito. Arrefecido o entusiasmo inicial, aparecidas as primeiras desilusões, o colonizador enfrentou uma nova realidade, voltando suas atividades para a terra. Nasceram, assim, as primeiras fazendas, as sesmarias, os latifúndios e, com eles, uma nova sociedade: a sociedade rural. O braço negro foi trazido para o cultivo do

solo, juntando-se ao Índio também escravizado. Cresceram e aumentaram as plantações, floresceram os engenhos, multiplicaram-se as senzalas e, com o correr do tempo, as sedes de algumas dessas fazendas se converteram em outras localidades. Não demorou muito e os municípios brasileiros, foram surgindo um a um, às dezenas, às centenas.

O Brasil nascia no arraial, nos pequenos núcleos de população dos engenhos de açúcar do norte e das fazendas de café do sul. Já as povoações do alto sertão nordestino, da Bahia ao Maranhão, fincaram suas raízes nas antigas fazendas de gado, resultantes da ação de homens que cediam terras para que nelas se criassem vilas ou freguesias, que doavam casas para sede da Câmara ou instalação de escola, que construíam cadeias, estradas e postos assistenciais. E não foram poucos os municípios que foram criados à revelia do poder público, como o de São Salvador dos Campos, em 1674, o de Pindamonhangaba, em 1705. O povo se reunia, elegia sua Câmara e forçava as autoridades ao reconhecimento do ato.

Os fatos não ocorreram de modo muito diferente no Sertão da Ressaca, região compreendida entre os rios Pardo e das Contas. Salienta-se que, com a criação da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus, encravada entre as capitanias de Porto Seguro e Bahia, a 26 de julho de 1524, doada que foi a Jorge Figueiredo Correia, com cinqüenta léguas de costa, todo o vale do Rio das Contas ficou sob a jurisdição da mesma. A expansão natural do comércio, por sua vez, induziu Lucas Giraldes, outro donatário da capitania a criar no ano de 1565, as vilas de Camamu, Cairu e Boipeba. Por aquela época, a Baía do Rio de Contas e o Morro de São Paulo se transformaram em ninhos de piratas, atraídos pelo pau-brasil ali existente que, além de abundante, era tido como o melhor da América.

Enquanto tudo isso ocorria, o Sertão da Ressaca e adjacências permaneciam à mercê das bravias tribos da nação Jês ou Tapuia. Entradas e Bandeiras, umas de

iniciativa particular, outras financiadas pelas autoridades, foram acionadas no sentido de incorporar à colonização lusitana o território habitado pelo gentio. As primeiras tentativas, contudo, apesar de ser bem sucedidas em algumas metas, malograram no objetivo principal. Sebastião Fernandes Tourinho, em 1572 ou 1573, percorreu trechos dos Rios Jequitinhonha, Doce, Pardo e das Contas. Para Francisco Vicente Viana, no ano de 1574, parte da região foi palmeada por Antônio Dias Adorno, neto de Caramuru, que teria aprisionado nada menos de 7.000 (sete mil) índios.

O sertanista Pantaleão Rodrigues não fugiu à regra. Longilíneo, embora de compleição quase atlética, era homem de muita ação e de poucas palavras. Um introvertido! Paulista de nascimento, levado pelo espírito de aventura, já participara, sem sucesso, de algumas incursões interioranas antes de chegar à Bahia. Uma vez aqui, deparou-se com um grande desafio: percorrer o Rio das Contas, de sua foz à nascente. Para tanto, em 1718, à frente de 34 aventureiros, muitos deles Índios mansos que conheciam parte da região, mestiços e negros, e deixou a vila de Barra do Rio de Contas (Itacaré) em busca do grande desafio. A jornada foi árdua. As defecções começaram logo no início da caminhada rio acima. Dois meses de marcha foram suficientes para reduzir de 35 para 11 o número de integrantes da expedição. Mas a Bandeira seguiu em frente, superando obstáculos. Caminhava pelas margens dos rios, onde encontrava água e peixe, dela se afastando quando pressentia o perigo das feras e do silvícola, subindo montanhas e contornado cordeiras. A pólvora e os mantimentos se esgotaram.

A fome e a doença seguem ceifando vidas. Depois de cinco meses de jornada, restam apenas cinco pessoas. Mas caminhar é preciso. O tempo corre célere, até que, depois de nove meses de jornada, a expedição chega à nascente do Rio Brumado que, na época, julgava-se ser o nascedouro do Rio das Contas e

não um afluente deste. Dos 35 componentes da expedição restam somente dois sobreviventes, sendo um deles o próprio Pantaleão. Esquálidos, exaustos, foram encontrados e socorridos por um fazendeiro de Campo Seco, depois de tão longa peregrinação, com um percurso de mais de cem léguas. Pantaleão Rodrigues não encontrou ouro nem pedras preciosas, mas deixou seu nome legado à saga de todo o vale do Rio das Contas.

No último quartel do século XVIII, a monarquia portuguesa sentiu necessidade de recorrer mais uma vez aos serviços de João Gonçalves da Costa, vivendo na época em sua fazenda Cachoeira, cuja sede ficava onde hoje se encontra a Cidade de Manoel Vitorino. Ficaram famosas as caçadas, exterminando onças da região, a fim de proteger o gado de sua fazenda. Não satisfeito, depois de rasgar uma estrada ligando a sede de sua propriedade a Ilhéus, abriu uma picada imensa até a Vila de Jaguaripe e as povoações de Nazaré e Aratuípe, abarrotando os açougues de carne. Fazendo-se acompanhar sempre de homens armados, deixou o exemplo para que outros proprietários de terra da região mantivessem jagunços à sua sombra, propiciando mais tarde o aparecimento do fenômeno social conhecido como banditismo.

Cumprindo sua nova missão, em apenas três anos, quase sem ônus para Portugal, ligou sua fazenda ao local conhecido como funil, estendendo a estrada, após a bifurcação até Camamu, até a Barra do Rio de Contas (Itacaré). Pelas estradas abertas, boiadas desceram rumo ao litoral. No entanto, não obteve êxito na povoação que fundou com escravos e índios domesticados no local onde hoje se ergue a Usina do Funil. Baltazar da Silva Lisboa e outros desafetos do sertanista afirmaram que isso se deu pelo fato de a tarefa ter sido entregue a “um criminoso, truculento, escravizador, explorador e martirizador de Índios, mesmo domesticados que, vítimas de maus tratos, abandonavam a aldeia” (ARAÚJO, 1997, p. 114).



Ao desbravador de florestas e destemido caçador de Índios, faltavam às qualidades mínimas de um colonizador razoável.

Em que contrapartida, recebeu do século um homem com o gênio deste Capitão-Mor; tem oitenta anos e todas as suas paixões tendem a essa abertura e descoberta, em que tem gasto o que é seu e arrisca freqüentemente a própria vida (ARAÚJO, 1997, p. 119).

Combatido e odiado por uns, aplaudido por outros, tanto em vida como depois de morto, a verdade é que o valente caçador de índios, conhecido como João Gonçalves da Costa, uniu definitivamente seu nome à região conquistada, onde se inclui Jitaúna, Itagí e Aiquara, a qual, por uma dessas coincidências que se observam, especialmente na caatinga, é tão áspera e tão rude quanto ele próprio (ARAÚJO, 1997, p. 101).

Com a derrocada dos últimos bastiões de resistência indígena no sertão da Ressaca, o presidente da Província da Bahia, João Lima Vieira Cansanção de Sinimbu, a partir de 5 de fevereiro de 1857, começou a doar terras no vale para implantação de colônias agrícolas.

Casado em segundas núpcias com Josefa Gonçalves, filha de Matias João da Costa e Clara Gonçalves, o sertanista João Gonçalves da Costa deixou uma prole numerosa, nela incluídos também os filhos havidos com outras mulheres, já que era tido como um verdadeiro atleta sexual. Todos eles, aquinhoados com lotes de terra, continuaram a obra do bandeirante, incrementando a pecuária no Sertão da Ressaca. Além do já citado Raimundo Gonçalves da Costa, fazendeiro de Morrinho, não pode ser esquecido Antonio Dias de Miranda, com propriedades em Poções e Itambé, e João Dias de Miranda, estabelecido em Boa Nova e Preguiça (Aiquara).

#### 4.1.1 O coronelismo e a micro-região de Jitaúna

O império conferia títulos nobiliárquicos. Os agraciados tinham, com razão, orgulho dos brasões. Conta-se que o imperador chegou a distribuir baronatos pelo país a fim de arranjar dinheiro para a Santa Casa de Misericórdia da Corte.

Elementos menores, mas com prestígio do latifúndio, da pecuária, da lavoura ou do comércio, deviam ter ficha de consolação. Eles eram esteios da política, congregavam eleitores, dedicavam-se ao partido. Necessidade militar fez o império criar a Guarda Nacional, cujos postos eram conferidos a civis ignorantes da militância, com obrigação de recrutar soldados quando o Governo Imperial precisasse.

Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinqüência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora... Em política, no seu critério só há uma vergonha, a derrota (LEAL, 1948, p. 23).

A distribuição demasiada de cartas-patentes da guarda, a briosidade da gíria, tornou-se elemento meramente decorativo, levado até ao ridículo, a Guarda Nacional passou a ser a sub-nobreza da Monarquia. Os grandes proprietários deviam receber um título como prêmio do valor político e financeiro. Não eram capazes de um baronato sem grandezas. Como o mais alto posto era o de Coronel, esta patente calhava bem aos grandes fazendeiros do interior. Seriam coronéis de fato ou apenas pela subserviência dos subalternos e também pela lisonja dos altos políticos.

O Coronelismo é uma decorrência natural dos desejos humanos, com as deformações e, por vezes, vantagens de caráter pessoal do coronel e do ambiente, se observar-se o problema da Clientela em Roma, do Feudalismo da Idade Média na Europa, ou a situação dos Israelitas que tiveram juízes e depois pediram um rei, se compreenderá os fenômenos do chefismo ou coronelismo, onde os pequenos precisam da proteção de um grande. O grande ampara os pequenos e estes concorrem com o que podem dar: cultura das terras, braços para os trabalhos, assim largados ao Deus dará, os pequenos se agregavam ao latifundiário, moravam nas terras dos ricos, trabalhavam na lavoura, eram vaqueiros, vigilantes de criatórios e jagunços, com pouca retribuição da parte do chefe. Nas horas do aperto, os mais pobres seriam homens do bacamarte também, como eram os capangas profissionais que guardavam as costas do Coronel.

Os grandes fazendeiros são a classe dominante naqueles sertões não só representativa, mas diretamente, tornam-se autônomos, autoridades eles mesmos, absolutas, na sua zona. Formam autênticos exércitos de guarda privados, recrutados entre os sem terra ou acolhendo criminosos comuns, que encontram refúgio na grande fazenda (FACÓ, 1963, p. 60).

A imensidão do país isolava os povos. As providências do Governo, as expedições militares, tinham de ceder às dificuldades do meio, sem transportes convenientes e com viagens morosas e incômodas. Daí se poder dizer que o Coronelismo prosperou à sombra da inoperância dos governos, sob a aprovação tácita e expressa dos mesmos Governos. Se o Coronel era homem ordeiro, o município vivia em paz, exemplo disso foi o Cel. João Andrade da cidade de Itagi, onde reinou por várias décadas. Era respeitado pelos moradores, estimado e acatado.

Ainda será arriscado apontar elementos do coronelismo, típicos na chefia de jagunços, promotores de badernas, desacatadores a juízes de direito e a vigários, sonegadores de impostos, donos do tesouro municipal. Homens que se colocavam acima da própria lei. O coronel na micro-região de Jitaúna era a personificação indubitável do poder, controlando a igreja, com os casamentos só se realizando após a sua benção, as missas só eram iniciadas após a sua chegada, as crianças nascidas na cidade ou nas fazendas tinham que ser batizadas por ele, mantendo em suas mãos a liderança do município, pois para a fixação de um novo morador ou de um novo comerciante na cidade, teria que contar com a permissão do coronel, para depois o indivíduo se instalar ou não na cidade.

O coronel, o matuto rico do sertão, é um só em toda face do Nordeste. O mesmo material humano amassado na ambição do mando. A mesma matéria-prima arruinada pela vontade doentia da prepotência, pelo desejo de subir por qualquer escada, ao domínio do lugarejo onde mora (GOIS, 1966, p.23).

A justiça era também exercida por eles e os seus soldados eram os jagunços, homens que se colocavam a serviço dos coronéis e realizavam dos trabalhos mais simples aos mais escusos, que eram os espancamentos e assassinatos. Assim, com o auxílio desses indivíduos, eles (os coronéis) exerciam o poder de polícia e de justiça, prendiam e libertavam pessoas detidas pela lei, tinham o direito sobre a vida e sobre a morte dos cidadãos do Município. A economia da cidade girava totalmente em torno da figura do coronel, que emprestava dinheiro e financiava estabelecimentos comerciais. O poder econômico do coronel era tão grande que, numa certa época (anos 1960 e 1970), o Coronel Urbano de Almeida Neto, da cidade de Jitaúna, sustentou sozinho, uma agência bancária.

O monopólio da terra, abrigando em seu seio uma economia monocultora voltada essencialmente para a exportação de alguns produtos, travou brutalmente o crescimento das forças produtivas. Por mais de três séculos baseou-se no regime de trabalho escravo, que se levantou como uma barreira à propagação do trabalho livre. Do trabalho escravo ainda hoje marcas evidentes em nossas relações de trabalho no campo (FACÓ, 1963 p. 16).

A vida social dessas cidades também girava em torno da vida social do Coronel. Nesta época, as cidades realizavam festas tradicionalíssimas, como os eventos Rainha do Cacau, São João, São Pedro e Rainha do Milho, que não podiam passar sem ser comemoradas. Durante esses festejos, os coronéis davam verdadeiros banquetes para a população, abatiam bois, suínos e caprinos, para serem servidos ao povo. Na ocasião de um casamento de um de seus familiares, toda a população era igualmente convidada. Era nessas ocasiões que se via o prestígio do coronel, pois quanto mais convidados comparecessem ao evento promovido por ele, significava mais e mais poder para ele. Mas, o status social do coronel não vinha apenas dos eventos festivos. Ele se processava também pelos favores dispensados à população. O povo do Município via o Coronel como um homem acima do bem e do mal, capaz de realizar qualquer proeza, assim ajudava na construção de casas para os compadres, financiava casamentos, patrocinava jogos de futebol, assim como touradas e circos que se instalavam nas cidades.

O sertanejo alugado, o trabalhador faminto, é uma massa informe a que os patrões dão modelo e a quem eles obedecem como emudecidos pelas necessidades de toda hora, pelo receio de morrer de fome e pela esperança de contar com eles nos momentos em que seus crimes devem ficar impunes (GOIS, 1966, p.23).

Em suma, o coronelismo na região marcou um período de opulência, ostentação, deslumbramento, arrogância e prepotência, tudo isso gerado pela riqueza que o cacau produziu na região; essas características foram mais percebidas na cidade de Jitaúna do que nos outros Municípios que compõem a micro-região.

O ano de 1906, às margens do Rio Preto do Costa e do Rio de Contas, localizava-se uma fazenda de propriedade dos senhores Sérgio Bispo e Arcanjo Pereira.

Foi nessas terras que começaram as caminhadas, uma após outra. No local de encontro desses rios, havia uma rancharia onde tropeiros e viajantes pernoitavam devido às dificuldades de transporte, pois levavam mais de um dia de viagem até à cidade de Jequié, onde os tropeiros iam comprar mercadorias, percurso feito em lombo de animal.

Naquela época os tropeiros carregavam latas de querosene no lombo de animais e, com o abalo da cavalgada dos animais, as latas acabavam furando e derramavam o gás pelo caminho percorrido, deixando assim um cheiro desagradável. Por causa desse fato, todos começaram a chamar o lugarejo de Mija-Gás.

Afirma-se que as primeiras casas construídas em Jitaúna foram de propriedade do Senhor Sérgio Bispo. Assim, foram construídas uma residência e uma casa comercial. Em 1915, dois jovens, Álvaro Amaral e seu irmão Salvador Amaral chegaram neste lugarejo com o propósito de achar um terreno onde pudessem realizar a compra de cacau. Após conversação com o fazendeiro Sérgio Bispo, arrendaram a casa do mesmo pelo preço de 15 mil réis. Depois do acerto,

foram a Jequié de onde trouxeram a mercadoria para começar as atividades comerciais, nas quais foram bem sucedidos.

Depois deste fato, começaram a chegar ao pequeno povoado trabalhadores e pequenos comerciantes que se instalaram por toda a área. A movimentação humana na região é fruto do amálgama étnico que é marca registrada da formação do povo jitaunense e que está presente em todo o país. Mas podemos dizer que há uma preponderância maior do homem negro, que tem uma explicação plausível, pois quando da abolição da escravatura em 1888, parte da população dos ex-escravos que viviam nas fazendas de café de Maracás e nas fazendas de cana-de-açúcar do Recôncavo da Bahia, iniciaram um período de migração em busca de áreas para poderem se estabelecer e iniciar uma nova vida. Em meados de 1912, muitos desses homens acabaram alcançando as terras da micro-região de Jitaúna, e como havia, já nesta época, uma necessidade por mão-de-obra, esses homens acabaram sendo incorporados como trabalhadores nessas fazendas.

Na região existe também a presença do elemento branco, que é fruto, principalmente, do processo de colonização e da intensa imigração de europeus para o Brasil. Posteriormente, com o estabelecimento do advogado Antonio Amaral, juntamente com amigos influentes da capital do Estado, conseguiu-se a vinda do arcebispo D. Jerônimo Souza para celebrar a primeira missa naquele lugarejo.

Com o passar do tempo, o progresso foi aumentando e, em 1918, o lugarejo recebeu a designação de Esplanada. Essa mudança foi muito discutida, terminando por ocorrer um incidente lamentável: puseram-se umas bancas de jogos e na noite da mudança de nome, enquanto o missionário pregava o sermão, dois jogadores começaram a discutir e um deles assassinou o seu parceiro a pauladas.

Em 1926, ocorreu a mudança do nome de Esplanada para Itaúna, porque existiam duas Esplanadas no Estado da Bahia e não podia haver dois lugares com o mesmo nome. Assim, o professor Teodorico Sampaio, de Salvador, no ano de 1927, resolveu mudar o nome para Jitaúna, jita quer dizer onça e una quer dizer preta: onça preta.

Nesta época, chegaram os primeiros imigrantes Europeus, fugindo dos horrores da Primeira Guerra Mundial. Foram eles: Francisco Adígio, Miguel Crizi, Setinho Rusciolli, Braz Forte, João Rusciolli, Nicolau Giudice, Geraldo Orrico e tantos outros que abraçaram o comércio. Em 1927, foi instalado o Cartório de Paz, sendo seu escrivão Umbelino José dos Reis e, em 1928, foi instalado o Registro Civil das Pessoas Naturais, quando este lugar mudou para o nome de Jitaúna, essas terras já pertenciam ao senhor Manoel Alves Meira.

Em 1935, foi organizada uma comissão, tendo à frente o cidadão mais entusiasmado do povoado, o Senhor Manoel Alves Meira, para construir a primeira igreja católica, o que obteve de todos os moradores total apoio, sendo escolhido como padroeiro Santo Antonio. Os primeiros padres que vieram celebrar missa foram os reverendos, Jacinto Seixas e Antônio Freire. Em 19 de fevereiro de 1939, o Cardeal Augusto Álvares da Silva elevou a capela à condição de paróquia, tendo como padroeiro Nosso Senhor do Bonfim e só posteriormente foi elevado à condição de Padroeira Nossa Senhora da Conceição, e como padres residentes o primeiro padre José Tétone, o segundo Euzínio Alves Gomes e o terceiro padre Ângelo de Rocco. A antiga igreja batista funcionava na Rua Cel. João Borges que, devido a sua localização em lugar impróprio, foi exigido um prédio onde funciona até hoje a atual igreja batista na Rua Manoel Alves Meira.

Logo após a Revolução de 1930, de 1943 até 1945, o distrito viveu em plena paz, a vida transcorrendo normalmente. Com a eleição de 1946 e outras posteriores,



os prefeitos que por Jequié passaram sempre tiveram preocupações em melhorar o aspecto desse Distrito.

Com o propósito de emancipar Jitaúna, moradores como Carlos Sá Barreto, o então padre Eusínio Alves Gomes, Elias D'Ávila Filho e o Deputado Estadual e Coronel Urbano de Almeida Neto, dirigiram-se a Salvador, juntamente com outro Deputado Estadual, Nilton Pinto, reuniram-se para tratar do assunto, tão palpitante e interessante para os jitaunenses. Depois de muitas reuniões políticas, foi realizado um plebiscito para consultar a população sobre a emancipação do povoado de Jitaúna, tendo sido aprovada por unanimidade.

Em 22 de dezembro de 1961, através da Lei nº 1588, Jitaúna tornava-se Município, para alegria de toda a população.

1962 foi o ano que marcou história na vida dos jitaunenses, caracterizando-se por um período de organização para funcionamento do Município, processando - se as eleições para prefeito e vereador. O primeiro Prefeito foi Elias D'Ávila Filho, que foi indicado pelo então Deputado Estadual e Coronel Urbano de Almeida Neto.

O coronelismo atua no reduzido cenário do governo local. Seu "habitat" são municípios rurais ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Conseqüentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno (LEAL, 1948, p. 181).

No dia 3 de março de 1963, foi então instalada a Prefeitura Municipal e o prefeito Elias D'Ávila Filho tomou posse, assumindo o cargo de chefia do Município, fazendo uma administração operosa, na qual foram construídos três jardins; um na

Pça. Elias D'Ávila Filho, outra na praça Albino Cahyba e outra no distrito de Santa Terezinha. O governador Lomanto Junior e o deputado Urbano de Almeida Neto, muito ajudaram nesta administração. O Município foi contemplado com luz e força (energia elétrica), assim como o povoado de Santa Terezinha; o serviço de água foi implantado, levando água encanada, tanto para os moradores da sede do Município como para o distrito de Santa Terezinha. Foi construída a Biblioteca Infantil Denise Tavares, um posto de saúde, diversas escolas na zona rural, e na zona urbana inclusive o Prédio Escolar Arelano Barreira e, para felicidade do povo jitaunense, foi fundado o Colégio Normal de Jitaúna (atual Colégio Cenecista de Jitaúna).

Na gestão do segundo prefeito, o senhor Milton Barbosa de Almeida, foi construído o Centro Educacional Albino Cahyba, projetado pelo arquiteto Gilberto Barreto e construído pelo recém-chegado da cidade de Salvador, o engenheiro Rui Macedo. No centro educacional estava prevista a instalação de módulos de ensino orientado para o trabalho profissionalizante: um módulo para o ensino de técnicas agrícolas, um módulo para o ensino industrial e um módulo de educação para o lar. Os maquinários foram todos conseguidos em Brasília, porém nunca funcionaram no local onde seria desenvolvido este projeto, hoje está instalado o antigo colégio cenecista. Foi criado também o Bairro Novo (atual Milton Barbosa de Almeida); o centro educacional e prédios escolares.

Na gestão do prefeito Alberico da Silva Oliveira, teve continuidade o calçamento de ruas que já totalizava 60.000m; ampliação da rede de esgoto; reforma de todos os prédios escolares do Município, aquisição de ambulância para o Município; construção de pontes de madeira para a zona rural e abertura de estradas na zona rural, arquibancada do Estádio Antonio Carlos Magalhães, matadouro municipal e completou a patrulha rodoviária (patrol e caçamba) abertura do bairro BNH, construção da Delegacia de Polícia e implantação da torre de TV.

O prefeito Claudemiro Dias Lima construiu um novo prédio para a Prefeitura Municipal de Jitaúna e para a Câmara de Vereadores, abriu o Bairro Maria Eleonora Cahyba, criou o Colégio Municipal de Jitaúna, Parque do Vaqueiro e o jardim da Avenida Maria Eleonora Cahyba. Com a sua morte, assumiu o seu vice-prefeito o senhor Manoel Alves Santiago, que na sua gestão construiu o Bairro Zui Muniz, o Grupo Escolar Adelino Henrique de Santana, Prédio Claudemiro Dias Lima no Bairro Novo, a aquisição de uma retro-escavadeira e o início da construção de um novo mercado de cereais.

No governo do senhor Gilberto Lopes Filho, foi Construída a Pça. da Igreja Matriz, implantada a torre de TV de Santa Terezinha, Bairro Júlio Gomes, iniciou o Bairro Adelino Henrique de Santana, a Escola Gisélia Bittencourt Peixoto, a ampliação da Escola Valmir O. Gomes, concluiu o mercado de cereais, jardim da entrada da cidade, jardim da rua da Barragem.

Na gestão, do prefeito Edizio Cerqueira Alves, construiu o Bairro Primavera, e Alaíde Peixoto, reforma do Parque do Vaqueiro, poço artesiano na Vila Temão, calçamento para a Barra Avenida, pavimentação e água encanada no distrito de Santa Terezinha.

Em 2001, foi eleita para o cargo de prefeita municipal a Sra. Gilda Ramos dos Santos, tendo como vice Adeílson Silva Bastos, que exerceu a função de prefeito, em decorrência da morte da prefeita eleita, após dez meses de sua posse.

## 4.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

### 4.2.1 A geografia da micro-região de Jitaúna

A micro-região de Jitaúna faz parte da bacia hidrográfica do Rio de Contas, que nasce na Chapada Diamantina, especificamente na Serra das Trombas e desemboca no Oceano Atlântico, em Itacaré, numa extensão de 508 km, o desnível é de 100 m. É um rio de planalto, de regime torrencial ocupando a maior parte de seu curso em terreno metamórfico. Apresenta como principais afluentes da margem direita: os Rios do Antonio, Gavião, Mungugi; e em sua margem esquerda: Rios Sincorá, Jacaré, Jequiezinho, Preto do Costa, Preto do Criciúma, Ribeirão da Mata, Jibóia e outros. A Geologia da micro-região é composta por rochas metamórficas do termo granulito, de grãos finos e médios, constituídos essencialmente por feldsfato, com ou sem quartzo e minerais ferro-magnesianos; granito-gnaissé, caracterizada como rocha grosseiramente cristalina, com bandas metamórficas de composição granítica; migmatitos, rocha mista gnaissóide, originada por mobilização magnética, parcial ou total de uma rocha.

Essas rochas fazem parte do embasamento cristalino. Quanto à Geomorfologia está inserida nas unidades geomorfológicas denominadas de Planalto Sul Baiano e Planalto Pré-Litorâneo. Planalto Sul Baiano: áreas elevadas em relação ao nível do mar, com declividades que variam de média a baixa. Solos que possuem capacidade de infiltração que variam de baixa a boa. Chuvas mais

concentradas durante os meses de verão e seu entorno. Substrato rochoso com limitações no que se refere à capacidade de armazenar água.

Áreas do Cristalino próximas ao Litoral: no que se refere às rochas e à tipologia dos solos, este ambiente não difere muito do ambiente cristalino encontrado nas áreas mais afastadas do litoral. Entretanto, os solos apresentam maiores profundidades e, em algumas situações, com presença de lençóis subterrâneos para os rios. Estas alterações são proporcionadas pela ocorrência de chuva em boa quantidade na micro-região e por uma melhor distribuição durante o ano, viabilizando a formação de rios perenes.

A pedologia é composta por solos que refletem o clima da região, apresentando os tipos: Argissolos, Chernossolo e Latossolo.

- Argissolo: solos com horizonte B-textural, acidez alta, baixa capacidade de troca catiônica, baixa reserva de nutrientes, diferenciação entre os horizontes A e B, com capacidade de infiltração baixa, alta capacidade de retenção de água e geralmente não afeta a qualidade da água.

- Chernossolo: solos com horizontes A-chernozêmico, rico em matéria orgânica e com alta saturação por base, apresentando capacidade de infiltração média a baixa, capacidade de retenção de água média e alta e geralmente não afeta a qualidade da água.

- Latossolo: solos profundos, com horizonte B-latossólico, acidez alta, baixa capacidade de média a alta, capacidade de retenção média a baixa e, geralmente, também não afeta a qualidade da água.

A micro-região possui temperaturas bem características de uma área coberta por matas e cercadas por rios, tendo uma precipitação média anual de 600 – 1200 mm, temperaturas médias anuais de 24,1° C, tendo um período chuvoso bem

definido que vai de novembro a março, caracterizado por um Clima sub-úmido, com uma massa de ar Tropical Atlântica (MTA), estável e responsável pelo período chuvoso e clima tipo AW – clima tropical úmido com chuvas periódicas e uma estação seca coincidindo com o inverno.

O ambiente natural foi analisado através de observações de campo, indicando as características e avaliando suas potencialidades, limitações e riscos de degradação, de onde se conclui:

- O clima sub-úmido condiciona a vegetação da micro-região, com chuvas bem distribuídas durante todo o ano, favorecendo cultivos agrícolas diversificados como o cacau, banana, café, coco da baía, laranja (lavouras permanentes); abacaxi, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho (lavouras temporárias);

- O relevo vai de suave ondulado a ondulado limitando a ocupação das terras e a conservação ambiental, composto ainda por maciços de morros e outeiro. Vertentes esplanadas.

- A vegetação primária (Mata Atlântica) é o componente do geossistema mais atingido pela ação antrópica, apesar de que boa parte dela que ainda está preservada se deve à lavoura cacaeira;

- A análise dos processos morfodinâmicos, aliados ao grau de proteção do solo, tipo do solo e declive do modelado, indica que a área em estudo apresenta diferentes graus de vulnerabilidade, sendo o grau moderado, o mais freqüente;

- O potencial agrícola é alto, entretanto, fica restrito às áreas de solos e relevos favoráveis;

- O potencial hídrico da superfície é representado pelo Rio de Contas e seus afluentes: Rio Preto do Costa, Rio Preto do Criciúma, Rio Ribeirão da Mata, Rio Preguiça, Rio da Jibóia, Rio das Pedras, Rio da Palmeira, Rio Riachão do Ouro, Rio

da Paca, e diversas nascentes que caracterizam a micro-região como região das águas. O potencial hídrico subterrâneo é significativo, dando para atender ao abastecimento humano, a pecuária e, em alguns casos, pequenas plantações.

O potencial mineral, com extração de rochas ornamentais (granito azul) e rochas para a construção civil tem pequena representatividade.

#### 4.3 ASPECTOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS

O Município possui uma amálgama de raças, onde convivem em absoluta tranqüilidade os elementos de todas as etnias que compõem o Município. A população é bem distribuída entre a sede, a zona rural, o Distrito (Santa Terezinha) e um Povoado (Vila Temão), onde existe uma grande concentração populacional.

Oficialmente existem seis Bairros: O Centro, O Bairro Milton Barbosa de Almeida, Bairro Adelino Henrique de Santana, o Bairro Jasson Dias, conhecido por “Mantegueira”, o Bairro Hilda Rocha Lopes, o Bairro do BNH e o Bairro Júlio Gomes. No entanto, a população mais pobre concentra-se no Bairro Adelino Henrique de Santana. Também neste Bairro encontram-se os maiores problemas de saneamento básico do município decorrente da inexistência de infra-estrutura no local. O bairro se caracteriza também por constantes invasões e flutuações de moradores, que vivem em condições precárias e com grandes distorções socioeconômicas.

O lixo é recolhido diariamente por caçambas da prefeitura, em horários e ruas estabelecidos pela mesma, e o destino final é o famoso “lixão”, hoje localizado numa fazenda um pouco distante da sede do município.

A cidade possui uma comarca que foi instalada em 24.01.92 com o nome de Fórum Desembargadora Maria Eleonora Cahyba. No município, existem redes de esgotos em quase todas as ruas, tanto na rede geral como também nas ligações domiciliares. O único problema neste setor é que em alguns pontos do município, os rios da cidade são usados como despejo dos esgotos causando poluição, degradação e desequilíbrio ecológico. A cidade conta com o serviço de tratamento de água, cuja empresa responsável é a Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), que presta serviço no fornecimento de água de boa qualidade para o consumo humano.

O Município de Jitaúna, o distrito de Santa Terezinha e o povoado de Vila Temão têm uma boa pavimentação à base de paralelepípedos, cobrindo quase que totalmente as suas ruas. Existe também a pavimentação da rodovia BR 330 que é à base de asfalto, que corta a cidade, e que permite o escoamento da produção econômica da micro-região que tem como produto base o cacau, mas que também produz mandioca, milho, feijão, frutas, verduras, leite e pecuária. A micro-região vem perdendo com o passar do tempo o dinamismo econômico de outros períodos, mas analisaremos a economia local no próximo tópico.

#### 4.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

##### **4.4.1 A História do Fruto Sagrado “Cacau”**

A história do cacau tem sua origem envolta em mitologia e lenda. O deus asteca “*Quefzcoalt*”, senhor da lua prateada e dos ventos gelados, tal como



Prometeu (deus grego), também ofertou aos homens um presente roubado do país dos deuses.

Querendo dar aos mortais algo que lhes enchessem de energia e prazer, *Quefzcoalt* foi aos campos laminados do reino dos filhos do sol para de lá furtar as sementes da Árvore Sagrada. Desta forma fantástica, as sementes do cacauero teriam surgido na região dos Astecas e aí frutificado.

A árvore estava vinculada aos rituais sagrados, por sua característica religiosa só os sacerdotes e membros religiosos podiam ter acesso à árvore e aos seus frutos, durante os eventos sagrados se processava todo um ritual místico para o consumo da bebida produzida das sementes do cacau.

Assim, quando conquistou o México (1519 – 1521), o comandante espanhol Fernando Cortez escreveu ao seu soberano, Carlos V, relatando que o imperador *Montezuma* não se servia mais do que uma vez numa taça de puro ouro. E confessa ter sido tomado de grande estranheza ao notar que, mais que uma demonstração de riqueza, tal hábito revelava a imensa estima que a bebida escura merecia.

Os Maias eram considerados importantes comerciantes na América Central. Eles, assim como os Astecas, aumentaram mais ainda suas riquezas com as colheitas de cacau. Acontece que em toda aquela região a importância do cacau não residia apenas no fato de que dele se obtinha uma bebida fria e espumante, chamada "*tchocolath*". O valor do cacau também estava em suas sementes. Elas eram usadas como moeda. O cacau e seu precioso produto, o chocolate, circulavam pelos rituais, banquetes e o comércio na América Central.

O cacauero é uma planta da família das *Sterculiáceae*. Foi citado pela primeira vez na literatura botânica quando Charles de L'Écluse o descreveu com o nome de *cacao fructus*. Em 1737 foi classificado por *Linnaeus* com a designação de

*Theobroma fructus*, sendo modificado mais tarde (1753), para *T. cacao*, designação que permanece até hoje.

A árvore também ficou conhecida como árvore de frutos de ouro – ouro vegetal, o cacauero significou poder e riqueza para os espanhóis, enquanto conseguiram manter o monopólio sobre a produção e a comercialização de seus produtos, sendo que o principal era o chocolate, que foi introduzido na Europa por representantes da igreja, que circulavam livremente entre a Europa e a América. O chocolate foi objeto de desejo, intrigas e mistérios nas cortes européias.

O cacau foi também, pouco mais tarde, objeto de contrabando e pirataria por parte de navegadores holandeses e ingleses, que estavam sempre em busca de grandes lucros, foi dessa forma que se quebrou o monopólio espanhol sobre o produto e que os sabores do cacau e do chocolate puderam se espalhar por todo o mundo conhecido. Na Europa do final do século XVII, o consumo do chocolate como bebida se generalizou, ampliando enormemente a demanda pela produção de cacau.

O cacauero é uma árvore que pode alcançar de 5 a 7 metros de altura, em média. Os ramos apresentam dimorfismo, podendo apresentar crescimento vertical (troncos e ramos “chupões”) ou crescimento oblíquo (ramos laterais). As folhas também apresentam esse dimorfismo, correspondendo aos diferentes tipos de ramos que lhes deram origem. O fruto é uma baga indeiscente que apresenta um pericarpo carnoso e pode contar de 30 a 40 sementes, que estão envoltas por uma polpa mucilaginosa.

Características da flor: as flores aparentemente originam-se diretamente da casca; porém, na realidade, são formadas a partir de inflorescências muito pequena, originada das folhas. O termo “almofada floral” é comumente utilizado para se referir

ao local em que as inflorescências aparecem. Cada almofada produz flores por muitos anos, que são pequenas (diâmetro de 0,5 a 1 cm), com pétalas de formato característico, coloração branca e apresenta interiormente duas linhas de coloração violeta.

As variedades cultivadas de cacau estão agrupadas em três complexos genéticos: Crioulo, Forasteiro e Trinitário.

No cacau Crioulo, os frutos são grandes, geralmente apresentam a casca fina e rugosa, coloração verde-escuro quando imaturos, passando para amarelo ou alaranjado, quando amadurecido. Possuem sementes grandes, de cor branca a violeta-pálida, com muita polpa, dando um produto de qualidade superior, conhecido comercialmente como “cacau-fino”. As plantas e os frutos são menos resistentes ao ataque de pragas e infecções de doenças. Estas variedades são cultivadas nos países da América Central. Na América do Sul existem plantações na Venezuela, Equador e Peru.

O cacau Forasteiro apresenta frutos que variam de forma. De cabeça ao amelonado, possui sementes achatadas de cor violeta-intensa, produzindo um cacau conhecido como tipo básico. É a variedade mais difundida, dominando 80% da produção mundial e predominando nas plantações da Bahia, Amazônia e nos países produtores da África. De variedade comum, amplamente cultivada na zona cacauera da Bahia, houve uma mutação, dando origem ao cacau Catongo e Almeida, que se caracterizam por possuírem sementes brancas.

O cacau Trinitário produz sementes de coloração que varia desde o amarelado pálido até o roxo-escuro, e apresentam um produto de qualidade intermediária, é comum se encontrar em Trinidad Tobago e Costa Rica, países de

onde se originaram, e foram introduzidos em outros países. E na zona cacauera da Bahia, através do Centro de Pesquisa do Cacau.

#### **4.4.2 O Cacau e a Micro-Região de Jitaúna**

A história da micro-região de Jitaúna, que compreende os municípios de Jitaúna, Aiquara e Itagí, confunde-se com a história da cacauicultura, pois o cacau fez o desbravamento para o interior, fundou cidades e formou gerações. O cacau criou uma civilização no sul da Bahia, um patrimônio, uma identidade histórico-cultural determinada pela atividade agrícola.

Em 1746, o colono francês Louis Frederic Warneaux trouxe sementes do Pará e as plantou na fazenda Cubículo, à margem direita do rio Pardo, na capitania de São Jorge dos Ilhéus, hoje município de Canavieiras. As condições climáticas, a topografia e o solo sul baiano eram propícios à cultura do cacau e, por estas razões, a região de Ilhéus acabou se tornando uma poderosa produtora.

A lavoura cacauera começou a se expandir no sul da Bahia. Esta expansão, porém, se processou através de lutas violentas, que se prolongaram até as primeiras décadas do século XX. Naquela época, os latifúndios foram invadidos e ocorreram muitas aquisições ilícitas de terras. As oligarquias desapareceram e os latifúndios, por motivo de herança ou econômicos, dividiram-se em fazendas organizadas a partir da Revolução de 1930.

Na micro-região de Jitaúna, não foi diferente do restante da região sul da Bahia, as dificuldades encontradas pelos fazendeiros foram superadas a duras custas. Naquela época, o cacau era conduzido em tropas até Pancada e daí transportado em canoas até Camamu. Somente alguns anos depois, com o avanço

dos trilhos da ferrovia, a produção de toda a região era transportada diretamente para a cidade de Jequié. Nessa época, os futuros municípios de Jitaúna, Itagi, Aiquara, eram distritos daquele Município. Com a instalação da firma Miguel Grise e Cia na região, novos caminhos foram abertos para as tropas, fazendo com que 80% do cacau produzido em áreas pertencentes a Camamu fosse adquirido pela citada firma. A interiorização do comércio, ainda na primeira década do século XX, se estendeu aos futuros municípios graças ao pioneirismo de Jovino Santos e Manoel Marinho, em Aiquara, de Manoel Pereira Gomes em Itagi e de Florêncio Santos e Agapito Fernandes em Jitaúna.

A ocupação econômica do território da micro-região de Jitaúna, na primeira década do século XX, acelerou bastante com a expansão e diversificação do comércio, ganhou um grande impulso graças à monocultura cacaueteira que, aliada a uma boa qualidade do solo, a um clima com duas estações bem definidas e à cobertura natural feita pela mata atlântica, proporcionou um desenvolvimento surpreendente à lavoura cacaueteira. As plantações se desenvolveram numa rapidez impressionante, fazendeiros derrubaram boa parte das matas para o plantio, os povoados se transformaram em verdadeiros formigueiros humanos, não havia espaços para tantas moradias, os povoados aumentavam suas dimensões, invadindo parte das terras dos fazendeiros, as fazendas necessitavam cada vez mais de trabalhadores e o cacau ganhava fama dentro e fora do Brasil, principalmente nos Estados Unidos.

A economia gerada pelo cacau traz cada vez mais trabalhadores para a região, que rapidamente são absorvidos pela lavoura cacaueteira, as terras ao redor das vilas e povoados continuam sendo invadidas ou, algumas vezes, compradas para se transformarem em lotes para construção de casas para o povo que estava de chegada. É quando estoura na Europa a Primeira Guerra Mundial, o que causa,

pela primeira vez, uma pequena baixa no preço do cacau, que rapidamente se recupera por causa do aumento do consumo nos Estados Unidos, que era o maior comprador do produto. Mas, os reflexos da primeira guerra serão sentidos, não durante o conflito, mas, sim, após os combates, pois durante os anos 1920, o Brasil decide incentivar o povoamento de algumas regiões. Assim, o país passa a entrar na rota da imigração, o que seria de fundamental importância para o Brasil e para esta nova população que para cá queria vir, como relata Furtado (2000, p. 26) “o fato de que importantes grupos de populações estivessem dispostos a aceitar as mais duras condições para emigrar, criou possibilidades de exploração de mão-de-obra européia em condições relativamente favoráveis”.

É durante esse período que chegam ao Brasil, grandes levadas de imigrantes italianos, alemães e eslavos, que vinham fugindo das péssimas condições de vida da Europa do pós-guerra. Ao chegarem, esses imigrantes eram enviados em grandes quantidades para as regiões mais despovoadas do país, mas muitos foram enviados para Salvador e dali seguiam viagem com destino a Jaguaquara, Maracás e Itiruçu. Como nesta época a estrada de Ferro de Nazaré já tinha como ponto final a cidade de Jequié, alguns acabavam descendo em Jequié e alcançavam os povoados e vilas da micro-região de Jitaúna, onde uns acabaram se estabelecendo como comerciantes, e outros foram incorporados às fazendas de cacau como lavradores, ajudando, assim, a aumentar o número da população regional.

O imigrante tinha seus gastos de transportes e instalação pagos e sabia a que se ater com respeito à sua renda futura. Esse conjunto de medidas tornou possível promover pela primeira vez na América uma volumosa corrente imigratória de origem européia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas, (FURTADO, 2000, p. 134).

O imigrante também contribuiu com o engrandecimento da região. As atividades econômicas desenvolvidas pelos imigrantes ajudaram na consolidação da região, o comércio ganhou novo impulso com as lojas de “secos e molhados”, instaladas na região por alguns dos imigrantes. A região também foi um dos destinos preferidos de muitos ex-escravos que, após a abolição da escravatura no dia 13 de maio de 1888, ganharam a tão sonhada liberdade. A partir desse momento, gozando de sua liberdade, buscaram outros destinos. Encontrando refúgio nas terras da micro-região, esses homens rapidamente foram incorporados às fazendas de cacau, pois o volume de produção, que só aumentava, exigia cada vez mais trabalhadores, e como os mesmo já estavam acostumados com a lida pesada, não estranharam o trabalho e rapidamente foram captados pelos fazendeiros da região.

A economia da região prosperava, os fazendeiros foram elevados à categoria de coronéis, homens enriquecidos pela lavoura cacaueira, de personalidade forte e marcante, donos de grandes porções de terras, que muitas vezes eram adquiridas de maneira ilícitas, com o uso da força e do revólver. A terra era o bem mais precioso e por causa dela praticava-se quase tudo; o coronel era o indivíduo mais importante da região, principalmente no plano político, a ele se devia respeito e consideração, como relata Leal (1948):

Em tal situação, seria ilusão pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ela com independência cívica. O lógico é que precisamente no plano político ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabresto, que é o resultado em grande parte da nossa organização econômica rural (LEAL, 1948, p. 12).

O final da década de 1920 assinala, pela primeira vez na região, um sinal de crise. A queda da Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos, faz cair de

forma vertiginosa o preço do cacau. Os norte-americanos, que eram os principais compradores do produto brasileiro, recuam por causa da terrível crise. Internamente, o país passava por um período de agitação com o golpe militar dado por Getúlio Vargas, que logo em seguida adota uma série de medidas de caráter inovador, como o voto feminino, jornada de trabalho de 8 horas semanais, criação da Consolidação das Leis Trabalhistas, criação da Petrobrás e da Companhia Siderúrgica Nacional.

A recuperação econômica dos Estados Unidos sinaliza com o retorno das vendas de cacau para aquele país. Assim, a região, aos poucos, vai se restabelecendo da crise passada. A região aprendera a lição, assim, quando do começo da Segunda Guerra Mundial, a produção e venda do cacau não sofreu grandes transtornos. A região absorveu com naturalidade os percalços da crise, o fim da Segunda Guerra Mundial representou o recomeço das imigrações européias para o Brasil e, conseqüentemente, para a região cacauzeira.

Politicamente, a década de 1950 foi de grande esplendor para a micro-região de Jitaúna. Os fazendeiros, chamados de “coronéis”, enriquecidos com a lavoura cacauzeira, transformaram-se na força política da região. Assim, apoiados no poder econômico, iniciaram as tão sonhadas melhorias na infra-estrutura dos distritos. Dessa forma, tem início uma nova fase de prosperidade. Desta vez, com um algum auxílio do poder público estadual, a região ganhará um novo impulso. A figura do coronel ganha status social, político e econômico e com eles fama e desgraça para a região, sendo que a primeira pela riqueza, e a segunda pela brutalidade e perversidade.

A região de Jitaúna absorve paisagens naturais e humanas, diferentes e até opostas: a Zona Semi-Árida, onde se cria o gado e sofre devido à seca; e a Zona de



Mata Úmida, onde se planta o cacau e chove durante todo o ano. Possui um clima tropical, com uma temperatura média de 24°C.

A pecuária e a monocultura cacauera formam a base de todo o desenvolvimento socioeconômico de Jitaúna, que apresenta uma diversidade produtiva no que se refere à agricultura de subsistência, destacando-se a farinha de mandioca e um pouco de hortifrutigranjeiro. Outras culturas em menor proporção como o Coco-da-Bahia, laranja e banana fazem parte desse contexto agrícola. A agricultura temporária é também bastante diversificada, destacando-se as culturas de cana-de-açúcar, feijão, milho e abacaxi.

A pecuária do Município é bastante diversificada, concentrando-se na bovinocultura, avicultura e caprino-cultura que, além de fornecer carne, produz leite e ovos. Destaca-se ainda a apicultura.

Percebe-se que a monocultura da lavoura cacauera trouxe uma série de problemas socioeconômicos para a região, aliada à falta de estrutura, à inércia dos coronéis e à total falta de preparo dos políticos, o que levou a região a mergulhar em um marasmo social, econômico e político, no qual se encontra até os dias de hoje.

Mas é chegada à hora de se reverter todo esse processo anacrônico que se instalou na região é preciso crescer e se desenvolver, de forma consciente e sustentável.

## **5 PESQUISA DE CAMPO**

### **5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **5.1.1 Tipo de Estudo**

Esta dissertação se desenvolveu segundo a metodologia de estudo de caso. Para a escolha de tal metodologia, Yin (2005) sugere a análise de três fatores: o tipo de problema a ser investigado, o controle que o investigador possui sobre os acontecimentos e o grau de foco em eventos contemporâneos em contraste com eventos históricos.

Com relação ao primeiro ponto e conforme abordado anteriormente, o tipo de pesquisa desta dissertação é exploratório com nuances descritivas e explicativas, tentando responder como a monocultura do cacau e o coronelismo interferiram no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural da micro-região de Jitaúna.

Sobre o segundo ponto mencionado por Yin (2005), o controle sobre tais fenômenos por parte do investigador é amplo, permitindo assim, uma interferência mais direta nas decisões das mudanças propostas por esta dissertação.

Por fim, o trabalho delimitou-se a analisar três dos cinco municípios que compõem a micro-região de Jitaúna, foram eles: Jitaúna, Itagí e Aiquara, focando a pesquisa na fase de maior desenvolvimento do cacau e no processo de decadência da agricultura cacaueira, explicitando os problemas socioeconômicos desses

municípios, mas também sugerindo alternativas de reestruturação social, econômica e política para micro-região, assim os temas abordados nesta pesquisa tem relevante importância, sendo portanto completamente contemporâneo.

Entende-se que para atingir os objetivos propostos se faz necessário definir um plano de investigação que deve permitir a coleta dos dados e a análise de informações na forma mais racional possível, a fim de economizar esforços, recursos financeiros e tempo, pois como afirma Triviños (1987):

O foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer os aspectos socioeconômicos da comunidade micro-regional, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho com o turismo e seus valores. (TRIVIÑOS, 1987, p.110),

O estudo de caso é, com certeza, o tipo de estudo mais adequado quando o pesquisador necessita obter melhor entendimento a respeito do comportamento de vários fatores e elementos que influem sobre determinados fenômenos.

### **5.1.2 Cenário da pesquisa**

A escolha do cenário de pesquisa é uma etapa muito importante para a realização do estudo. Neste sentido, Minayo (1995, p.14), o define como “recorte espacial correspondente à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação”. Desta forma, a autora mostra que para uma melhor compreensão e interpretação dos resultados, o campo de pesquisa com seus aspectos econômicos, culturais, geográficos, sócio-políticos etc., acaba por estar relacionado intrinsecamente ao objeto a ser estudado. Nesse sentido,

considera-se como campo desta dissertação a micro-região de Jitaúna. Durante a pesquisa se explorou os diversos fatores que impediram o desenvolvimento dessa micro-região, mas devido à sua amplitude territorial, se decidiu abordar de modo específico os municípios de Jitaúna, Aiquara, Itagí.

### **5.1.3 Técnica de Coleta de Dados**

Se aplicou 90 (noventa) questionários estruturados, com 23 questões objetivas, junto à população dos municípios de Jitaúna, Itagí e Aiquara. Os entrevistados tinham idade entre 18 e 95 anos, com a distribuição dos questionários ocorrendo de forma aleatória. As entrevistas foram realizadas nos municípios citados, com prefeitos e ex-prefeitos, vereadores, comerciantes, professores, alunos, trabalhadores rurais e pessoas idosas. Também se realizou estudo de dados secundários e documentais relacionados com o objeto da pesquisa. Através desses documentos se teve a oportunidade de conhecer o processo de formação desses municípios, seu patrimônio histórico, cultural e social, com a riqueza das informações conduzindo a uma viagem pela história da micro-região de Jitaúna.

## **5.2 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS ALCANÇADOS**

Se processou os dados mecanicamente, através de computador com programa estatístico adequado ao tipo de pesquisa realizada (Microstat), sendo posteriormente analisados de modo a contemplar os objetivos propostos nesta dissertação. O perfil dos entrevistados permite identificar as variáveis que

contribuíram no decorrer da análise para explicar a realidade da micro-região de Jitaúna.

A maioria dos entrevistados, 55,6%, é formada por mulheres com idade variável entre 19 e 39 anos, como se depreende da Tabela 1, p. 117. Também é composta por jovens a maior parte dos entrevistados do sexo masculino. Essa foi uma característica muito semelhante nos três municípios, uma população jovem e feminina muito grande.

Foi possível perceber muitos aspectos característicos da população jovem dos municípios, entre eles destacando-se o alto consumo de bebidas alcoólicas, a forte presença do tabagismo, o elevado nível de desemprego dessa população e, o mais preocupante, um grande número de meninas grávidas. Em conversa informal com o Secretário de Saúde de Jitaúna o senhor Gildeon Dias Gonçalves<sup>1</sup>, foi relatado que o município dispõe de programas de prevenção, mas um dos grandes obstáculos é a pouca formação da população jovem do Município, que se alia à vida sexual precoce das jovens de Jitaúna, ocasionando esse tipo de problema.

---

<sup>1</sup> Conforme entrevista concedida ao autor em 14 fev. 2008



**Tabela 1 - Sexo por Faixa Etária em 2008**

SEXO	FAIXA ETÁRIA											
	Até 18 anos		19 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		Acima de 50 anos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	1	20,0	14	48,3	8	34,8	14	58,3	3	33,3	40	44,4
Feminino	4	80,0	15	51,7	15	65,2	10	41,7	6	66,7	50	55,6
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>100,0</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>23</b>	<b>100,0</b>	<b>24</b>	<b>100,0</b>	<b>9</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>5,6</b>		<b>32,2</b>		<b>25,6</b>		<b>26,7</b>		<b>10,0</b>		<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.







Ao relacionar escolaridade e faixa etária verifica-se (ver Tabela 2, p. 119) que 44% dos entrevistados possuem ensino médio completo. Esse percentual tende a aumentar entre os adolescentes, 60%; mas decai para o índice de 51,7% na faixa de 19 a 29 anos. O problema da escolaridade nos municípios estudados está intimamente relacionado ao trabalho na agricultura, pois os jovens e as crianças muitas vezes abandonam a escola para trabalhar nas lavouras. Constata-se também, que a falta de qualidade no ensino dos municípios também é um outro problema enfrentado pelos estudantes, assim como a falta de merenda escolar para os alunos das séries iniciais, como relatado pela Professora Maria José de Carvalho<sup>2</sup>, que leciona na Escola Pedro Virgílio, na Fazenda Boa Esperança, região do Pati, município de Jitaúna. Ela diz que:

“É desrespeitoso para nós professores termos que conviver com uma situação como esta, ter uma sala com 40 (quarenta) alunos, ter que dividir o espaço desta sala de aula em quatro turmas e ter que lecionar sem livros, com carteiras quebradas, sem banheiros e, o que é pior, sem a merenda escolar, chegando ao ponto de alguns alunos desmaiarem dentro da sala por causa da fome”.

---

<sup>2</sup> Conforme entrevista concedida ao autor em 23 fev. 2008





Tabela 2 – Escolaridade por Faixa Etária em 2008

ESCOLARIDADE	FAIXA ETÁRIA											
	Até 18 anos		19 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		Acima de 50 anos		Total	
	Nº	%	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Analfabeto			1	6,9	3	13,0	1	4,2	2	22,2	7	7,9
Fundamental completo			10	31,0	5	21,7	5	20,8	1	11,1	21	21,1
Fundamental incompleto	1	20,0			4	17,4	4	16,7	1	11,1	10	11,1
Médio completo	3	60,0	15	51,7	9	39,1	10	41,7	3	33,3	40	44,4
Médio incompleto	1	20,0	2	6,9			1	4,2	1	11,1	5	5,6
Superior			1	3,4	2	8,7	3	12,5	1	11,1	7	7,8
Total	5	100,0	29	100,0	23	100,0	24	100,0	9	100,0	90	100,0
		5,5 %		32,2 %		25,6%		26,7%		10,0%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A fim de verificar a procedência dos entrevistados observa-se na Tabela 3, p. 121, que 48,9% nasceram em Jitaúna e 21% são de regiões circunvizinhas como Aiquara, Itagí, Ipiaú e Itagibá, sendo os demais entrevistados provenientes de Itabuna, Jequié e outras localidades. Ainda na Tabela 3, ao se considerar a escolaridade por naturalidade dos entrevistados, notou-se que 43,2% dos jitaunenses possuem o ensino médio completo, igual situação para 52,6%, 36,4% e 57,1% da população de Aiquara, Itagí e Ipiaú, respectivamente.

Identificou-se que tal realidade descrita na Tabela 3 decorre da vinda para o município de Jitaúna de pessoas da zona rural de outros municípios, sendo que boa parte desses moradores possuía idade acima de 40 anos quando chegaram a Jitaúna.







Tabela 3 - Escolaridade por naturalidade em 2008

ESCOLARIDADE	NATURALIDADE															
	Jitaúna		Aiquara		Itagí		Ipiaú		Itagibá		Itabuna		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Analfabeto	5	11,4	2	10,5											7	7,8
Fundamental completo	9	20,5	6	31,6	1	9,1	1	14,3			2	50,0			19	21,1
Fundamental incompleto	7	15,9	1	5,3					1	50	1	25,0			10	11,1
Médio completo	19	43,2	10	52,6	4	36,4	4	57,1			1	25,0	2	66,7	40	44,4
Médio incompleto	4	9,1					1	14,3							5	5,6
Superior					6	54,5	1	14,3	1	50			1	33,3	9	10,0
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,0</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>	<b>11</b>	<b>100,0</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>48,9</b>		<b>21,5</b>		<b>12,2</b>		<b>7,8</b>		<b>2,2</b>		<b>4,4</b>		<b>3,0</b>		<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O turismo e a educação, nesse contexto, são vistos como fatores de mudança de comportamento micro-regional. Agora se tem a consciência de que, para trabalhar, é necessário saber ler, escrever, fazer contas e falar bem; o que antes não era tão importante, já que os empregos eram predominantemente braçais.

Outro fator que valoriza a educação é o aparecimento de moradores com maior escolaridade, oriundos de outras localidades, transformados em referência para as comunidades. Essas pessoas, habituadas com a leitura, emprestam seus livros e revistas para os habitantes das cidades da micro-região.

Outra variável que permite visualizar o perfil dos moradores da micro-região é o rendimento familiar. Na Tabela 4, p. 123, na relação entre rendimento e origem, constata-se que 57,9% dos nascidos em Aiquara e 52,3% dos Jitaúnenses recebiam até 1 (um) salário mínimo, enquanto dos nascidos em Itagí, Ipiaú e Itagibá, 54,5%, 71,4% e 50,0%, respectivamente, recebiam acima de 4 (quatro) salários mínimos durante o período áureo da lavoura cacaeira. Vale ressaltar, quanto aos dados citados, referindo-se aos municípios de Jitaúna e Aiquara, que eles correspondem 1 (um) salário por pessoa da residência, daí a importância do trabalho na lavoura cacaeira para a renda das famílias da micro-região, situação esta ainda mais favorável nos Municípios de Itagí, Ipiaú e Itagibá, que contavam com um maior número de pessoas na família.

Quanto a esses dados, pode-se destacar a fala do senhor Manoel Francisco Fernandes<sup>3</sup>, de 84 anos, trabalhador rural e morador da cidade de Aiquara:

“A nossa cidade era muito boa naquele tempo, todos tinham o que fazer, o cacau dava muito dinheiro, as pessoas compravam e vendiam seus produtos, era uma

---

<sup>3</sup> Conforme entrevista concedida ao autor em 14 fev. 2008

riqueza só, não faltava trabalho e nem dinheiro, tempos bons aquele, hoje é tudo diferente, não se encontra trabalho, as fazendas estão se acabando, ninguém tem dinheiro para pagar o trabalhador, não tem mais cacau, a vassoura de bruxa acabou com nossa vida”.

Tabela 4 - Renda por naturalidade em 2008

RENDIMENTO MENSAL	NATURALIDADE															
	Jitaúna		Aiquara		Itagí		Ipiaú		Itajibá		Itabuna		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
≤1 sal. Mínimo	23	52,3	11	57,9	3	27,3	2	28,6							39	43,3
> 1 e ≤ 2 sal. Mínimo	10	22,7	4	21,1	1	9,1					1				16	17,8
>2 e ≤ 3 sal. Mínimo	9	20,5	2	10,5					1	50,0	1				13	14,4
>3 e ≤ 4 sal. Mínimo	1	2,3	2	10,5	1	9,1					2		2	66,7	6	6,7
≥ 4 sal. Mínimos	1	2,3			6	54,5	5	71,4	1	50,0	2	1	1	33,3	16	17,8
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,0</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>	<b>11</b>	<b>100,0</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>48,9</b>		<b>21,1</b>		<b>12,2</b>		<b>7,8</b>		<b>2,2</b>		<b>4,4</b>		<b>3,3</b>		<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Relacionando o número de residentes por domicílio e o rendimento, na Tabela 5, p. 125, observa-se que 35,9% das residências, nas quais o rendimento é de 1 (um) salário mínimo ou menos, possuem mais de 5 moradores. Em contraste, nas residências que têm rendimento acima de 4 (quatro) salários, em pelo menos 74,3% residem 1 ou 2 moradores. Dessa maneira pode-se concluir que as residências com maior rendimento possuem menos moradores, enquanto quem recebe pouco tem que repartir seu rendimento com um maior número de pessoas. Constata-se um dado que está intimamente relacionado com a educação. Nas residências em que as pessoas ganham acima de 4 salários mínimos, a maioria é formada por jovens casais e com nível de escolaridade mais elevado, isso foi percebido nos três municípios estudados.

Outra constatação é que, nos lares mais pobres, o aumento do número de filhos está relacionado muitas vezes a programas assistencialistas dos governos municipal, estadual e/ou federal. Com relação a essa constatação cita-se o depoimento da Sra. Elizabete de Assis Pereira<sup>4</sup>, de 38 anos, seis filhos com idade de 11 a 7 meses e moradora do Bairro da Saracura, no município de Jitaúna:

“Não tenho marido, não sei ler nem escrever, não consigo trabalho, a comida e as roupas que consigo vem do cartão cidadão da prefeitura e do bolsa família, se eu perder essa ajuda não sei o que será de mim e dos meus filhos”.

---

<sup>4</sup> Conforme entrevista concedida ao autor em 7. jun. 2008

Tabela 5 - Quantidade de moradores por domicílio e por renda em 2008

QUANTIDADE DE MORADORES POR DOMÍLIO	RENDA DO DOMICÍLIO											
	≤1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. mínimo		>2 e ≤ 3 sal. Mínimo		>3 e ≤ 4 sal. Mínimo		≥ 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 pessoa	6	15,4	2	11,8	1	7,7	2	40	7	43,0	18	20
2 pessoas	7	17,9	3	17,6	1	7,7	1	20	5	31,3	17	31,3
3 pessoas	3	7,7	5	19,4	5	38,5			1	6,3	14	15,6
4 pessoas	9	23,1	3	17,6	3	23,1			1	6,3	16	17,8
Acima de 5 pessoas	14	35,9	4	23,5	3	23,1	2	40	2	12,6	25	27,7
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>	<b>17</b>	<b>100,0</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>	<b>5</b>	<b>100,0</b>	<b>16</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>43,3</b>		<b>18,9</b>		<b>14,4</b>		<b>5,6</b>		<b>17,8</b>		<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nessa mesma linha, a Tabela 6, p. 127, mostra a composição entre o rendimento familiar e o número de pessoas que participam da geração de renda, ou seja, quantas pessoas trabalham no domicílio. Verifica-se que em 37,8% dos domicílios apenas uma pessoa trabalha, enquanto que, em 42,2%, duas pessoas estão trabalhando. Observa-se que o rendimento médio da maioria das famílias da micro-região (62,2%) situava-se até 2 (dois) salários mínimos, representando os ganhos das famílias no trabalho com o cacau, “se ganhava pouco [individualmente], mas todos trabalhavam”, como salienta o senhor Pedro Souza de Andrade<sup>5</sup>, de 49 anos, morador da cidade de Itagí. “Hoje não se vive, nós não temos trabalho, nem dinheiro, vivemos de bicos ou de favores”.

---

<sup>5</sup> Conforme entrevista concedida ao autor em 10 mar. 2008

Tabela 6 - Moradores que trabalham no domicílio por renda do domicílio na década de 1980

QUANTIDADE DE PESSOAS QUE TRABALHAM	RENDA DO DOMICÍLIO											
	≤1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. mínimo		>2 e ≤ 3 sal. Mínimo		>3 e ≤ 4 sal. Mínimo		≥ 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 pessoa	16	41,0	6	35,3	1	7,7	3	60,0	8	5,0	34	37,8
2 pessoas	12	30,8	8	47,1	10	76,9	1	20,0	7	43,8	38	42,2
3 pessoas	10	25,6	2	11,8	2	15,4			1	6,3	15	16,7
4 ou mais pessoas	1	2,6	1	5,9			1	20,0			3	3,3
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>	<b>17</b>	<b>100,0</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>	<b>5</b>	<b>100,0</b>	<b>16</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>43,3</b>		<b>18,9</b>		<b>14,4</b>		<b>5,6</b>		<b>17,8</b>		<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



Outra variável importante para a categorização da situação ocupacional dos moradores é a do vínculo empregatício. De acordo com a Tabela 7, p. 129, infere-se que a maior parte da população, independente da faixa salarial, 39,3%, são autônomos, ou seja, trabalham nos chamados "bicos" ou como proprietários de estabelecimentos comerciais e turísticos. Aqui, constata-se que apesar das conquistas que a população tem obtido, a informalidade ainda é muito grande, persistindo a exploração da mão-de-obra na micro-região, com alguns comerciantes aproveitando-se da necessidade econômica da população para tirar proveitos econômicos.

Um relato interessante é o do senhor Antonio Carlos Gonçalves<sup>6</sup>, de 54 anos, do município de Aiquara, quando diz que nunca trabalhou com carteira assinada e que hoje sofre com as conseqüências dos trabalhos informais que desenvolveu durante sua vida e que espera ansioso para alcançar a idade para se aposentar.

---

<sup>6</sup> Conforme entrevista concedida ao autor em 13 mai. 2008

QUANTIDADE DE MORADORES POR DOMÍLIO	RENDA NO DOMICÍLIO NA DÉCADA DE 1980											
	≤1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. Mínimo		>2 e ≤ 3 sal. Mínimo		>3 e ≤ 4 sal. Mínimo		≥ 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sem carteira com contratação anual	5	12,8	4	23,5					4	26,7	13	15,5
Sem carteira com contratação temporária	6	15,4	5	29,4	2	16,7			1	6,7	14	16,7
Carteira assinada	8	2,5	2	11,8	5	41,7	1	33,3	3	20,0	19	22,6
Contratação diária	4	10,3			1	8,3		66,7			5	6,0
Autônomo	14	35,9	6	35,3	4	33,3	2		7	46,7	33	39,3
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,0</b>	<b>17</b>	<b>100,0</b>	<b>12</b>	<b>100,0</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>15</b>	<b>100,0</b>	<b>84</b>	<b>100,0</b>
		<b>44,0</b>		<b>20,2</b>		<b>14,3</b>		<b>3,6</b>		<b>17,9</b>		<b>100,0</b>

**Tabela 7 - Vincula empregatício por renda no domicílio na década de 1980**

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



Na Tabela 8, p. 131, contata-se uma realidade preocupante para a micro-região de Jitaúna, quando 74,4% da população apontaram que a agricultura cacauera tem pouca importância para a micro-região. Tal constatação revela-se perigosa, pois percebe-se que a população local não conhece a sua própria história, vale ressaltar que grande parte dessa população é formada por jovens entre 18 e 29 anos. Essa percepção difere totalmente da afirmação da senhora Maria do Amparo de Souza<sup>7</sup>, de 67 anos, a qual relatou que o cacau foi um presente de Deus para o povo, mas por causa da avareza dos fazendeiros acabou. Essa declaração revela o significado e a importância do cacau para a vida desse povo.

Verifica-se na Tabela 9, p. 132, que tanto a educação como o turismo contribuíram de forma significativa para o aumento dos rendimentos familiares da população micro-regional, percebe-se que a educação proporcionou a elevação da auto-estima da população, hoje eles são mais comunicativos e se relacionam melhor entre si e com os visitantes; já o turismo proporcionou à população o acesso a uma pauta de consumo até então fora de sua realidade, conseqüentemente, uma elevação nos seus rendimentos.

O exame da Tabela 10, p. 133, revela que 48,9% dos entrevistados disseram que suas vidas dependem exclusivamente de atividades ligadas ao turismo. Tal afirmação reflete a importância econômica do turismo para a micro-região de Jitaúna. Essa percepção é relevante, pois evidencia na população uma imagem positiva do turismo, facilitando assim uma relação positiva entre a população nativa e os turistas.

---

<sup>7</sup> Conforme entrevista concedida ao autor em 8 jun. 2008

Tabela 8 - Importância da agricultura cacauera para micro-região em 2008

Importância do cacau para micro-região	RENDIMENTO MENSAL											
	<1 sal. Mínimo		> 1 e < 2 sal. mínimo		>2 e < 3 sal. Mínimo		>3 e < 4 sal. Mínimo		> 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pouca importância	9	23,1			2	15,4					11	12,2
Grande importância	4	10,3	3	17,6	2	15,4	1	20,0	2	12,5	12	13,3
Nenhuma importância	26	66,7	14	82,4	9	69,2	4	80,0	14	87,5	67	74,4
<b>Total</b>	39	100,0	17	100,0	13	100,0	5	100,0	16	100,0	90	100,0
		43,3		18,9		14,4		5,6		17,8		100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

RENDIMENTO MENSAL DO DOMICÍLIO HOJE	RENDIMENTO MENSAL DO DOMICÍLIO												
	≤1 sal. Mínimo		> 1 e ≤2 sal. Mínimos		>2 e ≤ 3 sal. Mínimos		>3 e ≤4 sal. Mínimos		>4 sal. Mínimos		Total		
	Nº	%	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
≤1 sal. Mínimo	20	51,3										20	22,2
> 1 e ≤ 2 sal. Mínimo	9	23,1	6	35,3								15	16,7
>2 e ≤ 3 sal. Mínimo	5	12,8	5	29,4	8	61,5						18	20,0
>3 e ≤ 4 sal. Mínimo	3	7,7	5	29,4	1	7,7	3	60				12	13,3
≥ 4 sal. Mínimos	2	5,1	1	5,9	4	30,8	2	40	16	100,0		25	27,8
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>43,3</b>	<b>17</b>	<b>18,9</b>	<b>13</b>	<b>14,4</b>	<b>5</b>	<b>5,6</b>	<b>16</b>	<b>17,8</b>		<b>90</b>	<b>100,0</b>

Tabela 9 - Rendimento mensal do domicílio em 2008

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

RENDA DO DOMICÍLIO NO PERÍODO DE 1980	RENDA DO DOMICÍLIO											
	≤1 sal. Mínimo		> 1 e ≤2 sal. Mínimos		>2 e ≤ 3 sal. Mínimos		>3 e ≤4 sal. Mínimos		>4 sal. Mínimos		Total	
	Nº	%	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não dependo do turismo	7	17,9	4	23,5	1	7,7			2	12,4	14	15,5
Minha vida depende exclusivamente do turismo	21	53,8	7	41,2	7	53,8	3	60	6	37,6	44	48,9
É importante, mas não dependo do turismo.	11	28,2	6	35,3	5	38,5	2	40	8	50	32	35,6
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>	<b>17</b>	<b>100,00</b>	<b>13</b>	<b>100,00</b>	<b>5</b>	<b>100,0</b>	<b>16</b>	<b>100,00</b>	<b>90</b>	<b>100,00</b>
		<b>43,3</b>		<b>18,9</b>		<b>15,0</b>		<b>5,6</b>		<b>18,0</b>		<b>100,00</b>

**Tabela 10 - Importância do turismo para a vida do entrevistado por rendimento do domicílio em 1980**



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Ao serem perguntados sobre a importância do turismo para a comunidade Tabela 11, p. 135, 89,9% dos entrevistados disseram que a atividade é positiva no tocante à geração de emprego e renda. Somam-se, ainda, 10% dos entrevistados que acreditam que o turismo é importante por incentivar a vinda de pessoas diferentes para a micro-região. Dessa forma, a totalidade dos entrevistados, 99,9%, considera o turismo como atividade de importância central para os municípios pesquisados. Essa percepção é reiterada pela doceira de cocadas, Sra. Neuza de Jesus Santos<sup>8</sup>, que sintetiza a importância do turismo para a cidade de Aiquara: “importante por que é de onde a gente tira o pão de cada dia”.

O turismo para a micro-região não deve ser considerado apenas como uma fonte de renda, mas também como instrumento de desenvolvimento dos municípios. A Tabela 12, p. 136, revela que 63,3% dos entrevistados consideram que há dez anos Jitaúna, Aiquara e Itagí encontravam-se em piores condições do que hoje. Desses, 42,2% afirmam que antes os municípios não possuíam uma infra-estrutura adequada.

Em uma perspectiva de futuro, os dados da Tabela 13, p. 137, revelam como os entrevistados imaginam os municípios daqui a 10 anos. Quase a metade, 47,8%, acreditam que a micro-região será mais desenvolvida, com mais hotéis, pousadas, novos bairros, mais atrações culturais, mas ressaltam que o sucesso dessas mudanças só será possível com a participação efetiva de toda sociedade micro-regional. De acordo com Antonio Candido Borba<sup>9</sup>, vereador da cidade de Itagí, é função do poder público estimular a inovação por meio da implantação de uma infra-

---

<sup>8</sup> Conforme entrevista concedida ao autor em 28 jun. 2008

<sup>9</sup> Conforme entrevista concedida ao autor em 13 mai. 2008

estrutura efetiva, da qualificação da mão-de-obra, da criação de ambiente estimulante para negócios e do compromisso de qualidade de vida adequada para os moradores locais.

Tabela 11 - Importância do turismo para a comunidade por escolaridade em 2008

IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA A COMUNIDADE	ESCOLARIDADE													
	Analfabeto		Fundamental completo		Fundamental incompleto		Médio completo		Médio incompleto		Superior		Total	
	Nº	%	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Gera emprego e renda	4	57,1	17	89,5	9	90,0	38	95,0	4	80	9	100,0	81	89,9
Traz pessoas diferentes para a vila	3	42,9	2	10,5	1	10,0	2	5,0					8	10,0
Poucas pessoas ganham com o turismo									1	20			1	1,1
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>	<b>40</b>	<b>100,0</b>	<b>5</b>	<b>100,0</b>	<b>9</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>7,8</b>		<b>21,1</b>		<b>11,1</b>		<b>44,4</b>		<b>5,6</b>		<b>7,8</b>		<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Tabela 12 - Como era Jitaúna, Itagí e Aiquara há 10 anos, por escolaridade

COMO ERA JITAÚNA, ITAGÍ E AIQUARA HÁ 10 ANOS	Escolaridade													
	Analfabeto		Fundamental completo		Fundamental incompleto		Médio completo		Médio incompleto		Superior		Total	
	Nº	%	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Muito melhor, pois vinham poucos turistas.	2	28,6	3	15,8	3	30,0	6	15,0	2	40,0	3	33,3	19	21,1
Igual, só que com menos pousadas e restaurantes.	3	42,9	1	5,3			6	15,0	2	40,0	2	22,2	14	15,6
Pior, pois a população não tinha com que trabalhar.	2	28,6	7	36,8	3	30,0	6	15,0			1	11,1	19	21,1
Pior, pois não tinha infra- estrutura.			8	42,1	4	40,0	22	55,0	1	20,0	3	33,3	38	42,2
<b>Total</b>	7	100,0	19	100,0	10	100,0	40	100,0	5	100,0	9	100,0	90	100,0
		7,7		21,1		11,1		44,4		5,6		4,4		100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



COMO IMAGINA JITAÚNA, ITAGÍ E AIQUARA DAQUI A 10 ANOS	Escolaridade													
	Analfabeto		Fundamental completo		Fundamental incompleto		Médio completo		Médio incompleto		Superior		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Do jeito que está			1	5,3	1	10,0	1	2,5			2	22,2	5	5,6
Com um pouco mais de pousadas e restaurantes	2	28,6	5	26,3	3	30,0	16	40,0	1	20,0	2	22,2	29	23,22
Com muitos hotéis e restaurantes	2	28,6	1	5,3	3	30,0	5	12,5	1	20,0	1	11,1	13	14,4
Um município independente	3	42,9	12	63,2	3	30,0	18	45,0	3	60,0	4	44,4	43	47,8

**Tabela 13 - Como imagina Jitaúna, Itagí e Aiquara daqui a 10 anos, por escolaridade**

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na Tabela 14, p. 139, verifica-se que 51,1 % dos entrevistados consideram que a infra-estrutura ainda deve ser melhorada no local. Mesmo apontado por muitos moradores como fundamental para o desenvolvimento da micro-região, o asfaltamento das estradas, teve um percentual de importância para 21,1 % dos entrevistados, mesma porcentagem daqueles que acreditam que as melhorias estão ligadas ao aumento do número de empregos gerados. Além desses, 6,7% dos entrevistados consideram que não há nada para melhorar nos municípios da micro-região, que as cidades estão bem da maneira como se encontram.

Considerando as mudanças ocorridas na micro-região, devidas ao turismo e à educação, percebe-se, na Tabela 15, p. 140, que 91,1% dos entrevistados afirmam que as mudanças foram positivas. Desses, 37,8% assinalam que, graças ao turismo e à educação, as cidades cresceram, 34,4% acham positivas posto que a atividade econômica gerou emprego e renda para o local, com 18,9% acreditando que o turismo e a educação possibilitaram o desenvolvimento da região.

Da relação entre o que deveria melhorar na micro-região e as mudanças ocasionadas pelo turismo e a educação (Tabela 16, p. 141), percebe-se que: dos entrevistados que consideram as transformações positivas, por possibilitarem o crescimento da região, a maioria, 56,3%, ainda acreditam que é preciso aperfeiçoar a infra-estrutura local. É também elevada a porcentagem da melhoria da infra-estrutura para aqueles que consideram o turismo e a educação como fatores positivos por terem trazido o desenvolvimento, 60%.

Já entre aqueles que acham que as mudanças provocadas pelo turismo e pela educação foram positivas, por gerarem emprego e renda na comunidade, 40% sentem falta de melhorias na infra-estrutura, seguidos por aqueles que querem o



asfaltamento da estrada, 26,7%. Enquanto 23,3% consideram haver necessidade de aumento no número de empregos.

O QUE PRECISA MELHORAR EM JITAÚNA, ITAGÍ E AIQUARA	ESCOLARIDADE													
	Analfabeto		Fundamental completo		Fundamental incompleto		Médio completo		Médio incompleto		Superior		Total	
	Nº	%	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Infra-estrutura básica*	3	42,9	9	47,4	5	50,0	21	52,5	3	60,0	5	55,6	46	51,1
Asfaltar a estrada	2	28,6	4	21,1	2	20,0	9	22,5			2	22,2	19	21,1
Aumentar o número de empregos	2	28,6	4	21,1	3	30,0	7	17,5	2	40,0	1	11,1	19	21,1
Não precisa melhorar nada			2	10,5			3	7,5			1	11,1	6	6,7
Total	7	100,0	19	100,0	10	100,0	40	100,0	5	100,0	9	100,0	90	100,0
		7,8		21,1		11,1		44,4		5,6		10,0		100,0

**Tabela 14 - O que precisa melhorar em Jitaúna, Itagí e Aiquara, por escolaridade**

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

\*Considera-se infra-estrutura básica: saneamento, água encanada, energia elétrica.

**Tabela 15 - Mudanças ocasionadas pelo turismo e educação por rendimento**

MUDANÇAS OCACIONADAS PELO TURISMO E EDUCAÇÃO	RENDIMENTO											
	≤1 sal. Mínimo		> 1 e ≤2 sal. Mínimos		>2 e ≤ 3 sal. Mínimos		>3 e ≤4 sal. Mínimos		>4 sal. Mínimos		Total	
	Nº	%	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Positivas. Poderão trazer o desenvolvimento.	4	10,3	6	35,3	1	19,7	1	31,9	3	18,8	15	18,9
Positivas, pois graças ao turismo e a educação as cidades puderam crescer.	12	43,5	5	29,4	6	46,2	1	25,0	5	31,3	29	37,8
Positivas, pois gera emprego e renda.	12	38,5	5	29,4	2	26,4	1	35,0	6	37,5	26	34,4
Negativas, pois acabou com a tranqüilidade local.	3	7,7	14	5,9	1	7,7	1	8,1	1	12,4	20	8,9
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100,0</b>	<b>30</b>	<b>100,0</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>15</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>34,5</b>		<b>33,3</b>		<b>11,1</b>		<b>4,4</b>		<b>16,7</b>		<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O QUE DEVERIA MELHORAR	QUANTOS ÀS MUDANÇAS OCASIONADAS PELO TURISMO E A EDUCAÇÃO											
	Positivas, pois trouxeram o desenvolvimento		Positivas, pois graças ao turismo puderam crescer		Positivas, pois geram emprego e renda		Negativas; destruíram a cultura local		Negativas, pois dependem do turismo financeiramente		Total	
	Nº	%	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Infra-estrutura básica	9	60,0	18	56,3	12	40,0	5	71,4	2	33,3	46	51,1
Asfaltar a estrada	3	20,0	7	21,9	8	26,7			1	16,7	19	21,1
Aumentar o número de empregos	2	13,3	6	18,8	7	23,3	2	28,6	2	33,3	19	21,1
Não precisa melhorar nada	1	6,7	1	3,1	3	10,0			1	16,7	6	6,7
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100,0</b>	<b>32</b>	<b>100,0</b>	<b>30</b>	<b>100,0</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>	<b>6</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>16,7</b>		<b>35,6</b>		<b>33,3</b>		<b>7,8</b>		<b>6,7</b>		<b>100,0</b>

**Tabela 16 - Contribuição do turismo e da educação para melhorias na comunidade**

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



Quanto à perspectiva do turismo e da educação como agentes de mudanças, voltados para o alcance do desenvolvimento local (Tabela 17, p. 143), destaca-se a maneira como os entrevistados enxergam as alterações no entorno: 42,2% afirmam que o turismo pode ajudar a comunidade gerando emprego e renda.

A Tabela 18, p. 144, mostra que a metade dos entrevistados, independente da faixa salarial, considera que o turismo e a educação possibilitaram aos moradores da micro-região aprender novas atividades profissionais, devido à diversidade apresentada pelas atividades do turismo e da educação.

Os dados das tabelas 17 e 18 sinalizam favoravelmente ao demonstrado nas tabelas anteriores, no sentido de que, tanto o turismo como a educação vêm comprovando um papel de grande importância no desenvolvimento micro-regional, propiciando emprego, renda, desenvolvimento social, humano, econômico e político da população, o que representa conquistas e avanços para a população da micro-região de Jitaúna.

Tal constatação torna-se mais explícita, conforme depoimento da Prefeita do município de Itagí, a senhora Wanda Pinto<sup>10</sup>, para quem o município só viveu uma fase de maior prosperidade no período áureo do cacau e que o turismo e as melhorias no setor da educação estão devolvendo o brilho no olhar da população de Itagí.

---

<sup>10</sup> Conforme entrevista concedida ao autor em 28 mai. 2008

RENDIMENTO MENSAL	NATURALIDADE															
	Jitaúna		Aiquara		Itagí		Ipiaú		Itagibá		Itabuna		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Gerando emprego e renda.	14	31,8	9	47,4	7	63,6	4	57,1	1	50,0	2	5,0	1	33,3	38	42,2
Tornando Jitaúna, Aiquara e Itagí mais conhecidos.	10	22,7	5	26,3							1	25,0			16	17,8
Permitindo que a mão-de-obra se qualifique.	6	13,6	2	10,5	3	27,3									11	12,2
Trazendo novas oportunidades para o local.	14	31,8	3	15,8	1	9,1	3	42,9	1	50,0	1	25,0	1	66,7	25	27,8
Total	44	100,0	19	100,0	11	100,0	7	100,0	2	100,0	4	100,0	2	100,0	90	100,0
		48,9	21,1	12,2	7,8	2,2	4,4	3,3	100,0							

**Tabela 17 – Turismo e educação como agentes do desenvolvimento local**

Fonte: Pesquisa de campo 2008





**Tabela 18 – Geração de emprego e renda, por rendimento**

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	RENDIMENTO											
	≤1 sal. Mínimo		> 1 e ≤2 sal. Mínimos		>2 e ≤ 3 sal. Mínimos		>3 e ≤4 sal. Mínimos		>4 sal. Mínimos		Total	
	Nº	%	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Suficiente para os moradores	1	2,6	2	11,8	1	7,7					4	4,4
Comunidade local é vista como mão-de-obra barata.	3	7,7	1	5,9	2	15,4			3	18,8	9	10,0
Graças ao emprego, os moradores melhoram a vida	5	12,8	2	11,8	1	7,7	1	20,0	3	18,8	12	13,3
Possibilidades dos moradores aprenderem novas atividades.	19	48,7	8	47,1	7	53,8	4	80,0	7	43,8	45	50,0
Geração de pouco emprego para a comunidade	4	10,3	1	5,9	1	7,7			2	12,5	8	8,9
Contratação de forasteiros no lugar da comunidade local.	7	17,9	3	17,6	1	7,7			1	6,3	12	13,3
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>	<b>17</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>5</b>		<b>16</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Perguntados se a população local está qualificada para trabalhar com o turismo Tabela 19, p. 146, 51,1 % dos entrevistados consideraram que sim, necessitando, porém, de aperfeiçoamento. Na Tabela 20, p. 147, observa-se que 82,2% dos entrevistados não participam do processo deliberativo. Esta porcentagem aumenta para 93,2% entre os nascidos em Jitaúna. A falta de participação da comunidade no planejamento e nas decisões locais sobre o turismo enfraquece a busca pelo desenvolvimento sustentável. Dowbor (1999) afirma que o instrumento do poder local é a participação da comunidade. Essa participação complementa ações como a descentralização do planejamento local, pois as decisões serão tomadas no espaço de vida do cidadão.

Na Tabela 21, p. 148, que trata da forma de participação da comunidade nas decisões, nota-se que 32,2% dos entrevistados que participam das decisões consideram que a população deve se engajar e atuar nas associações já existentes de moradores, agricultores e comerciantes, ao passo que 58,9% acreditam que haveria maior participação caso fossem realizadas reuniões e assembléias comunitárias. Do total de entrevistados, para 8,9% não há interesse em participar.

Tabela 19 – Preparação dos moradores para trabalhar com o turismo, por naturalidade

Preparação dos moradores para trabalhar com turismo	NATURALIDADE															
	Jitaúna		Aiquara		Itagí		Ipiaú		Itagibá		Itabuna		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim, conseguem desempenhar bem as funções.	2	4,5	1	5,3							1	25,0	1	33,3	5	5,6
Sim, mas falta aperfeiçoamento.	27	61,4	11	57,9	5	45,5	1	14,3	1	50,0	1	25,0			46	51,1
Não, são necessários cursos profissionalizantes.	12	27,3	2	10,5	1	9,1	4	57,1	1	50,0	2	50,0	1	33,3	23	25,6
Não, mas o empresariado deve ensinar.	2	4,5	2	10,5	2	18,2	1	14,3							7	7,8
Não, falta interesse da população.	1	2,3	3	15,8	3	27,3	1	14,3					1	33,3	9	10,0
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,0</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>	<b>11</b>	<b>100,0</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>48,9</b>		<b>21,1</b>		<b>2,2</b>		<b>12,2</b>		<b>2,2</b>		<b>4,4</b>		<b>3,3</b>		<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES TURÍSTICAS	NATURALIDADE															
	Jitaúna		Aiquara		Itagi		Ipiaú		Itagibá		Itabuna		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	3	6,8	4	21,1	5	45,5	1	14,3	1	50,0	2	50,0			16	17,8
Não	41	93,2	15	78,9	6	54,5	6	85,7	1	50,0	2	50,0	3	100,0	74	82,2
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,0</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>	<b>11</b>	<b>100,0</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>48,9</b>		<b>21,1</b>		<b>12,2</b>		<b>7,8</b>		<b>2,2</b>		<b>4,4</b>		<b>3,3</b>		<b>100,0</b>

**Tabela 20 - Participação nas decisões turísticas, por naturalidade**

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Tabela 21 – Forma de participação nas decisões turísticas

DE QUE FORMA A POPULAÇÃO PODERIA PARTICIPAR MAIS DAS DECISÕES	PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES TURÍSTICAS					
	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Participando das associações de moradores, comerciantes, pescadores.	6	37,5	23	31,1	29	32,2
Criando reuniões e assembléias comunitárias.	10	62,5	43	58,1	53	58,9
Não há interesse em participar			8	10,8	8	8,9
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,0</b>	<b>74</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>17,8</b>		<b>82,2</b>		<b>100,0</b>



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Ao considerar o tipo de relacionamento entre a comunidade local e os turistas (Tabela 22, p. 150), observa-se que 76,7% dos nascidos na micro-região de Jitaúna, consideram a integração positiva, existindo em alguns casos até vínculos de amizade. Entretanto, 16,7% dos entrevistados fizeram referências também a uma separação entre turistas e comunidade. Isso se deve, principalmente, por não ser os lugares freqüentados pelos turistas aqueles acessíveis ou preferidos pela comunidade. Já para 6,7% dos entrevistados, a comunidade local sente seu espaço invadido pelos turistas.

148

A boa relação entre turistas e população fica evidente quando observa-se o depoimento do senhor Antonio Cândido do Amaral<sup>11</sup>, que recebe em sua casa há três anos uma família de Governador Valadares e diz que:

“O vínculo de amizade criado entre as famílias é tão grande que hoje já sinto como se eles fizessem parte de minha família, considero nossa amizade uma obra-prima de Deus, fico contente quando se aproxima o período da chegada deles à nossa cidade, minha casa fica uma alegria só, qualquer hora dessas vou pedir para ficarem por mais tempo”.

Outro ponto abordado foi a questão da sazonalidade, visando demonstrar-se a importância do fluxo turístico em todos os meses do ano. Observa-se na Tabela 23, p. 151, que 78,9% dos moradores ressaltam que se houvesse turismo durante todo ano se teria mais emprego, impactando positivamente na renda dos municípios da micro-região.

---

<sup>11</sup> Conforme entrevista concedida ao autor em 14 jan. 2008

Tabela 22 - Relação entre a comunidade local e o turista por naturalidade

RELAÇÃO COMUNIDADE LOCAL X TURISTA	NATURALIDADE															
	Jitaúna		Aiquara		Itagi		Ipiaú		Itagibá		Itabuna		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Há integração e muitos estabelecem laços de amizade	37	84,1	17	89,5	6	54,5	5	71,4	2	100,0	2	50,0			69	76,7
Não há nenhum problema, mas não há integração.	6	13,6	1	5,3	4	36,4	2	28,6			1	25,0	1	33,3	15	16,7
A comunidade local sente seu espaço invadido pelo turista.	1	2,3	1	5,3	1	9,1					1	25,0	2	66,7	6	6,7
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,0</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>	<b>11</b>	<b>100,0</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>
		<b>48,9</b>		<b>21,1</b>		<b>12,2</b>		<b>7,8</b>		<b>2,2</b>		<b>4,4</b>		<b>3,3</b>		<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

SAZONALIDADE	RENDIMENTO											
	≤1 sal. Mínimo		> 1 e ≤2 sal. Mínimos		>2 e ≤ 3 sal. Mínimos		>3 e ≤4 sal. Mínimos		>4 sal. Mínimos		Total	
	Nº	%	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ter turismo só no verão prejudica o desenvolvimento de Jitaúna, Itagí e Aiquara.	7	17,9	2	11,8	1	7,7					10	11,1
É bom, pois pode ter outra atividade durante o ano.	4	10,3	2	11,8	1	7,7			2	12,5	9	10,0
Se houvesse turismo o ano todo, teria mais emprego.	28	71,8	13	76,5	11	84,6	5	100,0	14	87,5	71	78,9
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>	<b>17</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>5</b>	<b>100</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	<b>100</b>

Tabela 23 - Sazonalidade por rendimento

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação surgiu da necessidade de se unir alguns conceitos, como: desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável, educação e turismo tendo em vista a melhoria das condições sociais, culturais, econômicas e políticas de uma região. 151

No caso brasileiro, o turismo é uma atividade potencial, devido às suas belas paisagens, praias, chapadas, matas e florestas. O Brasil é um país que possui grande diversidade física e cultural, o que acaba incentivando a atividade turística como alternativa efetiva de desenvolvimento.

O outro viés proposto por esta dissertação é a educação, que no caso brasileiro não teve através dos tempos o valor ou o reconhecimento merecido, a educação deve ser vista como a arma mais poderosa de desenvolvimento socioeconômico de uma região ou nação.

Nessa perspectiva, o turismo e a educação aparecem como os possíveis instrumentos de implementação de ações que gerem o desenvolvimento local. Uma vez pensado sob o enfoque da sustentabilidade, percebe-se que cada localidade tem características únicas e, por isso, deve ser planejada de forma particular.

Deixa-se de lado o turismo padronizado, com grandes redes de hotéis e resorts internacionais, para um turismo que valoriza a participação da comunidade, pretendendo-se que essa atividade transforme a região; possibilitando a valorização de uma identidade social, cultural e ambiental.

Como também, utilizar-se a educação como meio de transformação, através do fomento do capital social, capital institucional e capital humano, levando uma comunidade regional a um padrão de vida mais elevado.

Esta pesquisa privilegiou uma situação comum em várias regiões do país: a vinda de turistas atraídos pela beleza natural, que ajuda a transformar a economia da região, que antes era monocultora e dependente da lavoura cacaeira. Por um lado esta dependência trouxe prejuízos, mas por outro trouxe alguns benefícios.

A consequência negativa foi a grande dependência econômica da região em torno do cacau, que levou a região a não desenvolver nenhuma outra atividade rentável, mas o aspecto positivo é que a lavoura cacaeira ajudou a comunidade micro-regional a preservar o meio ambiente, dessa forma a região conservou suas matas, rios e cachoeiras, que hoje são utilizados e explorados pela atividade turística.

Analisando os problemas levantado para a elaboração da pesquisa, percebemos que tanto o coronelismo, como a monocultura cacaeira contribuíram na geração dos problemas sociais, políticos e econômicos na micro-região de Jitaúna, a monocultura impedindo a diversificação agrícola e a introdução de outras culturas na micro-região, e o coronelismo criando um certo temor na população no que diz respeito ao seu envolvimento nas questões sociais, econômicas e principalmente política, essas consequências são perceptíveis na população até hoje, é algo tão intrínseco no povo da micro-região, que os moradores da localidade temem tecer alguma crítica aos gestores atuais.

Mesmo com as dificuldades encontradas analisamos a percepção dos moradores da micro-região, e concluiu-se que o turismo e a educação são vistos como geradores de empregos e de oportunidades para a população micro-regional. As mudanças ocasionadas pelo turismo e pela educação são encaradas de maneira positivas pelos moradores.

Essas mudanças dependem da participação da comunidade na tomada de decisões que no caso de Jitaúna, Aiquara e Itagí ainda se envolve muito pouco. Mesmo existindo associações locais, a população não se mobiliza nas discussões de planejamento e de desenvolvimento dos projetos na região, principalmente em debates de temas como o acesso e a divulgação das localidades. Em muitos casos pode até se considerar a população apática quanto às transformações que o turismo e a educação podem provocar na região. Essa situação de inércia faz com que as decisões ainda sejam tomadas aleatoriamente, não atendendo às necessidades de aperfeiçoamento da infra-estrutura regional e muito menos de melhoria na qualidade de vida da população.

Portanto para alcançar o desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável implementado a partir da atividade turística e da educação tem-se que superar questões históricas e culturais, mudar o comportamento participativo dos moradores, valorizar o poder local, criar a consciência ambiental e fortalecer a identidade local nesta nova realidade social.

E necessário discutir os caminhos a percorrer em busca da sustentabilidade como propõe Sachs (2002), alcançando novos níveis sociais, ambientais, culturais, espaciais e econômicos. O desenvolvimento local sustentável não poderá estar



vinculado apenas à geração de emprego, à sobrevivência da população, às mudanças da condição de vida, mas sim a uma vida com qualidade.

A população deve perceber a relevância do meio ambiente, e das questões históricas e culturais para compreender que seu crescimento deve ser controlado e ordenado para não aumentar os impactos ambientais uma vez que a procura por Jitaúna, Aiquara e Itagí serão motivadas pelas suas belezas naturais, rusticidade e o aconchego dos moradores e sem isso o turismo perde seu apelo.

O turismo e a educação como agentes de desenvolvimento exige novas concepções, nas quais desenvolver não é apenas aumentar o número de empregos, mas também a consciência de melhoria da qualidade de vida da população.

Portanto, a micro-região tem condições de alcançar o desenvolvimento local com o turismo e a educação, mas, para isso, a população precisa mudar suas prioridades e incorporar os objetivos da sustentabilidade, sendo incentivada a participar do processo de planejamento e de formulação de políticas que visem à melhoria da micro-região de Jitaúna. Além disso, aumentar a conscientização da importância do meio ambiente, da participação comunitária e da manutenção da cultura local.

Por fim, esta dissertação revela que o turismo e a educação podem ser fomentadores do desenvolvimento local, desde que a população participe da tomada de decisões, visando à melhoria das condições no espaço social, cultural, ambiental e econômico.

Além disso, trabalhar com a comunidade na identificação de ações que gerem políticas de sustentabilidade efetivas e que fortaleça o poder local, buscando

repensar a atividade turística e educacional mediante a mobilização, a participação dos diversos segmentos e atores sociais da localidade.

Outras questões merecem ser abordadas em estudos futuros buscando entender tanto a visão do turista como a do poder público. No primeiro caso sobre as mudanças que ocorrerão em Jitaúna, Aiquara e Itagí nos próximos anos; além das expectativas em relação ao local - principalmente - no que tange aos fatores que fazem os turistas voltarem à micro-região. Já no segundo caso, descortinar as políticas públicas sugeridas e as propostas de estruturação das dimensões distrital, municipal e estadual, para o desenvolvimento do turismo no âmbito regional e numa perspectiva de sustentabilidade.



## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henry. Território e poder: política das escalas. In: FISCHER, Tania. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliações. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

**AGENDA 21**. Brasília: Senado Federal, 1996.

AMARAL, Antonio Candido do. **Antonio Candido do Amaral**: Depoimento [14 de janeiro de 2008]. Entrevistador: Orley Germano da Silva. Jitaúna. Entrevista Pessoal.

ANDRADE, Pedro Souza. **Pedro Souza de Andrade**: Depoimento [10 de março de 2008]. Entrevistador: Orley Germano da Silva. Jitaúna. Entrevista Pessoal.

ARAÚJO, Emerson Pinto. **A nova história de Jequié**. Salvador : GSH, 1997.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

BARTHOLO JUNIOR, Roberto S.; BURSZTYN ,Marcel. Prudência e utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYN, Marcel. (org). **Ciência, ética e sustentabilidade** : desafios ao novo século. Brasília: Cortez, 2001.

BEZERRA, Márcia Maria de Oliveira. **Turismo e financiamento**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

BOITEUX, Bayard do Coutto; WERNER, Maurício. **Promoção, entretenimento e planejamento turístico**. São Paulo: Aleph, 2002.

BORBA, Antonio Candido. **Antonio Candido Borba**: Depoimento [13 de maio de 2008]. Entrevistador: Orley Germano da Silva. Jitaúna. Entrevista Pessoal.

BORBA, Robinson Antonio Vieira. **A cidade cognitiva**: proposição para o desenvolvimento local na era do conhecimento. 2000. f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BROSE, Markus. Avaliação em projetos públicos de desenvolvimento local: o caso do Projeto Pró-renda no Rio Grande do Sul. In: FISCHER, T. (org) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliações. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

CALDAS, Eduardo de Lima; MARTINS, Rafael D'Almeida. **Visões do desenvolvimento local**: uma análise comparada de experiências brasileiras, 2005 IN: INSTITUTO POLIS. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>> Acesso em: 06 abril 2008.

CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter. **Parcerias e pobreza**: soluções locais na implementação de políticas sociais. São Paulo: FGV, 2000.

CARVALHO, Maria José de. **Maria José de Carvalho**: Depoimento [23 de fevereiro de 2008]. Entrevistador: Orley Germano da Silva. Jitaúna. Entrevista Pessoal.

COELHO, Franklin. Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito. In SILVEIRA, Caio M.; REIS, Liliane da Costa (orgs.). **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. São Paulo: Rege Dlis, 2001.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **AGENDA 21**. In: AGENDA 21 Brasília: Senado Federal, 1996.

COOPER, Chris. et al.. **Turismo**: princípios e prática. São Paulo: Bookman, 2001.

CUNHA, Licínio. **Economia e política do turismo**. São Paulo: Verbo, 1997.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ECO 92. Disponível em: <<http://www.riomaisdez.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2005.

SCOREL, S. Exclusão social no Brasil contemporâneo: um fenômeno sócio-cultural totalitário. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 19., 1995, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1995.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1963.

FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Márcio Ferreira. **Economia do turismo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERNANDES, Manoel Francisco. **Manoel Francisco Fernandes**: Depoimento [14 de fevereiro de 2008]. Entrevistador: Orley Germano da Silva. Jitaúna. Entrevista Pessoal.

FERRAZ, S. F. S. Competências profissionais, mercado de trabalho e desenvolvimento local. In: ENCONTRO DA ANPAD, 25., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro : ANPAD, 2001.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais:** marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

\_\_\_\_\_ Gestão Contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Gestão contemporânea:** cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Poder local:** governo e cidadania. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and punish.** Harmondsworth: Pauguin, 1979.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** 7. ed. São Paulo. Cortez. 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAG, Bárbara. Quadro Teórico. In: \_\_\_\_\_. **Escola, estado e sociedade.** São Paulo: Moraes, 1980.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GADOTTI, Moacir. **A Educação contra a educação.** 5. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

GEHLEN, I. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, P.A. et al. **Os caminhos da exclusão social**. Injuí : Unijuí, 1998.

GOIS, Joaquim de. **Lampião**: o último dos cangaceiros. Aracaju: Regina, 1966.

GONÇALVES, Antonio Carlos. **Antonio Carlos Gonçalves**: Depoimento [13 de maio de 2008]. Entrevistador: Orley Germano da Silva. Jitaúna. Entrevista Pessoal.

GONÇALVES, Gildeon Dias. **Gildeon Dias Gonçalves**: Depoimento [14 de fevereiro de 2008]. Entrevistador: Orley Germano da Silva. Jitaúna. Entrevista Pessoal.

HIRSCHMAN, A. O. Against parsimony: three easy ways of complicating some categories of economic discourse. **American Economic Review**, v. 74, n.2, p. 89-96. may, 1984.

IGNARRA, Luiz R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IMBERNÓN, Francisco. **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; INOJOSA, Rose Maria; KOMATSU, Sueli. A descentralização e a intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência do Brasil. In: CONCURSO DE ENSAYOS DEL CLAD. 1997, Caracas. **El Tránsito de la Cultura Burocrática ai Modelo de la Gerencia Pública**: Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones. Caracas: Centro Latinoamericano de administración para el Desarrollo, 1998. p. 63- 124.



JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. Agendas sociais: desafio da intersetorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.34, n.6, p. 117-130, nov./dez, 2000.

KLEIN, J.L. Les limites de la regulation: crise de l'Etat-nation et gestion du local. In: LEVY, Jacques (Org.) **Geographies du politique**. Paris: Pressas de la Fondation Nationa.le des Sciences Politiques, 1991.

KLIKSBURG, Bernardo. **O desafio da exclusão**: para uma gestão social eficiente. São Paulo: Fundap, 1997.

LAGE, Beatriz Helena Gelas.; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1948.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2002.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local**: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDS, 2001.

MELENDEZ, A. Turismo na América Latina: situação atual e tendências. **Revista Visão e Ação**. Itajaí, ano 2, n.5, p.71-80, out.1999.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas. **Revista Organização e Sociedade**. Salvador, Edição especial: Poder Local, 2004.

MILIO BALANZÁ, Isabel; CABO NADAL, Mónica. **Marketing e comercialização de produtos turísticos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Petrópolis, 1995.

MOURA, Maria S. de S. A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. **Revista Organização e Sociedade**, Salvador, n° 12 v.5, maio/ago., 1998.

MOURA, Maria S. de S, et al. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam às práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 4, v.36, p. 609-626, jul./ago., 2002.

MOURA Maria S. de S; MEIRA, Ludmila. Impactos de organizações cooperativas sobre o desenvolvimento local: o caso da ostreicultura comunitária em Ponta dos Mangues/Se. In: ENCONTRO DA ANPAD, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia : ANAPAD, 2003.

PEREIRA, André da Silva. Uma resenha sobre a evolução da teoria do crescimento econômico. **Teoria e Evidência Econômica**, v.11, n.20, p. 135-150, maio, 2003.

PEREIRA, Elizabete de Assis. **Elizabete de Assis Pereira**: Depoimento [7 de junho de 2008]. Entrevistador: Orley Germano da Silva. Jitaúna. Entrevista Pessoal.

PINTO, Wanda. **Wanda Pinto**: Depoimento [28 de maio de 2008]. Entrevistador: Orley Germano da Silva. Jitaúna. Entrevista Pessoal.

PIRES, Mário Jorge. **Raízes do turismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2002.

POCHMAN, Márcio.; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PUTNAM, R. **Para hacer que la democracia funcione**. Venezuela, Galac, 1994.

RODRIGUES, Adyr B. Turismo local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES Adyr B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002.

RODRIGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempo de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia In: SANTOS, Boaventura de Sousa, (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução a economia**. 18. ed. São Paulo : Atlas, 2000.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção multicultural da igualdade e da diferença. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 135, jan. 1999.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Neuza de Jesus. **Neuza de Jesus Santos**. Depoimento [28 de junho de 2008]. Entrevistador: Orley Germano da Silva. Jitaúna. Entrevista Pessoal.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SILVEIRA, C. M. Desenvolvimento local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. In: FISCHER, Tânia. (Org) **Gestão do desenvolvimento e**

**poderes locais:** marcos teóricos e avaliações. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

SOUZA, Maria do Amaral de. **Maria do Amaral de Souza.** Depoimento [8 de junho de 2008]. Entrevistador: Orley Germano da Silva. Jitaúna. Entrevista Pessoal.

SPOSATI, A. Exclusão abaixo da linha do Equador. In: VERAS, M. P. B. **Por uma sociologia da exclusão social:** o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo : Atlas, 1987.

VIOTTI, E. Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento Sustentável Brasileiro. In: BURSZTYN, Marcel. **Ciência, ética e sustentabilidade.** Desafios ao novo século, Brasília: Cortez, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Rio Grande do Sul: Bookman, 2005.

**APÊNDICE – QUESTIONÁRIO**

01. Sexo por faixa etária em 2008:

- a) feminino
- b) masculino

02. Idade do chefe de família em 2008:

- a) até 18 anos
- b) 19 a 29 anos
- c) 30 a 39 anos
- d) 40 a 49 anos
- e) Acima de 50 anos

03. Naturalidade:

- a) Jitaúna
- b) Aiquara
- c) Itagí
- d) Outros

04. Grau de escolaridade em 2008:

- a) Analfabeto
- b) Fundamental completo
- c) Fundamental incompleto
- d) Médio completo
- e) Médio incompleto
- f) Superior

05. Quantas pessoas residem no domicílio em 2008:

- a) 3 pessoa

- b) 5 pessoas
- c) 7 pessoas
- d) 9 pessoas
- e) Acima de 10 pessoas

06. Renda mensal do domicílio em 2008:

- a) até 1 salário mínimo
- b) de 1 até 2 salários mínimos
- c) de 2 até 3 salários mínimos
- d) de 3 até 4 salários mínimos
- e) Acima de 4 salários mínimos

07. Renda do domicílio na década de 1980:

- a) até 1 salário mínimo
- b) de 1 até 2 salários mínimos
- c) de 2 até 3 salários mínimos
- d) de 3 até 4 salários mínimos
- e) Acima de 4 salários mínimos

08. Qual a importância da agricultura cacaeira para a micro-região em 2008:

- a) Pouca importância
- b) Grande importância
- c) Nenhuma importância

09. Como os Srs (a) trabalhavam:

- a) Sem carteira assinada com contratação anual
- b) Sem carteira assinada com contratação temporária

- c) Com carteira assinada
- d) Contratação diária

10. Quantas pessoas trabalham no domicílio em 2008?

- a) 1 pessoa
- b) 2 pessoas
- c) 3 pessoas ou mais

11. Qual a importância da atividade turística para a vida do Sr (a):

- a) Não dependo do turismo.
- b) Minha vida depende exclusivamente do turismo
- c) É importante, mas não dependo do turismo

12. Qual a importância do turismo para a vida dos moradores de Jitaúna, Itagí e Aiquara:

- a) Gera empregos e renda
- b) Traz pessoas diferentes para a cidade
- c) São poucas pessoas que ganham com o turismo

13. Como era Jitaúna, Itagí e Aiquara há trinta ou vinte anos atrás:

- a) Muito melhor
- b) Igual
- c) Pior

14. Como você imagina Jitaúna, Itagí e Aiquara daqui a 10 anos:

- a) Do jeito que está
- b) Apenas com um pouco mais de mudanças
- c) Com muitos hotéis, restaurantes e faculdades
- d) Um município independente

15. Quanto às mudanças na comunidade ocasionadas pelo turismo e à educação:

- a) Positivas, poderão trazer desenvolvimento
- b) Positivas, pois graças ao turismo e à educação o município pode crescer
- c) Positivas, pois graças ao turismo tem emprego para os moradores
- d) Negativas, pois acabou com a tranqüilidade local
- e) Não precisa melhorar nada

16. Como o turismo e a educação podem ajudar a comunidade:

- a) Gerando emprego e renda
- b) Tornando os municípios mais conhecidos
- c) Permitindo que a mão-de-obra local se qualifique
- d) Trazendo novas oportunidades de trabalho e renda para o local

17. Turismo e educação como agentes do desenvolvimento local:

- a) Gerando emprego e renda.
- b) Tornando Jitaúna, Aiquara e Itagí mais conhecidos
- c) Permitindo que a mão-de-obra se qualifique
- d) Trazendo novas oportunidades para o local

18. A população local participa das decisões relacionadas às atividades educacionais e turísticas:

- a) Sim
- b) Não



19. Como a população local pode participar mais das decisões sobre as atividades educacionais e turísticas:
- a) Participando das associações de moradores, comerciantes e pescadores.
  - b) Criando reuniões e assembléias comunitárias nas quais as decisões sejam tomadas coletivamente
  - c) Não se interessa em participar
20. Como ocorre à geração de emprego e renda através das atividades educacionais e turísticas:
- a) É suficiente para todos os moradores
  - b) A comunidade local é vista como mão-de-obra barata
  - c) Graças ao emprego os moradores melhoraram de vida
  - d) Possibilita aos moradores aprenderem novas funções com o trabalho
  - e) Geração de poucos empregos para a população
  - f) Contratação de forasteiros no lugar da população local
21. Os moradores de Jitaúna, Itagí e Aiquara, estão bem preparados para trabalhar com o turismo e a educação:
- a) Sim, conseguem desempenhar bem as funções
  - b) Sim, mas falta aperfeiçoamento
  - c) Não, mas são necessários cursos profissionalizantes
  - d) Não, mas o empresariado deve ensinar
  - e) Não, falta interesse da população
22. Como é a relação entre os turistas e população local:
- a) Há integração e muitas vezes laços de amizade
  - b) Não tem problema algum entre turistas e nativos, mas não há integração
  - c) A população local sente seu espaço invadido pelos turistas

23 Sazonalidade por rendimento:

- a) Ter turismo só no verão prejudica o desenvolvimento de Jitaúna, Itagí e Aiquara
- b) É bom, pois pode ter outra atividade durante o ano
- c) Se houvesse turismo o ano todo, teria mais emprego